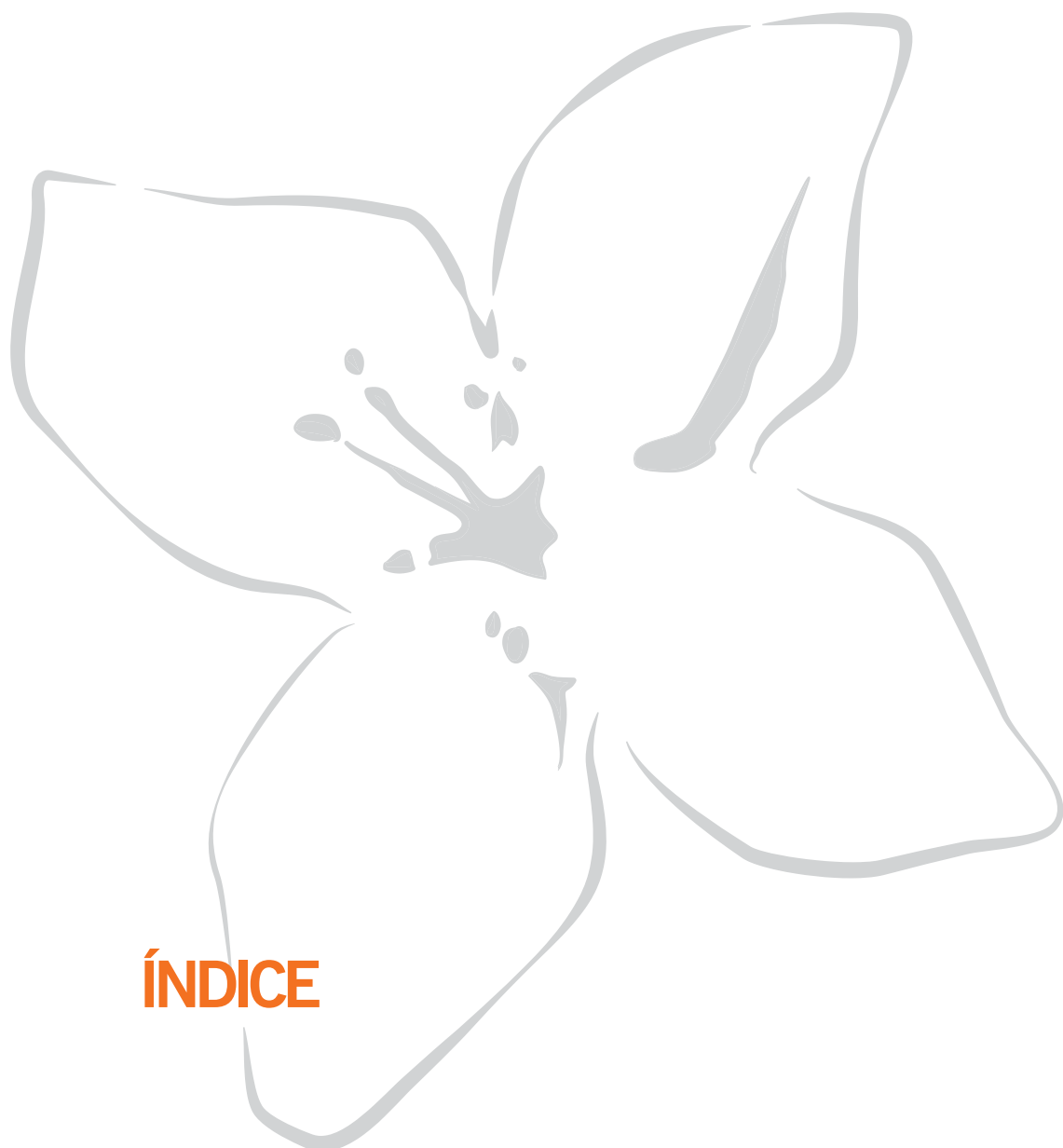




Relatório e Contas'13



ÍNDICE

	RELATÓRIO		
4	Mensagem do Presidente	59	Recursos Humanos
8	Principais Indicadores	62	Comunicação
10	Evolução do Negócio: 2011-2013	67	Responsabilidade Social
12	2013 em Revista	70	Prémios
14	Expectativas para 2014		
	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO		GESTÃO DE RISCO
18	Economia Internacional	74	Governança e Organização da Gestão dos Riscos
20	Economia Angolana	75	Risco de Crédito
24	Alterações Regulamentares	80	Riscos de Liquidez e de Mercado
	O BFA	84	Risco Operacional
30	Governo Societário	87	Riscos Legais
30	Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno		
30	Princípios Orientadores da Governança Corporativa		ANÁLISE FINANCEIRA
30	Estrutura Societária e Modelo de Governo	92	Análise Financeira
33	Composição dos Órgãos Sociais	101	Proposta de aplicação dos resultados
33	Organigrama		
34	Comissão Executiva do Conselho de Administração		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS
38	Sistema do Controlo Interno	104	Demonstrações Financeiras
39	Política de Distribuição de Resultados	108	Notas às Demonstrações Financeiras
40	Comunicação Institucional	152	Relatório de Auditoria
42	Visão, Valores e Compromissos	154	Relatório e parecer do Conselho Fiscal
44	Principais Áreas de Negócio		
45	Particulares e Negócios		ANEXOS
47	Centros de Investimento	158	Contactos BFA
49	Empresas		
52	Oil & Gas		
54	Unidade de Business Development		
55	Inovação e Tecnologia		
57	Canais de Distribuição		

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2013 foi muito desafiante para a equipa do BFA, mas, podemos hoje dizer, que valeu bem a pena. Foi o ano em que comemoramos os nossos 20 anos de existência e em que ultrapassámos a fasquia do primeiro milhão de Clientes. Demos larga exposição pública e mostras do nosso enorme orgulho de termos alcançado esses dois feitos.

Para além do reconhecimento dos nossos Clientes e da imprensa especializada que atribuiu ao BFA um número recorde de prémios como Melhor Banco de Angola, recebemos distinções em novas áreas de maior especialização, o nosso accionista BPI, vem publicamente caracterizar o BFA como uma Fortaleza: a **Fortaleza BFA**. Fortaleza é sinónimo de solidez; de organização; de

sustentabilidade; de determinação; de distinção: em suma uma referência. Uma fortaleza constrói-se mediante um plano e colocando uma pedra após outra pedra. Gostaria de destacar algumas dessas pedras que colocamos na nossa construção ao longo de 2013.

A nossa actuação junto do segmento Oil & Gas, iniciada em 2012, foi coroada de êxito: o BFA é o principal Banco a actuar junto das empresas operadoras e o lançamento do Centro de Empresas Oil & Gas – Vendors, dirigido às empresas prestadoras de serviços e fornecedores deste sector, traduziu-se numa enorme adesão fruto da significativa melhoria da qualidade de serviço que estas empresas passaram a beneficiar. Os investimentos feitos em sistemas



de processamento automático e totalmente adaptados às características de cada Cliente, vieram a revelar-se um instrumento muito poderoso de relacionamento próximo e sólido com os Clientes.

A pressão exercida por via de nova legislação e regulamentação bem como por parte dos Clientes e do sistema financeiro internacional, no que diz respeito ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo tornaram esta área central na actuação do Banco em 2013. Tendo já implementado um conjunto de sistemas e procedimentos de acordo com as práticas recomendadas internacionalmente, processo que terá continuidade ao longo do ano de 2014, foi desenvolvido um

programa de formação que abrangeu toda a vasta equipa do Banco com particular enfoque nas áreas comerciais.

O risco operacional manteve-se no topo das preocupações e das iniciativas de modernização ao longo de 2013. Destacam-se duas importantes iniciativas: a instalação do novo Centro de Processamento de Dados no site da EMIS e o alargamento a todo o Banco da 1ª fase do projecto eMudar@BFA.

São projectos que se irão prolongar por 2014 e ambos são uma boa evidência da linha da construção do BFA para um novo e mais sofisticado e moderno estádio de fazer banca.

O modelo de organização e a estrutura das áreas de crédito foram alterados com o objectivo de se obter maior especialização e mais eficácia na actuação: foi criada

“ano em que comemoramos os nossos 20 anos”

uma nova Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito que resultou a agregação das áreas de recuperação que estavam adstritas às Direcções de Crédito o que permitiu segregar totalmente a actividade de concessão da actividade de recuperação. Por outro lado, o crédito ao investimento de todas as redes passou a ser tratado na Direcção de Financiamentos Estruturados e ao Investimento que viu assim ser ampliada a sua área de actuação e a serem estabelecidos procedimentos de maior rigor no acompanhamento dos projectos e desembolsos dos investimentos financiados pelo BFA.

Ainda na área de crédito, o BFA deu início à implementação de um Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade, uma metodologia mais moderna de avaliação da qualidade da carteira de crédito, antecipando a resposta aos desafios

regulamentares e aproximando o Banco das práticas internacionalmente aceites.

Como forma de aumentar a dinâmica comercial na concessão de crédito a particulares, foi criada a Direcção de Gestão de Protocolos dotada de bons argumentos de nível de serviço e de preço. Os resultados já obtidos neste primeiro ano de actividade justificam plenamente a opção.

O ano de 2013 marca também o início de uma nova dinâmica nos canais digitais. Como componente já visível, foi totalmente redesenhado o site www.bfa.ao, no qual se incluíram novas e mais atractivas funcionalidades. Ao nível das soluções de internet banking, fez-se uma evolução tecnológica que irá permitir, com mais facilidade, incluir novas funcionalidades para os utilizadores.

Num contexto de forte concorrência o activo cresceu 12,1% e num cenário fortemente influenciado pela descida significativa das taxas de juro do Kwanza, o ano foi marcado por recuperação da margem financeira e pelo forte crescimento dos Lucros de Operações Financeiras. Estes factores, conjugados com uma criteriosa gestão de custos, traduziram-se num aumento do resultado de 12,5% e na melhoria dos indicadores de rentabilidade e de solvabilidade que dão corpo à Fortaleza BFA:

- Rentabilidade do Activo: 3,0%
- Return on equity: 31,6%
- Ratio cost-to-income: 39,9%
- Ratio de Solvabilidade Regulamentar: 25,8%

Uma nota aos nossos colaboradores pelo empenho, dedicação e zelo com que lidaram com os desafios enfrentados em

2013. Os nossos colaboradores são a peça essencial no relacionamento com os Clientes e por isso requerem uma atenção especial. Cientes do muito que há para fazer no âmbito da qualificação profissional, temos desenvolvido várias acções de formação internas e externas.

Finalmente, um especial agradecimento aos nossos Clientes pela preferência e confiança sempre demonstradas, e pelo privilégio de os servir, ficando assegurado o compromisso do BFA de continuar a fazer tudo para a melhoria constante e sustentada da qualidade do atendimento e do nível e segurança do serviço prestado.



Emídio Pinheiro

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhões USD

	Dez,11	Dez,12	Dez,13	Δ%11-12	Δ%12-13
Activo Total	7 062,4	7 930,0	8 892,0	12,3%	12,1%
Crédito sobre Clientes ¹	1 321,0	1 427,3	1 475,3	8,0%	3,4%
Depósitos de Clientes	6 181,8	6 972,2	7 816,4	12,8%	12,1%
Capitais Próprios e Equiparados	722,4	776,2	867,0	7,4%	11,7%
Produto Bancário	425,2	393,5	443,0	-7,5%	12,6%
Margem Financeira	269,1	227,5	253,8	-15,5%	11,6%
Margem Complementar	156,1	166,0	189,2	6,4%	14,0%
Custos de Estrutura ²	157,8	165,0	176,6	4,6%	7,0%
Resultado de Exploração	289,9	254,9	291,3	-12,1%	14,3%
Resultado Líquido	253,0	219,8	247,3	-13,1%	12,5%
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	3,7%	3,0%	3,0%	- 0,7 p.p.	0,0 p.p.
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	37,4%	30,3%	31,6%	- 7,1 p.p.	1,3 p.p.
Cost-to-Income	37,1%	41,9%	39,9%	4,8 p.p.	- 2,1 p.p.
Activo Total / Colaborador	3,3	3,5	3,7	7,6%	4,7%
Rácio de Transformação	21,4%	20,5%	18,9%	- 0,9 p.p.	- 1,6 p.p.
Rácio Solvabilidade Regulamentar ³	25,5%	24,2%	25,8%	- 1,3 p.p.	1,6 p.p.
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes	6,1%	4,8%	4,6%	- 1,3 p.p.	- 0,2 p.p.
Provisões de Crédito / Crédito Vencido	122,2%	143,1%	143,9%	20,9 p.p.	0,7 p.p.
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito	7,5%	6,6%	6,4%	- 0,9 p.p.	- 0,2 p.p.
Número de Balcões ⁴	158	167	175	5,7%	4,8%
Número de Colaboradores	2172	2267	2428	4,4%	7,1%
Média Colaboradores por Agência	11,0	10,6	10,3	-3,8%	-2,8%
Média Colaboradores por Centro Empresa	11,5	10,4	10,2	-9,6%	-1,9%
Média Colaboradores por Centro Investimento	7,8	6,0	6,8	-23,4%	13,3%
Taxa Penetração BFA Net	24,3%	32,8%	33,8%	8,5 p.p.	1,0 p.p.
Taxa Penetração Cartões de Débito	48,3%	52,3%	53,3%	4,0 p.p.	1,0 p.p.

¹ Crédito líquido de provisões.

² Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.

³ Em 2011 o Rácio de Solvabilidade Regulamentar passou a incorporar o coeficiente de risco cambial (CRC). Para efeitos comparativos, o Rácio de Solvabilidade sem CRC é de 31,4%, 30,0% e 30,0%, em 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

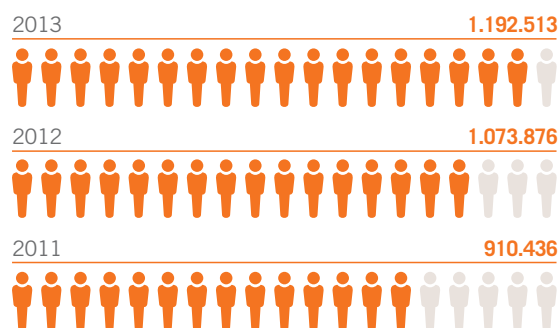
⁴ Agências + CE's + CI's + PAB's.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Evolução do Negócio: 2011-2013

Clientes

Crescimento continuado do número de clientes do BFA.



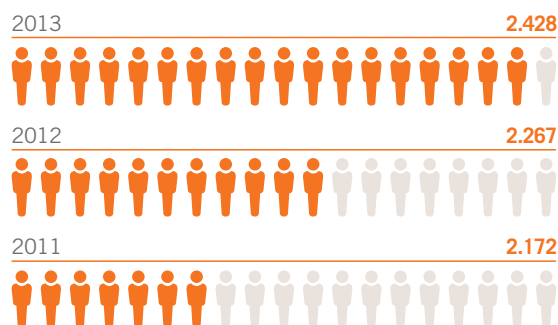
Balcões

Maior presença do BFA no território nacional, dispondo de um total de 175 balcões, entre agências, centros de empresas, centros de investimento e postos de atendimento.



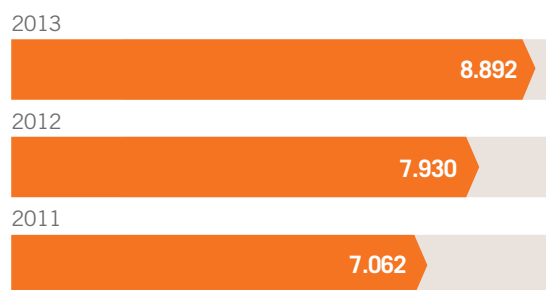
Colaboradores

O crescimento e capacitação da equipa é uma prioridade para o BFA, tendo registado em 2013 um variação de 7,1% no número de colaboradores.



Activo Total

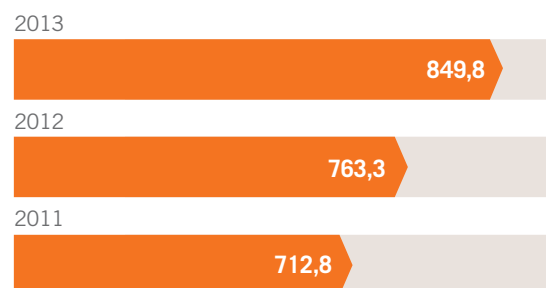
Crescimento do Activo Total do BFA, traduz a sua solidez financeira.



Un: MUSD

Fundos Próprios Totais

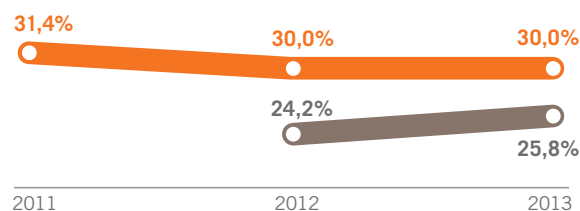
Os Fundos Próprios do BFA mantêm o ritmo de crescimento, consolidando a posição e segurança do Banco no suporte financeiro às necessidades dos seus clientes.



Un: MUSD

Rácio Solvabilidade

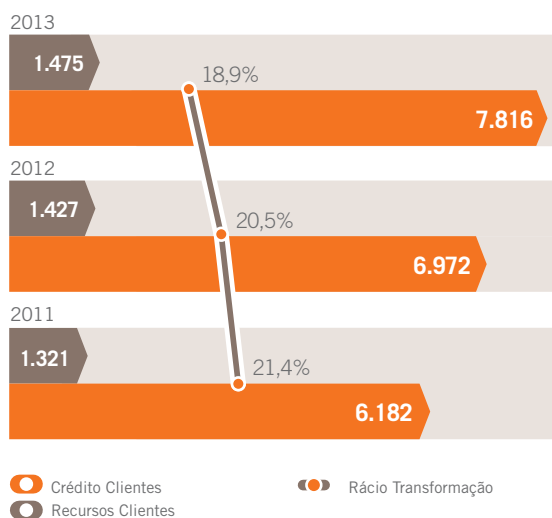
Consolidação da solidez financeira do Banco, mantendo um rácio de solvabilidade bastante superior ao mínimo exigido (10%).



● Rácio Solvabilidade Regulamentar
● Rácio Solvabilidade (sem CRC)

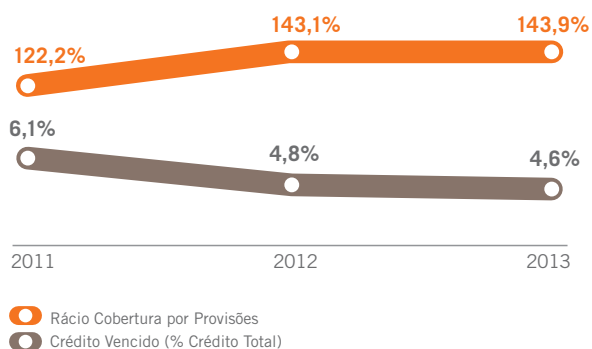
Actividade com Clientes

Rácio de Transformação a traduzir uma maior subida nos recursos face ao crédito.



Qualidade do Crédito

Manutenção da qualidade do crédito, através da redução do Crédito Vencido e do ligeiro aumento do Rácio de Cobertura por Provisões.



Resultado Líquido

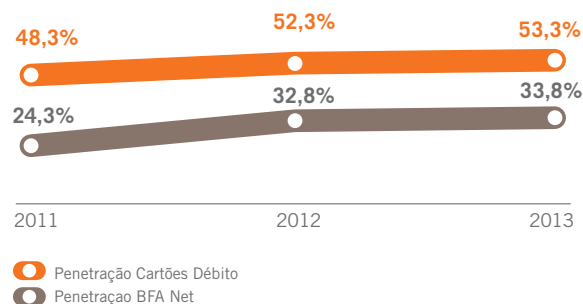
Retoma do crescimento dos resultados líquidos, em linha com o sólido crescimento do BFA.



Un: MUSD

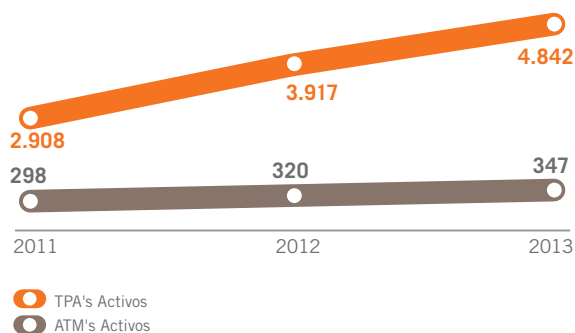
Serviços

Taxas de penetração dos serviços representativas da confiança depositada pelos seus clientes.



ATM's e TPA's

Crescimento do parque de ATM's e TPA's, como prova do empenho na disponibilização de um maior número de canais alternativos de relacionamento com o Banco.



Crescimento da rede de balcões igualando em Dezembro um total de

175

Pontos de Atendimento

147

Agências

16

Centros Empresa

8

Centros de Investimento

4

Pontos de Atendimento Bancário

Líder de mercado na oferta de serviços em Dezembro 2013

26,7%

Quota de Cartões de Débito

24,8%

Quota de TPA's

17,5%

Quota de Balcões na Província de Luanda

Número de clientes em Dezembro de 2013 atingiu

1.192.513

Número em Dezembro de 2013

Número de colaboradores do BFA aumentou para

2.428

Número em Dezembro de 2013

+7,1%

Crescimento em relação a 2012

Carteira de Crédito

1.499,4

Milhões USD

+3,4%

Crescimento em relação a 2012

Melhoria da qualidade da Carteira de Crédito, com uma redução do crédito vencido em percentagem do crédito total

143,9%

Rácio de cobertura do crédito vencido por provisões

4,8%

Em 2012

4,6%

Em 2013

Intensificação do esforço de recuperação de crédito – incluindo o crédito abatido ao activo – em resultado da estruturação da área de acompanhamento, recuperação e contencioso de crédito.

Reforço da estratégia de segmentação com aprofundamento da oferta de valor para as empresas do sector petrolífero – operadores e prestadores de serviços:

- **Consolidação da estrutura do Centro de Empresas Oil & Gas – Operators, dirigido aos operadores, mantendo um nível de serviço de excelência para que contribuiu o envolvimento permanente das áreas operacionais relacionadas;**
- **Criação do Centro de Empresas Oil & Gas – Vendors, assegurando uma resposta adequada às necessidades específicas das empresas prestadores de serviços às empresas do sector petrolífero, com as mesmas preocupações no que se refere à qualidade de serviço.**

Instalação do novo Centro de Processamento de Dados na EMIS.

Alargamento a todos os balcões do projecto eMudar@BFA, módulo de abertura e alteração de contas.

Criação da Direcção de Gestão de Protocolos, com o objectivo de complementar a relação com as empresas oferecendo aos seus colaboradores melhores condições de acesso ao crédito que no regime geral, induzindo por esta via o aumento do negócio de particulares; até Dezembro de 2013 foram celebrados 38 protocolos.

Implementação do Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade, em antecipação à evolução regulamentar e como forma de aproximação às melhores práticas internacionais.

Reestruturação da área de gestão do risco de crédito com a separação da gestão dos processos entre a concessão de crédito e o acompanhamento e recuperação do crédito, conduzindo à criação da Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito.

Reformulação do website institucional como passo inicial de uma nova abordagem dos canais digitais.

Prémio “Melhor Banco Comercial em Angola em 2013” atribuído pelo portal Global Banking and Finance Review.

Prémio “Straight Through Processing Excellence Award 2013” atribuído pelo Deutsche Bank pelo 11º ano consecutivo.

Prémio Sirius na categoria “Melhor Relatório de Gestão & Contas”.

Prémio de “Melhor Programa de Envolvimento com a Comunidade” atribuído pela revista Capital Finance International.

Expectativas para 2014

Para 2014 o governo angolano perspectiva uma aceleração da actividade económica, estimando um crescimento real do PIB na ordem dos 8,8%, impulsionado tanto pelo sector petrolífero, como também pelo sector não-petrolífero, onde é esperado um crescimento real (em percentagem do PIB) de 9,9%.

Em virtude da nova pauta aduaneira, em vigor a partir de Março de 2014, prevê-se a manutenção da política de substituição de importações de bens básicos, em defesa da produção nacional, impulsionada pela diversificação do sector produtivo.

Nesse sentido, espera-se uma redução nos contributos para o crescimento por parte do sector petrolífero, devendo o sector não petrolífero continuar a beneficiar do investimento público em infra-estruturas.

Para 2014 é também esperada continuidade da tendência de desaceleração no crescimento dos preços, perspectivando-se uma taxa de inflação anual entre os 7% e os 9%.

Neste enquadramento, o foco do BFA em 2014 mantém-se centrado no crescimento da actividade do Banco, beneficiando dos investimentos efectuados na consolidação das áreas que favoreceram o seu desempenho em 2013.

Assim, as principais áreas de actuação do BFA para 2014 incidem nos seguintes cinco grandes grupos.

I. Oil & Gas

O segmento de empresas Oil & Gas – servido por dois centros de empresas – Operators e Vendors – constituiu a principal tónica do negócio em 2013, traduzindo a resposta do BFA ao novo regime cambial do sector petrolífero.

A entrada em vigor do novo regime cambial despertou nas empresas do sector petrolífero um considerável número de preocupações, relacionadas principalmente com a manutenção do nível operacional e da solidez financeira dos bancos angolanos.

O BFA, através de investimentos efectuados, no que respeita à criação de centros de empresas dedicados a este segmento,

e ao tratamento célere e automático das operações, pretende continuar a dar resposta às inúmeras necessidades específicas dos seus clientes no sector petrolífero.

Para 2014 o BFA continuará focado neste compromisso para com os seus clientes, criando as condições necessárias em resposta às necessidades das empresas do sector, através de equipas dedicadas e de soluções financeiras estruturadas.

II. Inovação e Tecnologia

A aposta na inovação tecnológica representa um dos pilares da actividade do BFA. Os investimentos em sistemas de informação e o lançamento de projectos nesta área geraram contributos importantes que permitiram aos sistemas do Banco não só acompanhar como também potenciar o seu crescimento.

Dando continuidade aos desenvolvimentos realizados, pretende-se para 2014:

- Alargar o projecto eMudar@BFA para novos processos, meios de movimentação (cheques, cartões, transferências) e adesão BFA Net;
- O desenvolvimento e implementação de processos automáticos e alertas para o combate ao branqueamento de capitais;
- A migração da totalidade da carteira de cartões de crédito para a nova plataforma da EMIS.

III. Recursos Humanos

O BFA irá continuar a desenvolver um esforço na captação de talentos, recrutando colaboradores com elevado potencial de desenvolvimento.

A nível de formação o Banco continuará a reforçar os níveis de qualificação dos seus colaboradores com recurso a programas de pós-graduação e mestrados nas áreas de gestão, contabilidade e finanças.

IV. Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Na continuidade da implementação da estratégia de Combate ao Branqueamento de Capitais o BFA em 2014 tem como objectivo realizar um upgrade na sua capacidade de monitorização das operações realizadas por Clientes, designadamente através da instalação da solução Compliance Link da Accuity, uma solução de filtering que permitirá realizar um rastreio automático de todas as operações efectuadas, comparando-as com as listas de sanções internacionais.

No âmbito das boas práticas de Combate ao Branqueamento de Capitais, a Direcção de Compliance irá continuar a rever e a desenvolver os procedimentos e normativos de Diligência Reforçada para clientes de alto risco.

Finalmente em 2014 será concluído o processo de formação de Branqueamento de Capitais a todos os colaboradores do Banco.

V. Mercado de Capitais

O ano de 2013 ficou marcado pela ocorrência de medidas da maior importância para o desenvolvimento do Mercado de Capitais, tanto ao nível legislativo como ao nível operacional.

Ao nível legislativo destaca-se a publicação dos diplomas regulamentadores dos Organismos de Investimento Colectivo (fundos de investimento), das Sociedades Corretoras, das Sociedades Distribuidoras e do Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada. Ao nível operacional foram tomadas as medidas necessárias à criação da BODIVA, que culminaram, já em 2014, com a nomeação e tomada de posse do seu Conselho de Administração.

Com os desenvolvimentos já ocorridos e tendo em conta os planos já anunciados para a instalação da BODIVA e respectivos sistemas operacionais de apoio ao mercado, ficarão certamente criadas em 2014 as condições para o surgimento quer do mercado secundário de Dívida Pública quer de operações de mercado primário levadas a cabo por empresas privadas.

18	Economia Internacional
20	Economia Angolana
24	Alterações Regulamentares



**ENQUADRAMENTO
ECONÓMICO**

Economia Internacional

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

O BFA já aprovou a sua estratégia de actuação no mercado de capitais que irá ser concretizada ao longo de 2014.

Em 2013, o ritmo de expansão da actividade económica global voltou a desapontar, tendo permanecido, segundo o Fundo Monetário Internacional, pelos 3%, idêntico ao registado no ano anterior (3,1%). A permanência de um crescimento ainda incipiente prendeu-se essencialmente com a existência de um conjunto de factores condicionantes ao crescimento, dos quais se destacam a entrada em vigor, nos EUA, do denominado “Sequestro” em Março de 2013, o qual implicou cortes automáticos e transversais das despesas orçamentais, impondo um cariz mais restritivo da política fiscal norte-americana, a par de políticas fiscais, também de cariz restritivo, em diversas economias europeias. Paralelamente, a prossecução da recomposição dos balanços das empresas e das famílias, do processo de desalavancagem e a fragilidade do mercado de trabalho em diversas economias desenvolvidas, com destaque para aquelas pertencentes à União Económica Monetária (UEM) reduziram a capacidade de expansão mundial. As políticas monetárias mantiveram um cariz marcadamente acomodatório, apesar do anúncio da Reserva Federal norte-americana em Maio, antecipando o início da redução dos montantes das compras de dívida de médio e longo prazo. No bloco do euro, foram dados passos importantes na construção da união bancária, nomeadamente no que se refere a dois dos seus pilares: o Mecanismo Único de Supervisão e o Mecanismo Único de Resolução. Relativamente ao primeiro, ficou acordado que o BCE assume a supervisão dos bancos sistemicamente importantes da zona euro em Outubro de 2014. Relativamente ao segundo pilar, ficou acordada a composição da Autoridade para a Resolução e o Fundo Único de Resolução. A primeira será responsável pela decisão de liquidação de bancos supervisionados pelo Banco Central Europeu (BCE). No que respeita ao Fundo Único de Resolução ficou estabelecido que a sua criação só estará concluída daqui a dez anos. Por seu turno, as principais economias emergentes, ainda que continuando a apresentar ritmos de expansão elevados comparativamente às economias desenvolvidas, mostraram sinais de abrandamento.

A dissipação de importantes riscos disruptores ao longo do ano permitiu a construção, principalmente a partir da segunda metade do ano, de um cenário macroeconómico

global mais favorável, antecipando-se a consolidação do crescimento ao longo de 2014. O Fundo Monetário Internacional prevê uma aceleração do crescimento mundial em 2014 para 3,7%. Este comportamento deverá ser mais evidente nas economias avançadas, em particular nos EUA, que deverá beneficiar de uma política orçamental mais acomodatória, e também na UEM, onde o esbatimento dos receios relativamente a cenários de ruptura na União conferiu suporte à estabilização dos mercados de dívida pública e abriu espaço para reforço dos níveis de confiança entre os agentes económicos. Nos EUA, é esperado o retorno a taxas de crescimento da actividade em torno de 2,5%; na zona euro os indicadores prospectivos de actividade antecipam o retorno a cenários de crescimento em torno de 1%. A perspectiva de que as políticas orçamentais sigam tendências menos restritivas surge como um factor de suporte importante à aceleração do crescimento. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, as economias emergentes deverão registar um avanço de 5,1% em 2014, beneficiando da aceleração da procura externa por via de maior procura por parte das economias desenvolvidas. A China crescerá em torno dos 7,5%, menos do que nos anos anteriores, reflectindo a implementação de medidas limitativas do crescimento do crédito.

MERCADO MONETÁRIO E OBRIGAÇÕES

As políticas monetárias mantiveram uma tendência fortemente expansionista, sinalizando que as taxas de referência permanecerão em níveis historicamente reduzidos por um período considerável de tempo. O Banco Central Europeu desceu a taxa principal de refinanciamento para 0,25% na reunião de Novembro e reforçou a sua postura de ampla disponibilidade para recorrer a instrumentos adicionais, em suporte da actividade económica e estabilidade dos preços. Para além dos sinais de alguma fragilidade no processo de recuperação económica, a queda da taxa de inflação na região, de forma sustentada, para valores inferiores a 2%, esteve na origem da decisão. O Banco do Japão reforçou as medidas de cariz não convencional de forma a re-inflacionar a economia. Por seu turno, a Reserva Federal norte-americana, reforçando a ideia de que as taxas directoras permanecerão em níveis reduzidos, anunciou em Maio que se preparava para encetar a redução progressiva das compras de activos, que à data se situavam em

85 Mil Milhões USD mensais, o que justificou o aumento significativo das taxas de juro de longo prazo nos mercados de referência. A yield do título de 10 anos dos US Treasuries aumentou de 1,72% para 3% em Setembro – e afectou também os mercados emergentes e os títulos de dívida soberana dos mercados periféricos do euro. A partir de Setembro, o movimento atenuou-se e as taxas dos activos benchmark recuaram de novo, reflectindo a moderação de expectativas relativamente à alteração da tendência da política monetária, que se manterá acomodatória, não obstante a Reserva Federal ter encetado a redução do programa de compra de activos na reunião de Dezembro: desde início de Fevereiro de 2014, estas situam-se no patamar de 65 Mil Milhões USD mensais. Por seu turno, os spreads da dívida pública dos países mais fragilizados da zona euro registaram uma tendência descendente, sobretudo no segundo semestre do ano, pois a primeira metade foi condicionada por perturbações políticas e institucionais em alguns países, com destaque para Itália, Portugal e Chipre. A redução de spreads reflectiu os progressos nos programas de ajustamento de Espanha, Irlanda e também de Portugal, nomeadamente na consolidação das finanças públicas. Os progressos registados na união bancária e em toda a arquitectura da zona euro, uma envolvente externa favorável e optimista bem como a ampla liquidez no sistema e a procura por rentabilidade, estiveram também subjacentes a esta evolução.

No mercado monetário, as taxas de juro Euribor registaram um ligeiro aumento durante o ano, tendo a taxa de referência de três meses aumentado de 0,187% em Janeiro para 0,287% no final de Dezembro. Não obstante a postura da autoridade monetária, a progressiva redução da liquidez excedentária e a melhoria das expectativas económicas justificaram esta evolução.

Entretanto, as taxas de juro de curto prazo do dólar desceram ligeiramente apesar da sinalização pela Reserva Federal que se preparava para reduzir o seu programa de compra de activos. Esta redução acabou por se concretizar apenas em Janeiro de 2014, e deverá prosseguir ao ritmo de menos 10 mil milhões por mês. Este é um dos factores de perturbação nos mercados financeiros em inícios de 2014, com impacto nos mercados de activos com maior risco e em algumas economias e activos de países emergentes, com maiores fragilidades ou desequilíbrios económicos.

MERCADO CAMBIAL E COMMODITIES

A diluição dos riscos disruptores na zona euro, a consequente dissipação da crise de dívida soberana e a conclusão, com sucesso, dos programas de auxílio de Espanha e de Irlanda (bem como a expectativa de que o Programa português se conclua com sucesso), justificaram a apreciação do euro, que no conjunto do ano registou uma valorização de cerca de 4%, tendo a tendência aumentado no segundo semestre. O EUR/USD oscilou no intervalo entre 1.27 e 1.34, tendo perdido terreno no último trimestre em reflexo do adiamento da redução das compras de activos pela Reserva Federal. Entretanto, o iene perdeu terreno face às restantes principais divisas, reflectindo a política monetária ultra-acomodatória do Banco do Japão, tendo alcançado um mínimo de 5 anos face ao USD em 145.67.

No mercado das matérias-primas, o ano ficou marcado por um movimento descendente dos principais preços. O preço do petróleo, tanto no mercado americano (WTI) como no mercado europeu e do Médio Oriente (Brent), evoluiu praticamente sem tendência definida ao longo do ano. Os valores mínimos e máximos do ano, no WTI e no Brent foram 85.61/112.24 e 96.75/119.75 dólares o barril, respectivamente. O consumo total de crude em 2013 foi ligeiramente superior ao verificado em 2012, 91.2 milhões de barris por dia (mb/d) versus 90.0, e a Agência Internacional de Energia (AIE) espera uma média de 92.4 em 2014. Mas a oferta foi sempre superior (acima dos 92 mb/d), com 34% da produção concentrada em 3 países: Rússia, 10.85 mb/d; EUA, 10.58 mb/d; Arábia Saudita, 9.84 mb/d. A tendência crescente de produção nos EUA (devido à importância e maior contributo do crude obtido através do xisto) faz antever que nos próximos anos este país possa vir a tornar-se no maior produtor mundial e ganhar a independência energética.

Economia Angolana

ACTIVIDADE ECONÓMICA

INDICADORES ECONÓMICOS E PROJEÇÕES

	2009	2010	2011	2012	2013E	2014P*
Crescimento real do Produto Interno Bruto (tvh, %)	2,4	3,4	3,4	5,2	5,1	8,8
Sector petrolífero	-5,1	-3,0	-5,6	4,3	2,6	6,5
Sector não petrolífero	8,1	7,8	9,1	5,6	6,5	9,9
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1,76	1,76	1,65	1,73	1,74	1,79
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	60,9	77,8	108,7	111,6	100,5	98,0
Índice de Preços no Consumidor (variação y-o-y, fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,0 - 9,0
Saldo orçamental (% do PIB)	-5,2	5,8	12,2	9,3	0,1	-4,9
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-48,5	-41,3	-48,2	-55,5	-48,1	-45,1
Reservas internacionais líquidas (em Milhões USD, fim de período)	12,6	17,3	26,1	30,6	30,9	33,7
Câmbio médio (AKZ/USD)	79,3	91,9	94,0	95,4	96,3	98,0

* Previsões do Ministério das Finanças
P - Provisório; E - Estimativa/Previsão
Fonte: FMI, BNA, INE, Ministério Finanças Angola.

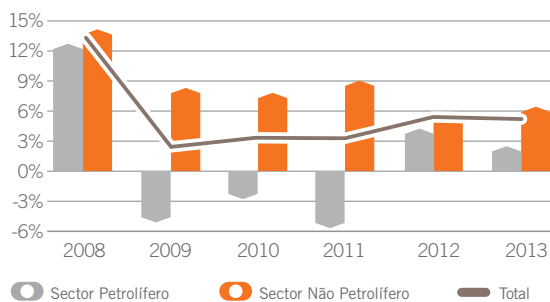
Depois de consolidada a recuperação da economia face ao abrandamento de 2009, a actividade económica deverá ter crescido a um menor ritmo em 2013. Este abrandamento caracterizou-se por uma desaceleração da produção petrolífera e pela reduzida execução do investimento público. De facto, a última estimativa do Ministério das Finanças coloca o crescimento real anual da economia em 5,1%, inferior ao crescimento de 5,3% em 2012.

O sector petrolífero mantém o elevado peso na economia nacional, sendo responsável por cerca de 45% do PIB (dados referentes ao ano de 2012), por 90% das receitas de exportação e por 75% das receitas orçamentais. Desta forma, o crescimento global da economia foi significativamente influenciado pela desaceleração do crescimento da produção petrolífera, que apenas terá aumentado 2,6% no ano passado, de acordo com o Ministério das Finanças, por comparação com um crescimento de 4,3% em 2012. Segundo dados da International Energy Agency, a produção de petróleo em Angola aumentou ligeiramente para 1.74 milhões de barris diários (mbd) em 2013 (tendo-se verificado uma queda pronunciada nos últimos dois meses do ano), que compara com uma produção média de 1.73 mbd em 2012. Por outro lado, o preço médio por barril exportado diminuiu de 111 dólares para 100.5 dólares, o que terá contribuído para uma diminuição de 12% das receitas orçamentais com o sector petrolífero.

Têm sido cada vez maiores os esforços orientados para a diversificação da economia, com o PIB não-petrolífero a registar um crescimento anual de 6,5% (estimativa oficial), superior ao crescimento de 5,6% registado no ano anterior. O sector da energia, cuja produção registou um crescimento anual de 22,4%, revelou-se como o mais dinâmico ao longo de 2013 embora o seu peso na estrutura da economia seja ainda residual. Por sua vez, a produção do sector do comércio, que já representa mais de 1/5 na estrutura produtiva de Angola, registou um crescimento de 5,4% enquanto que a produção nos sectores da agricultura e construção (3º e 4º com maior peso no PIB, respectivamente), cresceu 8,6% e 7,6%,

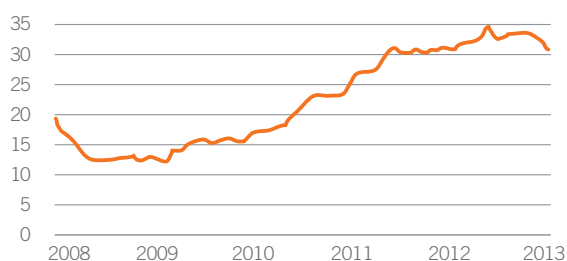
Em 2014, o governo espera uma aceleração da actividade económica de 8,8%, suportada tanto por uma maior produção petrolífera (6,5%) como dos sectores não-petrolíferos (9,9%). O sector não petrolífero deverá continuar a beneficiar de projectos de investimento público em infra-estruturas, com principal ênfase nos sectores da energia, transportes e habitação. Mantém-se a política de substituição de importações de bens básicos e de criação de incentivos e defesa da produção nacional. Neste contexto, foi aprovada uma nova pauta aduaneira, que entrou em vigor em Março de 2014. A nova pauta aduaneira estabelece um agravamento selectivo das tarifas dos bens importados (principalmente nos produtos cuja produção pode ser garantida localmente) e desagrava as tarifas de alguns bens de consumo intermédio.

Crescimento real do PIB



Fonte: Ministério das Finanças

Reservas Cambiais



Un: MUSD
Fonte: BNA

SECTOR EXTERNO

BALANÇA DE PAGAMENTOS

	2010	2011	2012	2013E	2014P
Balança Corrente (% do PIB)	8,1	12,6	9,2	5,0	2,2
Balança Comercial (% do PIB)	40,1	45,2	43,6	37,6	33,2
Exportações de bens (var. %)	21,7	35,2	7,9	-2,3	0,7
Das quais: Petróleo (var. %)	21,7	33,7	9,4	-2,5	0,6
Importações de bens (var. %)	-26,4	21,4	10,4	12,9	12,3
Balança de Capital e Financeira (% do PIB)	-1,1	-3,5	-5,3	-6,0	-1,2

P - Provisório; E - Estimativa/Previsão
Fonte: FMI

Mantém-se a tendência decrescente dos excedentes da balança comercial, em parte devido à redução do preço do petróleo mas reflectindo também o elevado peso das importações necessárias para satisfazer as necessidades da procura interna. Em 2013, (de acordo com dados oficiais já divulgados pelo INE), o excedente orçamental acumulado fixou-se em 40.1 Mil Milhões USD, inferior aos 41.9 Mil Milhões USD em 2012. Neste período, as exportações registaram uma quebra de 4% reflectindo a desaceleração do crescimento económico da China, principal destino das exportações, e dos EUA. Na análise por produto, destaca-se a quebra de 4% nas exportações de petróleo e o crescimento de 84% nas exportações agrícolas, embora o seu peso no total de bens exportados seja ainda diminuto (0,07%).

As importações também diminuíram 4%. As importações continuam a ser necessárias para suprimir necessidades num conjunto alargado de sectores da economia, com as importações de veículos a corresponderem a cerca de 25% do total de bens importados no período em consideração.

As importações de máquinas, equipamentos e aparelhos corresponderam a 20% do total e as importações de produtos agrícolas corresponderam a 11%.

Paralelamente, as reservas líquidas de moeda externa do BNA iniciaram uma diminuição gradual a partir da segunda metade do ano, tendo caído 10% entre Maio e Dezembro para 30.9 Mil Milhões USD em Dezembro. A diminuição das reservas apresenta correlação com a diminuição das exportações de petróleo uma vez que o saldo de fluxos comerciais com o exterior, em conjunto com as necessidades resultantes dos objectivos da política cambial, tem vindo a gerar maior procura por moeda externa. A evolução das reservas tem também sido condicionada pela transferência de recursos para a capitalização do Fundo Soberano de Angola.

CONTAS PÚBLICAS

Em 2013, o governo angolano deverá ter apresentado um excedente orçamental de 0,1% do PIB, de acordo com informação preliminar do Ministério das Finanças. Os impostos petrolíferos continuam a representar uma grande fonte de receita, mas a base tributária tem sido progressivamente alargada ao sector não petrolífero. No ano passado, os impostos não petrolíferos aumentaram 27%, representando cerca de 20% da receita. Este resultado deveu-se principalmente a um crescimento de 43% dos impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital, que representam cerca de metade dos impostos fiscais do sector não-petrolífero.

A execução orçamental em 2013 ficou limitada pela reduzida execução das despesas previstas no Orçamento Geral do Estado (OGE), nomeadamente das despesas relacionadas com o Programa de Investimentos Público (PIP). Em contraste com os dois anos anteriores, as despesas do PIP deverão ter ficado 32% abaixo do orçamentado depois de um desvio por excesso (em cerca de 24%) em 2012, o que terá levado a um controlo mais apertado da despesa. Por outro lado, em linha com os anos anteriores, as receitas para o Estado com impostos sobre o sector petrolífero deverão ter sido 5% superiores ao orçamentado (embora o desvio deste ano aparente ser substancialmente inferior ao observado nos anos anteriores). Da mesma forma, as receitas com o sector não-petrolífero deverão ter ficado num nível 18% inferior ao previsto no OGE 2013.

Para 2014, o executivo estima um défice público de 4,9% do PIB, marcado por um aumento significativo das despesas (+19%), nomeadamente das despesas com investimentos não financeiros (+50%). O aumento do investimento público está em linha com a aposta na diversificação do sector produtivo, procurando resolver necessidades básicas principalmente ao nível das infra-estruturas. Por sua vez, a despesa com o sector social deverá corresponder a 30% da despesa total, embora registando uma diminuição de 2% face ao ano anterior.

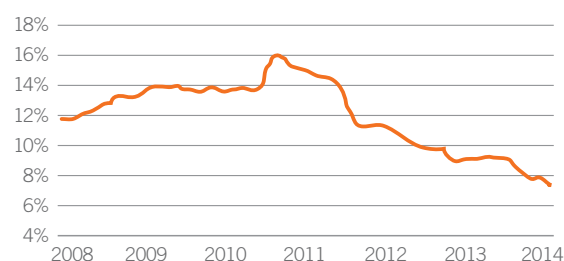
A forma privilegiada de financiamento do Estado foram emissões líquidas de Obrigações do Tesouro (OT) (cujo saldo se fixou no final do ano em 329.3 Mil Milhões Kz.), seguida

de linhas de crédito do exterior (576.1 Mil Milhões Kz.) e de emissões líquidas de Bilhetes do Tesouro (BT) (200.3 Mil Milhões Kz.). Para o financiamento do Estado em 2014 não está prevista a emissão líquida de BT; as emissões líquidas de OT deverão ascender a 202.5 Mil Milhões Kz. e as linhas de crédito deverão garantir 1,035.9 Mil Milhões Kz.

INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO

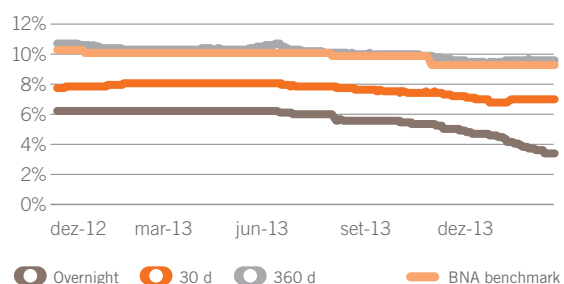
A política monetária manteve-se relativamente acomodatória ao longo do ano, procurando reduzir as taxas de juro sem prejudicar o controlo da inflação. A taxa principal do Banco Central desceu 100 p.b. ao longo do ano, para 9,25%, incentivando uma diminuição significativa das taxas LUIBOR. Beneficiando de um cenário de inflação mais favorável, o objectivo da política monetária do BNA tem sido diminuir o custo do crédito concedido pelo sistema financeiro, que permanece elevado devido sobretudo à inexistência de garantias bancárias. Desta forma, as taxas do mercado monetário interbancário têm diminuído gradualmente.

Taxa de inflação homóloga



Fonte: BNA. Variação anual do IPC

Taxas do mercado monetário interbancário



Fonte: BNA, Taxas LUIBOR

A política monetária seguida não comprometeu a estabilidade de preços. Em Dezembro do ano passado, a inflação anual na cidade de Luanda atingiu um novo mínimo histórico, fixando-se em 7,7%, inferior aos 9,0% registados em Dezembro de 2012. O valor do Índice de Preços no Consumidor, que tem sido muito influenciado pelos preços dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, tem sido reflexo dos constrangimentos estruturais da economia, que resultam em custos operacionais e de transacção elevados. Em 2014, a taxa de inflação anual deverá ficar compreendida no intervalo 7-9%, mantendo-se a tendência de desaceleração do crescimento dos preços.

SECTOR BANCÁRIO

A aposta na desdolarização da economia reforçou-se ao longo do ano com a implementação da nova lei cambial. A nova lei, que visa internalizar os fluxos de capitais gerados pela indústria petrolífera, obriga a intermediação dos pagamentos através de instituições financeiras sediadas em Angola, consequentemente dinamizando o mercado cambial interbancário (em dólares, principalmente). Neste contexto, a taxa de câmbio entre o kwana e o dólar americano depreciou-se ao longo do ano, tendo variado de 96.1 USD/AKZ no início de 2013 para 97.9 no final do ano (valor no qual estabilizou depois de alguma volatilidade associada ao ajustamento à nova lei cambial, relacionada com a maior oferta/procura de dólares no sistema).

Em 2013, o crédito interno cresceu a uma taxa média anual de 12,4%, que compara com uma variação de 16,1% em 2012 e 20,6% em 2011. Destaca-se novamente a redução do peso do crédito concedido em moeda estrangeira no crédito total, de 38,3% (no final de 2012) para apenas 31,7% em Dezembro de 2013. O crédito ao sector privado apresentou um crescimento mais robusto, tendo aumentado em média 13,6% em 2012. Por sua vez, o crédito ao Estado (excluindo o sector público empresarial), aumentou 11,6% depois de uma contracção de 3,4% em 2012.

Da mesma forma, os depósitos no sector bancário nacional cresceram, em termos médios anuais, 11,4% em 2013, registando um menor crescimento face ao ano anterior (29,1%). A redução do peso dos depósitos em moeda

estrangeira face aos depósitos totais para 37,7% em Dezembro, face a 44,8% no final de 2012, também é consistente com os esforços no sentido de reduzir o peso da utilização de dólares na economia.

Alterações Regulamentares

As alterações regulamentares produzidas pelas Entidades de tutela, no decorrer do ano 2013, são as apresentadas em seguida:

Mês	Evento
MARÇO	Aviso n.º 1/2013 Regula as obrigações das instituições financeiras no âmbito da governação corporativa.
	Aviso n.º 2/2013 Regula a obrigação de estabelecimento de um sistema de controlo interno pelas instituições financeiras supervisionadas pelo BNA.
	Aviso n.º 3/2013 Estabelece o âmbito da supervisão em base consolidada, para efeitos prudenciais, de acordo com as competências atribuídas ao BNA da Lei das Instituições Financeiras.
	Instrutivo n.º 1/2013 Relatório sobre a Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno.
	Directiva n.º 1/DSI/2013 Estabelece a criação de novos códigos de instrumentos e operações, bem como de recursos vinculados às operações cambiais.
ABRIL	Aviso n.º 4/2013 Regula a actividade de auditoria externa nas instituições financeiras autorizadas pelo BNA.
	Aviso n.º 5/2013 Extinção do documento de crédito, estabelecendo que todas as transferências interbancárias deverão passar a ser efectuadas através do STC ou SPTR.
	Aviso n.º 6/2013 Regula a prestação do serviço de remessas de valores, efectuado pelas instituições financeiras sob a supervisão do BNA.
	Aviso n.º 7/2013 Regula o processo de autorização para a constituição, funcionamento e extinção das casas de câmbio.
	Aviso n.º 8/2013 Estabelece os termos e condições que as instituições bancárias devem observar com vista à substituição do arquivo físico de documentos.
JUNHO	Aviso n.º 9/2013 Estabelece os requisitos e procedimentos para a autorização de constituição de instituições financeiras bancárias.
JULHO	Aviso n.º 10/2013 Estabelece os requisitos e procedimentos relativos à aquisição e aumento, directa ou indirecta, da participação, bem como da fusão ou cisão de instituições financeiras sob supervisão do BNA.
	Aviso n.º 11/2013 Estabelece os requisitos e procedimentos relativos à inscrição em regime especial das instituições financeiras sob a supervisão do BNA.
	Aviso n.º 12/2013 Estabelece os requisitos e procedimentos para a autorização de alterações aos estatutos das instituições financeiras sob supervisão do BNA.
	Aviso n.º 13/2013 Procedimentos para a realização de operações cambiais de invisíveis correntes.

Mês	Evento
	<p>Instrutivo n.º 3/2013 Regulamentação do montante de Reservas obrigatórias por parte de instituições financeiras estabelecidas em Angola.</p> <p>Directiva n.º 2/DSC/2013 Guia de Implementação de um programa de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.</p>
AGOSTO	<p>Instrutivo n.º 4/2013 Regula os termos e condições em que as casas de câmbio podem realizar a compra de moeda estrangeira.</p> <p>Instrutivo n.º 5/2013 Mercado Monetário Interbancário – caracterização das operações de cedência de liquidez dos Bancos de Desenvolvimento.</p> <p>Directiva n.º 3/DSI/2013 As operações de redesconto passam a estar sujeitas ao pagamento da taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez.</p>
NOVEMBRO	<p>Instrutivo n.º 8/2013 Define a obrigação de emissão de documento comprovativo de instrução de transferência.</p> <p>Instrutivo n.º 9/2013 Estabelece os limites de valor na emissão de cheques e subsistemas de compensação.</p>
DEZEMBRO	<p>Aviso n.º 14/2013 Ajusta os valores mínimos de capital social e fundos próprios regulamentares das instituições financeiras bancárias.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 212/13 Aprova o Estatuto Orgânico da Unidade de Informação Financeira e do Comité de Supervisão.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 214/13 Regulamento da Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais. Estabelece as regras relativas à transição do serviço de compensação de valores para o subsistema de compensação de cheques</p>

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Banco Nacional de Angola publicou um conjunto de normativos com vista à adopção das melhores práticas no âmbito da Governação Corporativa e do Sistema de Controlo Interno.

Relativamente à componente de Governação Corporativa (Aviso n.º 1/2013), as instituições devem definir, implementar e periodicamente rever o seu modelo de governação corporativa, contemplando a estrutura de capital, a estratégia de negócio, as políticas e processos de gestão do risco, as unidades e estruturas orgânicas e as políticas aplicadas, designadamente:

- a política de remuneração;
- a política para evitar conflitos de interesses, e;
- a política de transparência e divulgação de informação.

Adicionalmente, o modelo de governação corporativa adoptado pelas instituições deve permitir a correcta definição, implementação, monitorização e revisão do seu sistema de controlo interno, designadamente da estratégia do negócio e das políticas e processos de gestão do risco.

Em geral, o modelo de governação do BFA cumpre com todos os requisitos previstos no Aviso n.º 1/2013, havendo que criar duas comissões delegadas do Conselho de Administração o que se prevê estar concluído durante o 1º semestre de 2014:

- Comissão de Auditoria e Controlo Interno;
- Comissão de Riscos.

O desenvolvimento do sistema financeiro angolano e o alinhamento da legislação nacional com as directrizes mais recentes emitidas por organismos internacionais, levou o Banco Nacional de Angola a emitir nova legislação sobre o Sistema de Controlo Interno.

Deste modo, o Aviso n.º 2/2013 formaliza o estabelecimento de um Sistema de Controlo Interno nas Instituições o qual representa o conjunto integrado de políticas e processos, com carácter permanente e transversal a toda a instituição, realizados pelo órgão de administração e demais colaboradores no sentido de se alcançarem os objectivos de eficiência na execução das operações, controlo dos riscos, fiabilidade da informação contabilística e de suporte à gestão, e cumprimento dos normativos legais e das directrizes internas.

O sistema de controlo interno tem por objectivo assegurar:

- a continuidade do negócio e a sobrevivência das instituições através da eficiente afectação dos recursos e execução das

operações, do controlo dos riscos, da prudente avaliação de activos e responsabilidades, e da segurança e controlo de acessos nos sistemas de informação e comunicação;

- a existência de informação, contabilística e de gestão, de natureza financeira e não financeira, completa, fiável e tempestiva, que suporte a tomada de decisão e os processos de controlo;
- o cumprimento das disposições legais, das directrizes internas e das regras deontológicas e de conduta no relacionamento com os clientes, as contrapartes das operações, os accionistas e os supervisores.

Quer no âmbito da Governação Corporativa, quer no âmbito do Sistema de Controlo Interno, as instituições financeiras ficam obrigadas a reportar anualmente a sua situação relativamente ao cumprimento dos princípios definidos pelo Supervisor.

Neste contexto, o BFA submeteu o Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno, com data de referência de 30 de Novembro de 2013. O documento descreve, de modo pormenorizado, os princípios orientadores de governo, a estrutura, repartição de competências e funcionamento dos Órgãos de Administração e Fiscalização, a gestão dos riscos, a política de remuneração, o controlo accionista, os princípios éticos e deontológicos observados e a política de comunicação com o mercado. Adicionalmente, a Comissão Executiva preparou o Plano de Acção onde estabeleceu as necessidades de implementação das acções para integral cumprimento da legislação emitida.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

30	Governo Societário
30	Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno
30	Princípios Orientadores da Governança Corporativa
30	Estrutura Societária e Modelo de Governo
33	Composição dos Órgãos Sociais
33	Organigrama
34	Comissão Executiva do Conselho de Administração
38	Sistema do Controlo Interno
39	Política de Distribuição de Resultados
40	Comunicação Institucional
42	Visão, Valores e Compromissos
44	Principais Áreas de Negócio
45	Particulares e Negócios
47	Centros de Investimento
49	Empresas
52	Oil & Gas
54	Unidade de Business Development
55	Inovação e Tecnologia
57	Canais de Distribuição
59	Recursos Humanos
62	Comunicação
67	Responsabilidade Social
70	Prémios



O BFA

Governo Societário

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Governação Corporativa é um pilar fulcral numa instituição financeira, pelo papel que detém na execução do enquadramento regulamentar. O Aviso n.º 1/2013 do BNA veio definir as políticas e processos a instituir pelas instituições financeiras no que respeita à Governação Corporativa.

Através desta regulamentação, procurou instituir-se um conjunto de práticas de Governação Corporativas com implicações no modelo de gestão através da definição de regras no que respeita à Estrutura de Capital e Organizacional, Política de Remuneração, Código de Conduta e gestão de conflitos e processos de transparência e divulgação de informação, definindo em simultâneo directivas de reporte referentes ao modelo de governação.

De acordo com o estipulado no n.º 2 do Artigo 26º do Aviso n.º 1/2013 e no n.º 2 do Artigo 22º do Aviso n.º 2/2013, a Comissão Executiva preparou um Plano de Acção, no qual estabeleceu os prazos para implementação das acções necessárias ao integral cumprimento dos referidos avisos.

Em resposta ao Instrutivo n.º 1/2013 de 22 de Março, o qual regulamenta o envio da informação ao BNA, por parte das instituições financeiras, no âmbito do previsto nos Avisos n.º 1/2013 e n.º 2/2013 de 22 de Março, a Comissão Executiva do BFA submeteu em Dezembro de 2013 o Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno, com efeitos a 30 de Novembro.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Os princípios orientadores da política de Governação Corporativa do BFA correspondem no essencial ao modelo e requisitos definidos pelo BNA e estão alinhados com os do seu accionista Banco BPI. Por integrar o grupo BPI, o BFA está sujeito às regras de supervisão consolidada. Destes, destacam-se a criação de valor, a transparência na informação, tanto externa como interna, independência, equidade, lealdade, eficiência, rigor, participação na decisão, desempenho, mérito e harmonia.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E MODELO DE GOVERNO

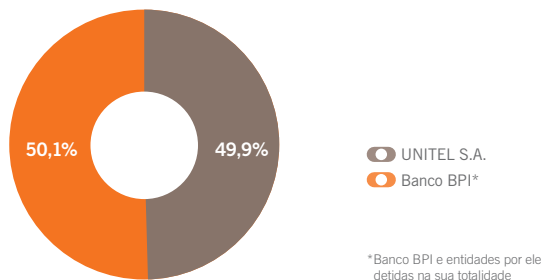
O BFA foi constituído por Escritura Pública a 26 de Agosto de 2002, resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em Banco de direito angolano, sendo maioritariamente detido pelo Grupo BPI.

Enquanto Banco Universal de Expressão Nacional, o BFA orienta o seu negócio para todo o tipo de clientes, de forma especializada, segmentando-se em duas principais áreas de negócio: Banca de Particulares e Negócio, que inclui a Direcção de Particulares e Negócio e a Direcção de Centros de Investimento, e a Direcção de Empresas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL

O capital social do BFA encontra-se repartido pelo Grupo BPI, e entidades por ele detidas na sua totalidade, e pela UNITEL, S.A..

Estrutura Accionista



O Banco é accionista fundador da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A. – na qual o BNA é o principal accionista, com 45% do capital. O BFA, por seu turno, representa o maior accionista privado com 6,5% do capital e o principal cliente e utilizador dos serviços disponibilizados pela EMIS, a qual gere actualmente a rede Multicaixa e o Sistema de Transferências a crédito.

O BFA tem-se assumido como forte apoiante das iniciativas lançadas pela EMIS, sendo habitualmente um dos primeiros Bancos do sistema a implementar novas soluções e serviços disponibilizados. Exemplo disso é a implementação do novo Centro de Processamento de Dados nas instalações construídas pela EMIS, reunindo condições técnicas e de acesso a serviços, de acordo com os mais rigorosos standards internacionais.

Nos termos dos Estatutos aprovados na Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 2010, a administração é exercida por um Conselho de Administração, podendo delegar a gestão corrente numa Comissão Executiva, encontrando-se o BFA representado nos Órgãos Sociais:

- Conselho de Administração: Dr.ª Otilia Faleiro;
- Comissão de Vencimentos: Dr. Emídio Pinheiro.

MODELO DE GOVERNO

O modelo de funcionamento do BFA está estabelecido nos seus Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 27 de Novembro de 2008 e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro).

São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, ou seja, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral, a Comissão Executiva do Conselho de Administração e o Auditor Externo.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral de 29 de Abril de 2011 para um mandato de três anos. Nessa mesma data o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.

Os Órgãos de Governação do BFA são compostos por quadros vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras com o objectivo de prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, com respeito pelas melhores práticas e os melhores princípios da boa e prudente gestão.

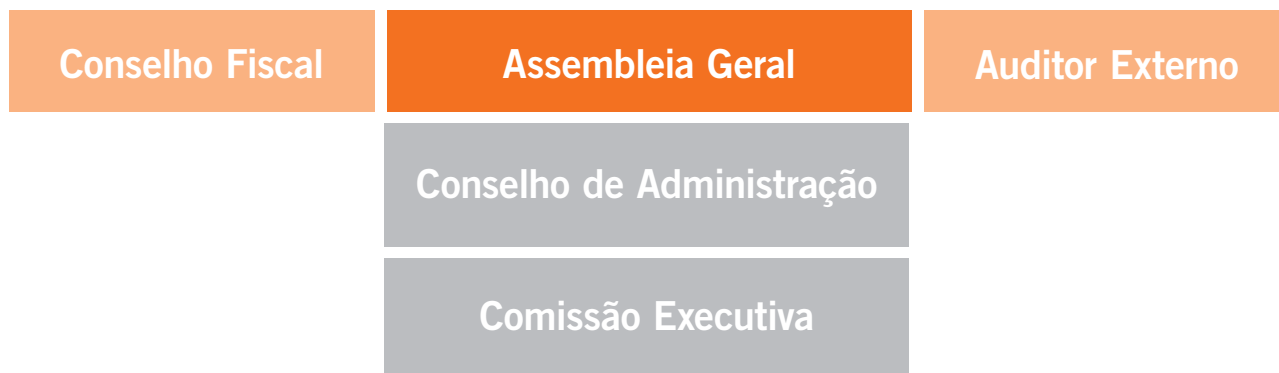
Para além disso, todos os membros dos Órgãos de Administração têm competência técnica, experiência profissional e adequada idoneidade moral para o exercício da função.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos.

As principais competências da Assembleia Geral, são as seguintes:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como designação do Auditor Externo;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas consolidadas e individuais, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;



- Caso não haja sido eleita uma Comissão de Remunerações, aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob Conselho de Administração;
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

SUPERVISÃO E GESTÃO EXECUTIVA

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 7 e um máximo de 15 membros, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas. O actual Conselho de Administração é composto por 12 membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por seis administradores, designados pelo próprio Conselho entre os seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente, e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração funciona de acordo com os Estatutos e com um Regulamento próprio, destacando-se de seguida as principais competências:

- Definir as políticas gerais do BFA;
- Aprovar o plano estratégico e os planos e orçamentos, tanto anuais como plurianuais, e as suas alterações, e acompanhar periodicamente a sua execução;
- Preparar os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apresentar à Assembleia Geral;
- Tomar a iniciativa de propor eventuais alterações de estatutos e de aumentos de capital, e ainda de emissões de obrigações que não caibam na sua competência, apresentando as correspondentes propostas à Assembleia Geral;
- Aprovar o Código de Conduta das sociedades que dominar totalmente;

- Praticar todos os demais actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social.

Para regular o seu funcionamento interno o Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por cinco a sete membros, a gestão corrente da Sociedade, com os limites fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no Regulamento de funcionamento da Comissão Executiva.

Não obstante, o Conselho de Administração tem ainda a responsabilidade de aprovar e acompanhar a estratégia de negócio e as estratégias de risco, bem como as políticas e acções necessárias para se atingirem os objectivos definidos, sendo estas implementadas por cada uma das Direcções do Banco envolvidas na sua execução.

Esta estratégia encontra-se traduzida no Orçamento Anual e em Planos de Acção, propostos pela Comissão Executiva, aprovados pelo Conselho de Administração.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, no âmbito do seu Regulamento de funcionamento aprovado pelo Conselho de Administração e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, dispõe de amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente do Banco, sendo o seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e funciona nos termos e com os objectivos definidos na Lei ou em regulamentação. O Conselho Fiscal é composto

por um Presidente e dois vogais efectivos, sendo um dos vogais um perito contabilista.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela PKF Angola – Consultores e Auditores S.A.. A regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso n.º 4/13.

O Banco defende que os seus Auditores são independentes na aceção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. O BFA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Rui de Faria Lélis
Secretário	Alexandre Lucena e Vale

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Fernando Costa Duarte Ulrich
Vice-Presidentes	Isabel dos Santos António Domingues
Vogais	José Pena do Amaral Mário Silva Diogo Santa Marta

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Emídio Pinheiro
Vogais	Mariana Assis António Matias Vera Escórcio Otilia Faleiro Francisco Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente	Amilcar Safeca
Vogal	Susana Trigo Cabral
Perito Contabilista	Henrique Camões Serra

AUDITOR EXTERNO

PKF Angola – Auditores e Consultores S.A.

ORGANIGRAMA

O organigrama do Banco assenta numa estrutura funcional, que permite uma clara divisão das áreas e funções de cada direcção, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.



Comissão Executiva do Conselho de Administração



António Matias
Administrador

Otília Faleiro
Administradora

Emídio Pinheiro
Presidente

Mariana Assis
Administradora

Vera Escórcio
Administradora

Francisco Costa
Administrador

Comissão Executiva do Conselho de Administração



Emídio Pinheiro Presidente

Emídio Pinheiro é Presidente da Comissão Executiva do BFA desde 2005. Ingressa no Grupo BPI em 1990 onde desempenhou um conjunto variado de funções. Inicialmente como Administrador Executivo da BPI Pensões e BPI Vida e das sociedades gestoras de fundos de investimento do BPI. Ingressou depois nas áreas comerciais do BPI, como Director Central, tendo tido responsabilidades nas seguintes áreas de negócio: Direcção de Emigração e Director Geral da Sucursal de França; Direcção de Centros de Investimento; Direcção Comercial de Particulares e Pequenos Negócios da Região de Lisboa da Direcção. Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. MBA pela Universidade Nova de Lisboa. É Vice-Presidente da Direcção da ABANC – Associação Angolana de Bancos e membro de Direcção do Centro Angolano de Corporate Governance.



Mariana Assis Administradora

Mariana Assis é Administradora do BFA desde 2005. Possui 38 anos de experiência, iniciando a sua carreira em 1975

no Banco Comercial de Angola, hoje BPC, no Departamento de Contabilidade como conferente de escrita, 1979 – Chefe de Secção, 1987 – Chefe de Sector e 1989 – Chefe de Departamento de Contabilidade Central. Admitida nos quadros do BFA em 1993 como técnica analista, exerceu as funções em 1994 de Chefe de Serviço da Contabilidade e em 2001 de Directora da Contabilidade. Licenciada em Economia na especialização de Contabilidade e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.



António Matias Administrador

António Matias é Administrador do BFA desde 2005 e Presidente da Direcção do IFBA. A par de uma carreira académica na área económica, possui mais de 15 anos de experiência na Banca, ingressando no BFA em Janeiro de 1998. Exerceu diversas funções na área comercial, tendo em 2001 assumido a Sub Direcção da Área de Créditos e, em Maio 2005, passa a Director Central da Direcção de Empresas. Licenciado em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto e Pós-Graduado em Banca, Seguros e Mercados Financeiros, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA). É Presidente da Direcção do Instituto de Formação Bancária de Angola – IFBA.



Vera Escórcio Administradora

Vera Escorcio é Administradora do BFA desde 2009. Possui 12 anos de experiência na Banca, iniciada em 2001 no BFA. Passou ainda pelo Banco BIC, exercendo funções na Direcção Financeira. Licenciada em Economia com a especialização em Economia de Empresa, pela Universidade Nova de Lisboa e Pós-Graduada em Gestão para a Banca, pela Católica Executive Education.



Otilia Faleiro Administradora

Otilia Faleiro é Administradora do BFA desde 2011 e Administradora não executiva da EMIS. Possui mais de 40 anos de experiência na Banca. Em 1992, assume a função de Directora Adjunta na Direcção de Sistemas de Informação do Banco BPI, passando a Directora Coordenadora da mesma área em 1998. Em 2000, é nomeada para assumir a Direcção de Projectos da Rede de Particulares e Pequenos Negócios e em 2007 passa a Directora Central de Organização e Métodos, assumindo em 2009 a função

de Directora Central de Financiamento Imobiliário, e em 2010 a Direcção de Operações de Crédito. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa. É Administradora não executiva da EMIS.



Francisco Costa Administrador

Francisco Costa é Administrador do BFA desde 2011. Com cerca de 30 anos de experiência na Banca, ingressa no Banco BPI em Janeiro de 1984 enquanto Analista de Projectos e passa a Coordenador de Projectos em 1987. A partir de 1989, assume cargos de Direcção, chegando a Director Central em 1992. Passa a Vogal do Conselho de Administração do BPI em 1995. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Aviso n.º 2/2013 do BNA veio definir e regular a obrigação de implementação de um Sistema de Controlo Interno por parte das Instituições Financeiras. Nele, o BNA procura dar primazia ao papel desempenhado pela Auditoria Interna, Compliance e Gestão do Risco, na gestão de um Sistema de Controlo Interno:

- **Função Risco:** Permite obter uma visão e gestão integrada dos riscos a que as Instituições se encontram expostas, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco.
- **Função Compliance:** Assegura uma correcta gestão do Risco de Compliance que decorre das obrigações legais e regulamentares, códigos de ética e de conduta a que as Instituições se encontram sujeitas.
- **Função Auditoria Interna:** Avalia a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno através da monitorização do cumprimento dos processos e procedimentos definidos.

O sistema de controlo interno do BFA é o plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela administração para atingir o objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

A segregação de funções é uma das componentes essenciais para a concretização eficaz do sistema de controlo interno, garantida por procedimentos descritos nas Normas, Ordens de Serviço, Circulares e pelos sistemas informáticos.

Este tema merece especial atenção nas auditorias que são efectuadas pela Direcção de Auditoria Interna do Banco, bem como pelos Auditores Externos, tomando-se em apreço as recomendações que delas resultam para melhorar ou colmatar eventuais deficiências apontadas a este nível.

PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da CECA contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

Desta forma, promove-se a transparência nas relações, envolvendo órgãos sociais e colaboradores, inibindo-se a participação em actividades ilegais e a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes e estipula que, quer os membros dos órgãos sociais quer os colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício independente das suas funções.

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores pertencentes ao Banco rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta do BFA aprovado no Conselho de Administração, disponibilizado na Intranet, cujo resumo das linhas principais são as seguintes:

- Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade do Banco, dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
- Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência, e garantir aos Clientes e às autoridades competentes, ressalvado o dever de segredo profissional, uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;
- Garantia da guarda e manutenção rigorosa do segredo profissional;

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

- Estabelecer a Igualdade de Tratamento aos Clientes do Banco em todas as situações em que não exista motivo de ordem legal e/ou contratual e/ou de risco para proceder de forma distinta;
- Gerir o Conflito de Interesses: nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais Clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; os conflitos entre interesses de Clientes, por um lado, e os do Banco ou dos seus Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente da Instituição, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos Clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
- Proibir Benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos Órgãos Sociais ou aos Colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida da qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
- Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão da actividade bancária, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos Órgãos Sociais e os Colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente, lhes surjam.

Nos contactos com os clientes e com o mercado, os órgãos sociais e colaboradores do BFA deverão ainda pautar a sua conduta pela máxima discrição e deverão guardar sigilo profissional acerca dos serviços prestados aos seus clientes e sobre os factos ou informações relacionados com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a Sociedade porventura haja emitido;
- 40% da parte restante para distribuição a todos os Accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.

Actualmente, os requisitos de constituição da Reserva Legal estão cumpridos.

Relativamente aos exercícios de 2009 a 2012, foram distribuídos na forma de dividendos 65% dos lucros obtidos, sendo os restantes 35% levados a reservas livres. A proposta de aplicação dos resultados de 2013, é de distribuir sob a forma de dividendos 50% do resultado do exercício, sendo os outros 50% levados a reservas livres.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Banco atribui uma especial importância à manutenção de uma relação franca e transparente com os Accionistas, as autoridades, a comunicação social e os restantes intervenientes no mercado.

A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório e Contas anual, e pela síntese das contas trimestrais em forma de balancete, publicadas no seu website.

Através da Intranet, é feita uma divulgação interna aos colaboradores, do desempenho e actividades do Banco.

Anualmente, o Banco também realiza uma reunião de quadros, com representantes das diferentes Direcções, para apresentação de resultados e perspectivas futuras.

Em Dezembro de 2013 foi lançado o primeiro número da revista interna BFA YETU, através da qual são partilhados algumas das principais actividades das diferentes áreas de negócio do Banco e dos seus colaboradores.

REVISTA INTERNA – BFA YETU

Como reforço da estratégia de comunicação interna do Banco, foi lançado o desafio e criado o projecto BFA YETU.

BFA YETU é a Revista Interna do Banco e em Dezembro de 2013 foi lançada a sua 1ª Edição. Yetu na língua Kimbundo significa "nosso". A Revista BFA YETU foi lançada no âmbito da comemoração dos 20 anos do BFA. Pretende-se com esta iniciativa melhorar a divulgação das actividades do Banco a todos os colaboradores.



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



Principais Áreas de Negócio

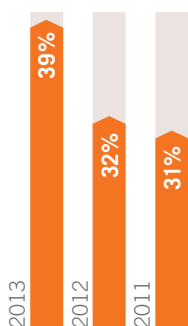
REFORÇO DA POSIÇÃO DE LIDERANÇA E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE

Aumento expressivo da bancarização da população angolana

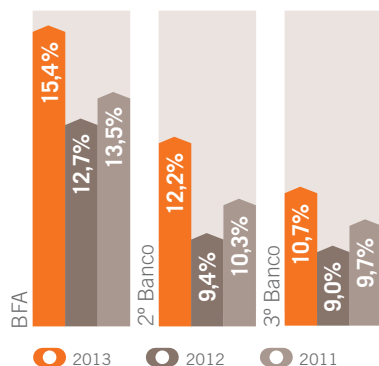
O aumento do índice de bancarização da população angolana tem sido um dos principais focos da actividade do Sector Financeiro. As medidas tomadas pelo Banco Central em conjunto com as instituições financeiras, têm-se reflectido num aumento do nível de bancarização da população. Por exemplo, tomando como base um inquérito à população residente na província de Luanda com 15 ou mais anos, em 2013 registou-se um índice de bancarização de 39%, mais 7% que no ano anterior.

Acompanhando a tendência de crescimento do índice de bancarização, a taxa de penetração do BFA na população residente na província de Luanda com 15 ou mais anos, subiu para 15,4%, um crescimento de 2,3% face à média dos 2 anos anteriores, que bem ilustra a dinâmica do BFA na captação e no relacionamento com o mercado e com os seus Clientes.

Evolução do Índice de Bancarização¹



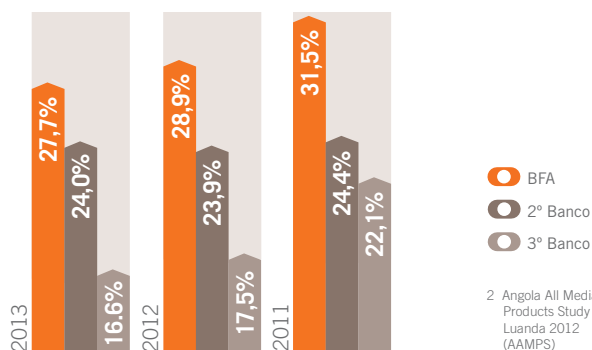
Evolução da Taxa de Penetração¹



¹ Angola All Media & Products Study - Luanda 2013 (AAMPS)

A crescente robustez, aliada ao esforço desenvolvido pelo BFA no sentido de diversificar a sua presença por mais províncias do País e alargar a oferta de produtos aos seus clientes, reflectem-se na consolidação da quota de mercado enquanto Banco Principal, na qual o BFA mantém a liderança.

Evolução da Quota de Mercado como Banco Principal²



² Angola All Media & Products Study Luanda 2012 (AAMPS)

Sustentabilidade e Consolidação da Posição de Mercado

A melhoria da qualidade de atendimento tem sido um dos princípios de actuação transversal a todas as áreas comerciais do Banco, que se tem reflectido no crescimento do número de clientes. Em 2013, o BFA captou cerca de 120 mil novos Clientes, uma média mensal de cerca de 10 mil.

A contínua aposta na captação de capital humano e na mobilização das equipas comerciais e de back-office, permitiram ao BFA crescer em todos os domínios e vertentes da moderna distribuição bancária, como por exemplo, através da expansão da sua rede de balcões para 175 em 2013 e do forte crescimento em ATM's e TPA's, como na expressiva adesão ao canal internet.

PRINCIPAIS INDICADORES BFA

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Colaboradores (n.º)	2 172	2 267	2 428	4,4%	7,1%
Clientes (n.º)	910 436	1 073 876	1 192 513	18,0%	11,0%
BFA Net (n.º)	219 020	348 571	402 654	59,2%	115 415,6%
Balcões (n.º)	158	167	175	5,7%	4,8%
ATM's Activos (n.º)	298	320	347	7,4%	8,4%
TPA's Activos (n.º)	2 908	3 917	4 842	34,7%	23,6%

PARTICULARES E NEGÓCIOS

EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Clientes (n.º)	902 614	1 065 115	1 183 210	18,0%	11,1%
BFA Net (n.º)	214 891	343 445	397 033	59,8%	15,6%
Cartões Débito (n.º)	434 284	554 607	632 327	27,7%	14,0%
Cartões Crédito (n.º)	8 425	10 172	12 614	20,7%	24,0%
Conta Ordenado (n.º)	38 648	44 117	58 096	14,2%	31,7%

Expansão da Rede Comercial e melhoria da eficiência no atendimento ao Cliente

Em 2013 o BFA continuou o seu investimento na expansão da rede comercial, dando expressão à sua política de proximidade e de servir cada vez melhor os seus clientes. Foram inauguradas 9 novas Agências: 4 na Província de Luanda, 2 em Benguela, 1 no Huambo, 1 na Huíla e 1 no Namibe.

Com o objectivo de desenvolver e aprofundar o relacionamento com os clientes do segmento Empresários e Negócios, a Direcção de Particulares e Negócios estabeleceu um ambicioso programa de visitas a clientes. Este tipo de acções comerciais, para além do reforço da relação com os clientes, permitiu fomentar o aumento da concessão de crédito e do cross-selling de outros produtos.

No âmbito da melhoria da qualidade de serviço, é de destacar o alargamento a todas as agências do projecto eMudar@BFA que introduziu um novo *front end* para as operações de balcão, através de tecnologias de *work-flow* e arquivo digital de documentação. Abrange já os processos de abertura e alteração de conta de Clientes particulares e empresas.

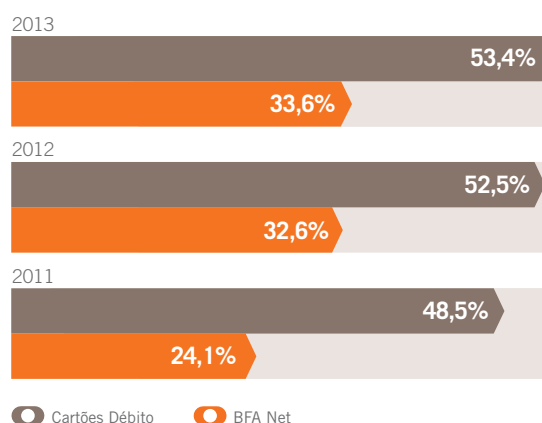
Vitalidade na captação de Clientes

O número de clientes dos segmentos Particulares e Empresários e Negócios, aumentou em 2013, 11,1% face a 2012, o que se traduziu em termos absolutos, em mais 118 mil novos clientes. Este valor revela a dinâmica da actuação do BFA na área da banca de retalho onde se afirma como referência de mercado. Neste contexto, a qualidade de serviço ao Cliente continua a ser um dos desafios mais significativos.

Verifica-se uma evolução claramente positiva na colocação de produtos e serviços ligados aos meios de pagamento e

novos canais electrónicos, com vista ao acesso às principais operações bancárias, dinâmica que teve como resultado um melhoria expressiva na taxa de penetração na base de Clientes.

Taxa de Penetração BFA Net e Cartões Débito Particulares e Negócios



Evolução dos Depósitos e “Desdolarização” da Economia Angolana

A captação de depósitos permite ao Banco manter elevados níveis de liquidez, assegurando o financiamento da economia e a preparação do BFA para os desafios futuros. Neste sentido, um dos indicadores mais relevantes na caracterização do desempenho do BFA é a evolução dos depósitos.

O volume de depósitos da DPN cresceu 7,5% tendo ultrapassado os 3 Mil Milhões USD.

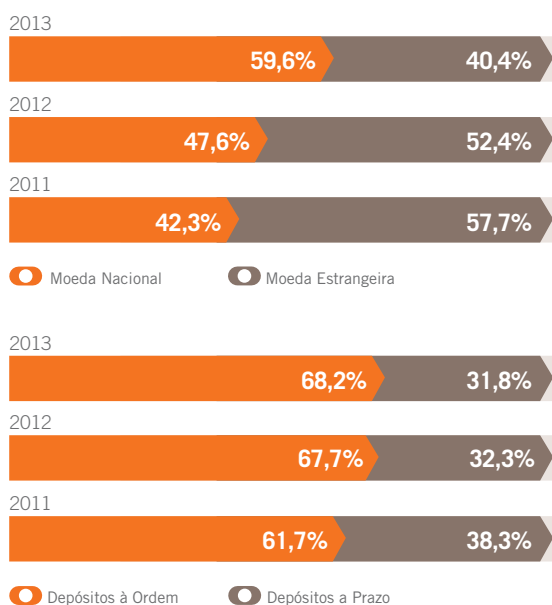
O processo de desdolarização da economia teve como reflexo um aumento mais acentuado dos depósitos em moeda nacional que passaram a representar quase 60% do total de depósitos da banca de retalho.

RECURSOS DE CLIENTES – PARTICULARES E NEGÓCIOS

Milhões USD

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Recursos	2 733,6	2 924,9	3 143,7	7,0%	7,5%
Depósitos	2 732,6	2 923,8	3 142,1	7,0%	7,5%
Depósitos à Ordem	1 686,6	1 980,5	2 141,8	17,4%	8,1%
Depósitos a Prazo	1 046,1	943,3	1 000,2	-9,8%	6,0%
Outros Recursos	1,0	1,1	1,7	15,4%	47,2%

Estrutura de Depósitos por Tipo e Moeda Particulares e Negócios



À semelhança do verificado nos anos anteriores, foram os depósitos à ordem que registaram um maior incremento no global dos depósitos. Os depósitos a prazo registaram um aumento de cerca de 6% quando comparado com o ano transacto.

Crescimento expressivo no crédito a Clientes

Em relação ao crédito, no seguimento do observado em 2012, verificou-se uma expansão da carteira de crédito de 6,2% atingindo os 442,7 Milhões USD, com especial incidência no segmento de Negócios, o qual apresenta uma evolução positiva de 50,6% face ao ano anterior.

O crédito a financiamentos representa a maior fatia do crédito empresarial (27,1%), em linha com o aumento da exposição e apoio do BFA ao tecido empresarial.

Crédito a Clientes Particulares e Negócios



O crédito a Particulares, continua a representar o maior peso relativo no total de crédito concedido, sendo responsável por 90% do total da carteira de crédito concedido, versus os 10% do crédito a Negócios.

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE PROTOCOLOS

A Direcção de Gestão de Protocolos iniciou actividade em Julho de 2013, pretendendo dar resposta de uma forma mais organizada e competitiva ao objectivo de acelerar a celebração Protocolos com Instituições e Empresas, nos quais são estabelecidas vantagens no acesso e no preço de determinadas operações de crédito para os seus colaboradores que domiciliem os salários no BFA.

Neste âmbito, foram criadas ofertas específicas das quais se destacam:

- Oferta Funcionário Público que contempla condições especiais de preçário no acesso ao crédito pessoal, automóvel e habitação; e
- O produto “Crédito Express”, com taxas bonificadas e sem obrigatoriedade de avalistas, exclusivo para crédito ao abrigo de protocolos com empresas do sector petrolífero.

CENTROS DE INVESTIMENTO

EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – CENTROS DE INVESTIMENTO

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Clientes (n.º)	2 134	2 844	3 166	33,3%	11,3%
BFA Net (n.º)	1 642	2 391	2 658	45,6%	11,2%
Cartões Débito (n.º)	1 098	1 992	2 549	81,4%	28,0%
Cartões Crédito (n.º)	1 212	1 657	2 023	36,7%	22,1%

EXPANSÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES E AUMENTO DOS RECURSOS

A rede de Centros de Investimento assume-se como um dos pilares do objectivo de segmentação e especialização levados a cabo pelo BFA, no sentido de desenvolver equipas especializadas e focadas no relacionamento personalizado com os seus clientes. Neste sentido, os Centros de Investimento foram estruturados, tendo como objectivo a captação e o desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades de clientes de elevado património ou como elevado potencial de acumulação patrimonial.

No sentido de consolidar a sua estratégia de crescimento e de melhorar continuamente a sua qualidade de atendimento, o Gabinete de Apoio à Rede de Centros de Investimento que tem como objectivo o apoio administrativo às estruturas comerciais da Direcção, libertando-as para um acompanhamento cada vez mais personalizado e atento às necessidades dos clientes, mostrou-se como uma solução muito eficaz na organização da Direcção.

Expansão da Base de Clientes e da Comercialização de Cartões

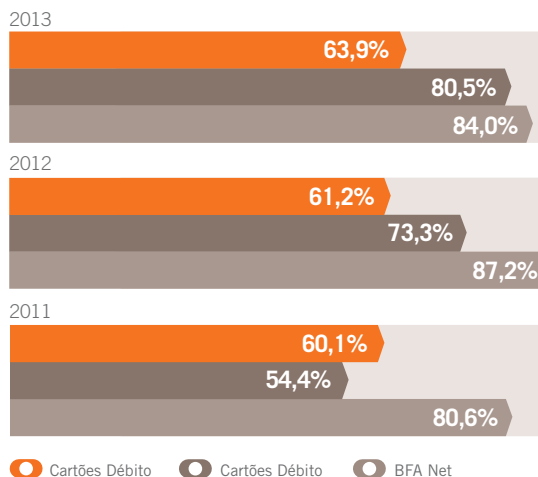
O número de clientes voltou a crescer tendo ultrapassado a fasquia dos 3.000 clientes em 2013.

O total de clientes com acesso a serviços de Homebanking atingiu os 2.658 clientes, o que representa um acréscimo de 11,2% face ao ano anterior.

Também ao nível de comercialização de cartões de crédito e débito se registou um aumento, de 22,1% e 28%, respectivamente.

Este crescimento, quer ao nível da utilização dos meios de pagamento, quer ao nível dos canais electrónicos traduz o esforço consolidado do Banco na disponibilização de um maior número de soluções aos seus clientes, potenciando a sua fidelização e satisfação, as quais se reflectem nas elevadas taxas de penetração, em particular nos serviços BFA Net e de cartões de débito.

Taxa de Penetração BFA Net, Cartões de Débito e Cartões de crédito – Centros de Investimento



Crescimento Significativo dos Recursos de Clientes

No seguimento da tendência crescente verificada nos últimos anos, os recursos de clientes registaram, em 2013, um crescimento de 13,2%, atingindo os 1 721,1 Milhões USD.

Desagregando por depósitos à ordem e depósitos a prazo, o crescimento situou-se, aproximadamente na mesma proporção com os depósitos à ordem a atingirem os 132,1 Milhões USD, o que traduz um aumento de 12,5% face ao ano anterior, e os depósitos a prazo a apresentarem

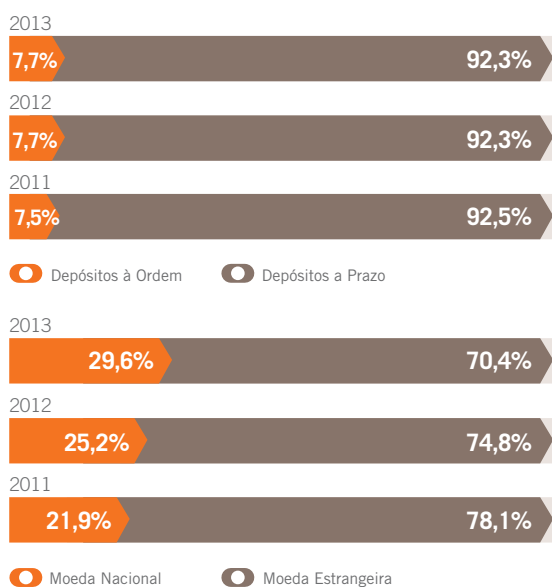
RECURSOS DE CLIENTES – PARTICULARES E NEGÓCIOS

Milhões USD

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Recursos	1 243,3	1 520,9	1 721,1	22,3%	13,2%
Depósitos	1 242,4	1 519,9	1 719,7	22,3%	13,1%
Depósitos à Ordem	92,9	117,4	132,1	26,4%	12,5%
Depósitos a Prazo	1 149,4	1 402,5	1 587,7	22,0%	13,2%
Outros Recursos	1,0	0,9	1,3	-0,7%	41,1%

uma variação positiva de 13,2% face a 2012, subindo para os 1.587,7 Milhões USD. Desta forma, o seu peso na estrutura dos depósitos mantém-se inalterado, com os depósitos a prazo a representarem 92,3% do total de depósitos de Clientes.

Estrutura de Depósitos por Moeda Centros de Investimento



Observando a estrutura de recursos dos Clientes dos Centros de Investimento, verifica-se que os depósitos a prazo representam a grande maioria dos recursos, caracterizando-os essencialmente como um segmento de poupança.

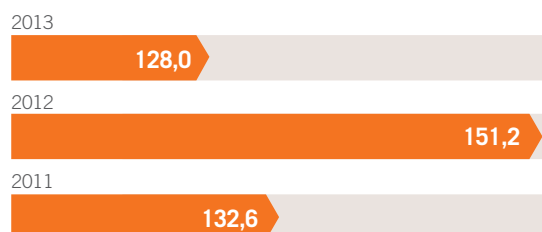
Analisando a constituição por tipo de moeda, constatamos o impacto do efeito de desdolarização neste segmento, onde o peso da moeda estrangeira registou uma diminuição de 7,7%

nos últimos dois anos, embora ainda represente a maioria dos recursos.

Evolução do Crédito Concedido

Embora se tivesse verificado em 2012 uma inversão da tendência decrescente do crédito concedido a clientes, 2013 voltou a registar uma quebra na carteira de crédito, que se situou nos 128,0 Milhões USD.

Crédito a Clientes Centros de Investimento



Sendo aquele que mais pesa no total de crédito concedido (58%), o crédito ao consumo a Particulares foi o principal responsável pela redução da carteira global, registando uma quebra de 27,1% face a 2012.

EMPRESAS

EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – BANCA DE EMPRESAS

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Clientes (n.º)	5 247	5 479	5 800	4,4%	5,9%
BFA Net (n.º)	2 427	2 662	2 903	9,7%	9,1%

A estrutura do Banco para servir este segmento está organizada nas seguintes áreas:

- Direcção de Empresas – rede especializada de Centros de Empresas responsável pelo acompanhamento comercial dos clientes;
- Direcção de Financiamentos Estruturados e ao Investimento – responsável pela estruturação de financiamentos de maior valor e complexidade;
- Direcção de Risco de Crédito a Empresas – responsável pela avaliação das operações de crédito deste segmento;
- Direcção de Operações Imobiliárias – responsável pela avaliação de financiamento e acompanhamento da carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário.

Melhoria da qualidade de serviço

Aumento da proximidade com os clientes é uma prioridade. Neste sentido foi definido um programa de vistas a 3.000 Clientes com o objectivo de aprofundar e aumentar o conhecimento das suas características e necessidades. Como forma de acompanhar adequadamente este programa, foram definidas coreografias de reuniões entre os Directores Regionais e as suas equipas.

Para além disso, o BFA continuou o esforço de ampliação e renovação da sua rede de distribuição:

- Com a abertura de um Centro de Empresas dedicado exclusivamente às empresas prestadoras de serviços do sector petrolífero – Centro de Empresas Oil & Gas Vendors. Esta abertura resulta do aprofundamento da estratégia de segmentação e criação de oferta de valor específica para a empresas do sector Oil & Gas;

- Com a abertura de um novo Centro de Empresas (Centro de Empresas Rainha Ginga) para acolher os Clientes servidos pelo Centro de Empresas Serpa Pinto, que foi encerrado.

Expansão da Base de Clientes e Aumento da Taxa de Penetração de Serviços

O número de clientes do segmento de Banca de Empresas voltou a crescer em 2013, tendo atingido os 5.800 clientes.

O serviço BFA Net Empresas, com funcionalidades específicas para as Empresas, verificou em 2013 um incremento de 9,1% no número de clientes aderentes ao serviço, e um aumento da taxa de penetração, que atingiu 50,1%.

Este serviço especializado para os clientes do segmento empresarial, permite a realização das suas operações bancárias com a máxima conveniência e comodidade.

Taxa de Penetração BFA Net Banca de Empresas



Crescimento dos Recursos de Clientes

Em 2013 os recursos de clientes do segmento de Banca de Empresas voltaram a registar um aumento significativo (+16,6% face a 2012), totalizando 2.873 Milhões USD. Este crescimento torna-se ainda mais expressivo (+28,8%) se considerada a carteira de títulos (Obrigações do Tesouro) captada no final do ano, aos Clientes reembolsados desta forma pelo Estado.

RECURSOS DE CLIENTES

Milhões USD

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Recursos	2 201,5	2 463,4	3 154,5	11,9%	28,1%
Depósitos	2 201,5	2 463,4	2 873,4	11,9%	16,6%
Depósitos à Ordem	1 330,8	1 537,4	1 860,0	15,5%	21,0%
Depósitos a Prazo	870,6	926,0	1 013,4	6,4%	9,4%
Títulos*	-	-	281,1	-	-

* Títulos de clientes à guarda do BFA e considerados em rubricas extra-patrimoniais, considerados fora de Balanço.

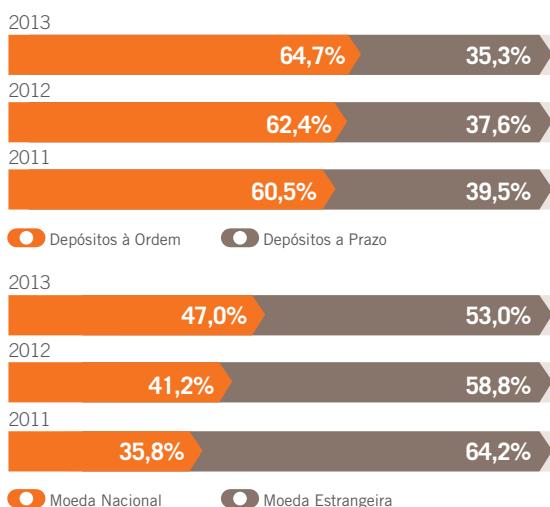
CRÉDITO A CLIENTES SEGMENTO BANCA DE EMPRESAS

Milhões USD

	2011	2012	2013	Δ% 11-12	Δ% 12-13
Crédito	985,1	1 279,3	1 217,5	29,9%	-4,8%
Empresas	985,1	1 279,3	1 217,5	29,9%	-4,8%
Crédito Sobre Clientes	812,9	874,8	926,5	7,6%	5,9%
Crédito por Assinatura	172,2	404,5	291,0	134,9%	-28,1%
Cr. Doc. Importação	57,0	105,3	104,7	84,8%	-0,5%
Garantias Prestadas	115,2	299,3	186,3	159,7%	-37,8%
Outros	0,04	0,01	0,02	-82,0%	214,7%

Os depósitos à ordem foram os que mais contribuíram para este crescimento, apresentando uma evolução positiva de 21% face a 2012, 322,6 Milhões USD adicionais ou 691 Milhões USD se incluídos os títulos. Os depósitos a prazo registaram um crescimento de 9,4%, totalizando 1.013,4 Milhões USD no final de 2013. Para esta expansão significativa dos recursos tiveram um contributo expressivo os dois Centros de Empresas dedicados ao segmento Oil & Gas.

Estrutura de Depósitos por Moeda Banca de Empresas



Analisando a estrutura dos depósitos por moeda, verifica-se um incremento no volume agregado de depósitos em moeda nacional, cujo peso no total dos depósitos aumentou 5,8 pontos percentuais.

Evolução do Crédito

No que respeita à carteira de crédito neste segmento, registou-se em 2013 um decréscimo de 4,8%, derivado da quebra, no último mês do ano, na carteira de Garantias Prestadas para concurso de grandes obras, tendo a mesma sido reduzida em 37,8%.

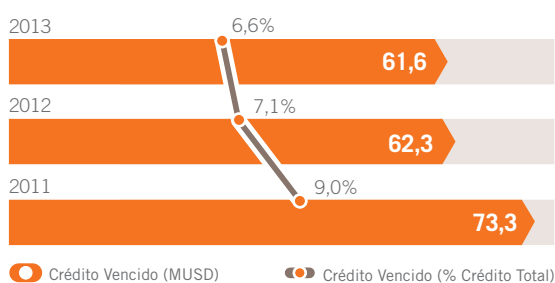
O crédito concedido sobre Clientes registou um acréscimo, de 5,9%, em linha com o crescimento no sistema financeiro, tendo a carteira global atingido um volume aproximado de 1.217,5 Milhões USD.

Solidez da Carteira de Crédito

O volume de crédito vencido do segmento de Banca de Empresas voltou a cair em 2013 (-1,1%), situando-se nos 61,6 Milhões USD. O rácio de crédito vencido passou para 6,6%, numa tendência consistente com a sua redução nos últimos 3 anos.

Desta forma, o rácio de cobertura por provisões subiu para 114,7%, assinalando uma melhoria na qualidade e robustez da carteira de crédito.

Qualidade de Crédito Banca de Empresas



Financiamentos Estruturados e ao Investimento

Esta área é responsável pela estruturação de financiamentos *tailor made*, com carácter de médio e longo prazo e com montagem jurídica complexa, designadamente:

- projectos tipo *start-ups*;
- *project finance*;
- fusões & aquisições;
- grandes investimentos de projectos em risco corporate e cujo o risco de projecto impacta significativamente na empresa;
- financiamentos ao Estado e a Organismos Públicos e/ou com garantia do Estado Angolano;
- financiamentos estruturados com sindicatos bancários;
- reestruturação de passivos / substituição de passivos em grandes Grupos Empresariais, com forma de salvaguarda do envolvimento de crédito;
- projectos com partilha de risco, nomeadamente com Agências Multilaterais e Bilaterais e com *Export Credit Agencies* (ECAs);
- o Crédito Agrícola, destinados ao sector agro-pecuario, neles estando incluída a avaliação da componente técnica dos mesmos e o Crédito ao Investimento, que se destinem

a financiar investimentos não correntes ou abrangidos pelo Programa Angola Investe.

ANGOLA INVESTE

O programa Angola Investe é um programa de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) ou Micro, Pequenos e Médios Empreendedores Singulares (MPMES) que permite financiar projectos de investimento e fundo de manei, desde que em ligação ao investimento corpóreo.

Este programa disponibiliza dois importantes mecanismos para o incentivo da actividade económica, nomeadamente:

- Bonificação de taxas de juro;
- Mecanismo de Garantias Públicas.

As principais vantagens são as taxas de juro bonificadas com um valor máximo de 5% e a possibilidade de recurso ao mecanismo de garantias públicas até 70% do montante total do financiamento.

No final de 2013, o BFA tinha aprovado 16 propostas de crédito enquadradas neste programa e desembolsou 12.

OIL & GAS

OFERTA DE VALOR SEGMENTADA – PRIORIDADE NO ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO, EFICIÊNCIA OPERACIONAL, SOLIDEZ E SEGURANÇA

A aprovação pela Assembleia Nacional da Lei Cambial (Lei n.º 2/12) introduziu um desafio significativo no mercado bancário Angolano mas também e a par com a mesma, uma alteração substancial no funcionamento do mercado associado à exploração de petróleo, concretizando o objectivo do Executivo Angolano de internalizar os fluxos monetários gerados pela indústria petrolífera, fortalecendo o sistema bancário e economia.

As exigências da nova Lei centram-se na alteração nos fluxos utilizados pelas empresas do sector petrolífero no que concerne aos pagamentos efectuados no âmbito da sua actividade em Angola. Efectivamente, é introduzida a obrigatoriedade das operadoras petrolíferas e de a Concessionaria Nacional realizarem os pagamentos de todos os encargos tributários e de bens e serviços fornecidos por entidades residentes e não residentes a partir de uma instituição financeira domiciliada em Angola, nomeadamente:

- Pagamento de bens e serviços a entidades residentes em moeda nacional;
- Pagamento de bens e serviços a entidades não residentes cambiais em moeda estrangeira; e
- Pagamento de encargos fiscais.

A partir de Julho 2013 o novo regime cambial impôs que os pagamentos a fornecedores de bens e serviços residentes cambiais fossem efectuados em Kwanzas, gerando um acréscimo muito significativo no volume de operações cambiais de compra de USD com esses clientes, incrementando a disponibilidade de recursos em moeda estrangeira para os bancos angolanos, derivado da internalização de tais fluxos financeiros.

Em Outubro de 2013 foi concluída a implementação da última fase da Nova Lei Cambial (Lei n.º 2/12), a qual impôs a obrigatoriedade das empresas petrolíferas efectuarem o pagamento a fornecedores de bens e serviços a não residentes cambiais através de instituições financeiras bancárias

Angolanas. Esta alteração de legislação tem impacto directo no aumento do número de operações sobre o exterior.

O BFA preparou e capacitou a sua estrutura no sentido de proporcionar uma oferta de produtos e serviços especializados. Para tal entre 2012 e 2013, foram criados dois Centros de Empresa: o Centro de Empresas Oil & Gas Operators – com o objectivo de servir as empresas operadoras do sector petrolífero e o Centro de Empresas Oil & Gas Vendors – como resposta às necessidades específicas das prestadoras de serviços às empresas do sector petrolífero.

Acompanhamento especializado

O BFA dotou a sua estrutura com colaboradores dedicados exclusivamente ao segmento de Oil & Gas, confirmando o seu compromisso de uma grande disponibilidade e acompanhamento rigoroso às empresas do sector e ser o parceiro preferencial para a realização dos seus negócios.

Os clientes do sector têm assim à sua disposição no BFA equipas com dedicação exclusiva e com capacidade de apresentar soluções que respondam inteiramente às suas necessidades, cumprindo um objectivo de acompanhamento por profissionais com profundo conhecimento das especificidades transaccionais do sector, bem como de maior rapidez no tratamento das suas instruções.

Eficiência operacional

Reconhecendo as necessidades transaccionais das empresas do sector, o BFA dotou a sua estrutura operacional de sistemas de processamento de pagamentos e transferências resilientes e capazes de realizar operações com as características necessárias pelas empresas do sector petrolífero.

Assim, tendo como objectivo o desenvolvimento de uma solução automatizada e privilegiando a eficiência e rapidez na execução das operações, em 2013 o BFA terminou a implementação do sistema automatizado *straight through processing* (STP) para o processamento de transacções em série, permitindo aos seus clientes a realização de transacções para uma multiplicidade de destinos e em múltiplas moedas, sem intervenção humana. Este sistema

confirma a aposta do BFA no desenvolvimento de soluções cada vez mais robustas, mas também, o seu compromisso de apresentar às empresas do segmento petrolífero soluções totalmente adequadas às suas necessidades, em particular, tendo em especial consideração as exigências introduzidas pela nova lei cambial.

O serviço BFA Net Empresas permite ainda aos clientes deste segmento uma gestão financeira eficiente e totalmente segura, estando disponível um significativo de operações bancárias, nomeadamente:

- Realização de pagamento de salários a colaboradores;
- Realização de pagamentos a fornecedores;
- Realização de transferências entre contas BFA e interbancárias;
- Consulta de informação financeira e movimentos em contas e cartões de crédito;
- Requisição de cheques.

De forma a garantir uma comunicação directa e segura de transacções dos seus clientes, o BFA disponibiliza ainda soluções através de ligações VPN ou através de mensagens Swift MT101, garantindo a transmissão e satisfação atempada das diferentes necessidades transaccionais.

Solidez e segurança

O elevado grau de solidez financeira do BFA faz do mesmo um parceiro ideal para as empresas do sector petrolífero.

A sólida estrutura de balanço garante uma total preparação do BFA para uma estreita colaboração com os seus clientes do segmento petrolífero, garantindo uma satisfação atempada das suas necessidades financeiras e operativas.

As soluções aplicacionais e tecnológicas desenvolvidas e disponibilizadas pelo BFA e pelos Centros de Empresas Oil & Gas – Operators e Vendors aos seus clientes, assentam em processos e tecnologias alinhados com as melhores práticas do sector, garantindo toda a segurança, celeridade,

eficiência e integridade no processamento das transacções. Em particular, o serviço BFA Net Empresas garante a confidencialidade e segurança total na realização das operações, assentando no uso de Chaves de Acesso e de Confirmação, e permitindo a criação de perfis de autorização diferenciados consoante a natureza das transacções a realizar.

O foco neste sector específico e a fidelização de clientes, gerou um aumento considerável do volume de operações cambiais, que permitiram ao BFA posicionar-se como participante activo no mercado cambial interbancário, fundamentando o desenvolvimento de novos produtos, como as operações de venda de moeda a prazo.

UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

Uma Equipa Especializada com Profissionais Experientes

A actuação da Unidade de *Business Development* (UBD) foca-se na identificação de oportunidades de investimento em Angola, com especial incidência nos sectores de maior potencial de crescimento, procurando os players quer a nível nacional, quer a nível internacional, que reúnam as melhores condições para promover as oportunidades identificadas.

A actividade da UBD é desempenhada por uma equipa especializada, formada por profissionais angolanos e portugueses, experientes e credenciados na actividade de Banca de Investimento e na prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira.

Nos seus quatro anos de actividade, a UBD intensificou o seu esforço de marketing institucional da “*Angola's Opportunity*”, por diferentes zonas geográficas, nomeadamente através de *roadshows*, com vista à identificação de potenciais investidores para novas oportunidades no país.

Apoiada pela vasta experiência e *know-how* internacional do Grupo BPI no segmento de Banca de Investimentos e em virtude dos contactos exploratórios já desenvolvidos com alguns dos principais *players* a nível internacional, em sectores chave para o desenvolvimento económico Angolano, a UBD encontra-se numa posição privilegiada que lhe permite apoiar as entidades Angolanas no seu percurso com vista ao desenvolvimento agrícola e industrial do país.

Para além desta linha de actuação, a UBD tem em execução diversos mandatos de assessoria e consultoria financeira em áreas como: *Corporate Finance*, *Project Finance* e *Capital Markets*.

Crescimento Expressivo da Actividade

O ano 2013 foi um ano *record* de actividade para a UBD revelado por um crescimento quase 5 vezes superior à actividade desenvolvida em 2012.

Do ponto de vista da acção comercial, a UBD tem-se pautado pela realização de inúmeros contactos directos ou reuniões

com potenciais investidores, permitindo-lhe diversos novos mandatos de prestação de serviços de assessoria financeira.

Crescimento Sustentado em Conjunto com os seus Clientes

Em virtude da considerável expansão da sua actividade em 2013 e face às previsões de crescimento da economia Angolana para 2014, a UBD espera novo crescimento da sua actividade durante o exercício do próximo ano.

No seguimento do observado no ano anterior, Angola continua a atrair o investimento estrangeiro o que, aliado a um maior grau de profissionalização na gestão da reorganização e optimização das carteiras de negócio e activos nos grupos e empresas presentes em Angola, fornecem à UBD um enquadramento de base sólido, propício ao crescimento contínuo e sustentado da sua actividade.

Inovação e Tecnologia

REFORÇO DA MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO BFA

Continuação do Investimento na Modernização dos Sistemas

Ao longo do ano 2013, o BFA manteve o investimento nos Sistemas de Informação como um pilar da Inovação, Modernização e Controlo de Riscos do Banco, tendo dado continuidade a iniciativas de carácter tecnológico anteriormente iniciadas e lançou projectos que contribuem para que os Sistemas do Banco acompanhem e potenciem o seu crescimento.

Em 2013, o investimento do BFA na área de tecnologia esteve focado:

- I. Na continuidade da implementação do novo *front-end* de apoio à actividade comercial desenvolvido no âmbito do projecto eMudar@BFA;
- II. No incremento da segurança e dos mecanismos de controlo do risco operacional associado aos seus sistemas de informação;
- III. No aprofundamento dos sistemas de transferências e pagamentos;
- IV. No desenvolvimento de sistemas de suporte ao crescimento do negócio e controlo de risco do BFA.

I. Implementação do Projecto eMudar@BFA: Um Projecto Estruturante e Transversal à Actividade do BFA

Em 2013 deu-se continuidade à implementação do novo sistema informático de apoio à actividade comercial desenvolvido no âmbito do projecto eMudar@BFA, através do alargamento desta solução a todos os balcões. Este sistema consiste num novo *front-end* implementado nos Balcões, Centros Empresa e Centros de Investimento que introduziu mecanismos baseados em metodologias de workflow padronizados para o processamento das diversas actividades bancárias dos balcões, nomeadamente abertura e movimentação de contas, transferências, subscrição de cartões, movimentação de cheques, depósitos, levantamentos e outros serviços.

Este novo sistema revela-se estruturante para o desenvolvimento da actividade do BFA, na medida em que:

- Introduce procedimentos padronizados, tornando os processos mais simples e intuitivos;
- Assegura níveis de serviço e redução do tempo de tratamento dos processos;
- Permite a automatização dos processos, garantindo maiores níveis de segurança e uma maior celeridade nos canais regulares de aprovação;
- Permite a desmaterialização dos processos e documentos físicos, substituindo-os sempre que possível por documentos digitais, permitindo *à posteriori* a sua consulta descentralizada, monitorização e auditoria;
- Garante a uniformização de processos independentemente do canal de acesso (Rede Comercial, Serviços Centrais, Telefone, Internet);
- Assegura a compatibilidade com a base de dados de colaboradores, permitindo níveis de segurança elevados na gestão aplicacional;
- Permite uma redução significativa do risco operacional; e
- Permite a melhoria inequívoca da qualidade de serviço aos clientes.

Em 2014, pretende-se o alargamento do eMudar@BFA para novos processos, meios de movimentação (cheques, cartões, transferências) e adesão ao serviço BFA Net.

Em paralelo com o novo *front-end* foi desenvolvida uma nova plataforma que permitirá a integração e uniformização dos sistemas do BFA bem como o futuro desenvolvimento e integração de aplicações e produtos.

A implementação deste novo sistema foi estruturada em quatro fases, tendo-se concluído a *roll-out* da primeira fase para toda a rede comercial e dado início ao desenvolvimento da segunda fase.

AMBIENTE – DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS

Com o eMudar@BFA, o BFA deu início a uma revisão e desmaterialização dos seus processos, tornando-os mais simples, com menor risco operacional e suportados, sempre que legalmente possível, em documentos digitais, reduzindo o consumo e a circulação de papel. Até Dezembro de 2013, existiam no repositório de documentos digitais 529.026 documentos digitais, a maioria dos quais dispensando a existência de correspondente em papel.

Até essa data, tinham sido concluídos 219.776 processos na plataforma eMudar@BFA, a que corresponde a uma média de 3.816 processos concluídos por semana, traduzindo-se num importante ganho de eficiência e controlo de risco operacional.

Em 2013 foram abertas 56.306 contas, às quais foram associadas a necessária documentação em formato digital. A informação recolhida é validada por equipas de backoffice, criadas para o efeito.

II. Segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação

O BFA reconhece que a disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Foram reforçadas as políticas de segurança do BFA com a adopção de diversas iniciativas, nomeadamente:

- A instalação do novo Centro de Processamento de Dados na EMIS, com recurso a tecnologias de ponta, sendo o anterior utilizado como back-up;
- Foram adoptadas ferramentas que permitem a actualização remota das aplicações instaladas nos diversos postos de trabalho, contribuindo para uma maior uniformidade destes, maior resiliência e eficiência na actualização;
- Foram instaladas novas ferramentas de anti-vírus que incrementaram significativamente o grau de protecção da rede informática do BFA;
- Foi aprofundada a estabilidade da rede de comunicações do BFA, com maiores níveis de redundância para as áreas comerciais e serviços centrais assim como um reforço dos equipamentos e respectivo software.

III. Aprofundamento dos Sistemas de Transferências e Pagamentos

Ciente da relevância dos Sistemas de Transferências e Pagamentos para a evolução do Sistema Financeiro, o BFA assumiu o investimento nestes sistemas como estratégico e investiu na modernização dos seus sistemas de pagamentos e no desenvolvimento de soluções transaccionais adaptadas às necessidades dos seus clientes, como é exemplo a criação da funcionalidade de upload de ficheiros de salários através da plataforma BFA Net.

Neste âmbito, foram introduzidas novas funcionalidades no sistema automatizado *straight-through-processing* de processamento de transacções em série multi-destino e multi-moeda, alargando o conjunto de necessidades cobertas e reforçando o controlo de risco deste sistema.

Como peça central ao Sistemas de Pagamentos, o BFA investiu na nova Plataforma Electrónica de Gestão de Cartões, solução disponibilizada pela EMIS, tendo adaptado os seus sistemas para integração com esta plataforma que passou a gerir os novos cartões de crédito de particulares, estando prevista para 2014 a migração integral do parque de cartões de crédito.

IV. Apoio ao Crescimento do Negócio e controlo de risco do BFA

Durante o ano de 2013, foram desenvolvidos diversos projectos de apoio directo ao crescimento do negócio e da orgânica do BFA, sendo de destacar:

- A conclusão do desenvolvimento da aplicação que permite um suporte mais efectivo ao programa Angola Investe;
- O lançamento do novo site institucional, assente em tecnologia mais recente, com uma nova imagem, com um processo de gestão de conteúdos mais eficaz, que potencia que este canal seja uma peça central na comunicação do BFA e da sua interacção com os clientes;
- A implementação de um modelo de Imparidade, ajustado e parametrizado à realidade do mercado angolano, que se assume como um suporte eficaz à política de gestão de risco do BFA.

Canais de Distribuição

AFIRMAÇÃO DA LIDERANÇA DO BFA NA OFERTA DE SERVIÇOS E MEIOS DE PAGAMENTO E CRESCIMENTO DA REDE COMERCIAL

Creascimento da Rede Comercial

No sentido de melhor servir os seus clientes, a rede comercial do BFA assenta numa estratégia de segmentação de mercado em três redes: Agências, o formato base da banca de retalho, especializadas na gestão bancária de clientes Particulares e de Empresários e Negócios; Centros de Empresas, direccionados ao mercado empresarial de médias e grandes empresas, oferecendo soluções adequadas às suas necessidades específicas; Centros de Investimento, para clientes com níveis de rendimento ou possibilidades de acumulação de capitais elevados que privilegiam o acompanhamento personalizado.

Em 2013 o BFA inaugurou 9 balcões, contando já com 147 Agências (+8 relativamente a 2012), 16 Centros Empresa (+1 face a 2012), 8 Centros Investimento e 4 Postos de Atendimento (redução de 1 face a 2012).

Em Dezembro de 2013, o BFA detinha 175 balcões, um crescimento de 4,8% face a 2012.

Rede de Distribuição do BFA

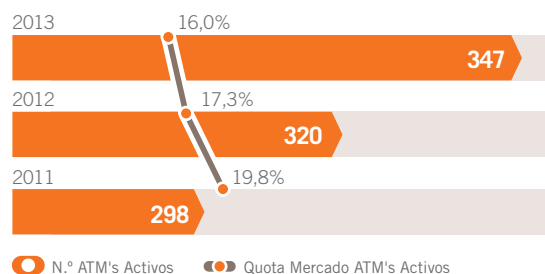


Procurando a melhoria contínua dos níveis de serviço e qualidade no atendimento, o BFA procedeu ainda à remodelação e reabertura de três Agências – 1 no Namibe, 1 em Luanda (Rainha Ginga) e outra no Lubango –, e um Centro de Empresa, em Luanda (Rainha Ginga).

Creascimento do parque de ATM's e TPA's

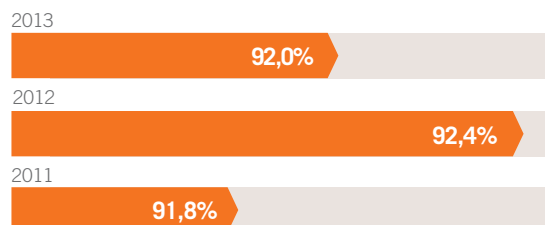
Em 2013 o número de ATM voltou a crescer, contando já com 347 ATM's activos no final do ano.

Evolução do Número de ATM's



O nível médio de operacionalidade das máquinas ATM manteve-se elevado, não obstante uma ligeira redução de 0,4 pontos percentuais face a 2012.

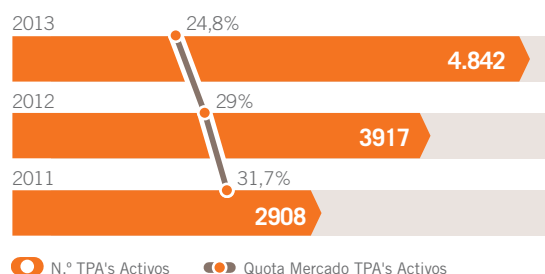
Taxas Médias Anuais de Operacionalidade de ATM's



Nota: A Taxa de Operacionalidade é uma medida do grau de utilização de ATM's, sendo calculada da seguinte forma Taxa Operacionalidade = 1 - (Nº Dias Inoperacional / Nº Dias Mês), considerando-se consequentemente uma ATM inoperativa quando não regista qualquer transacção ao longo do mês. O Índice de actividade é um indicador da quantidade de TPA's matriculados que se encontram efectivamente activos (com um mínimo de 1 utilização mensal), sendo calculado pelo rácio entre o número de terminais activos e o número de matriculados.

No decorrer de 2013, o número de TPA's cresceu cerca de 23,6%, face à oferta em Dezembro de 2012, o que, em termos absolutos, se traduziu em mais 925 terminais, atingindo no final do ano um parque de 4.842 TPA's.

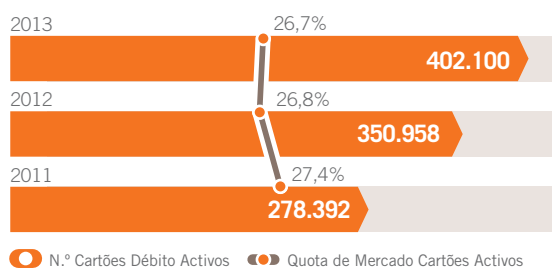
Evolução do Número de TPA's



Consolidação da Posição de Liderança de Mercado e Incremento da Taxa de Penetração

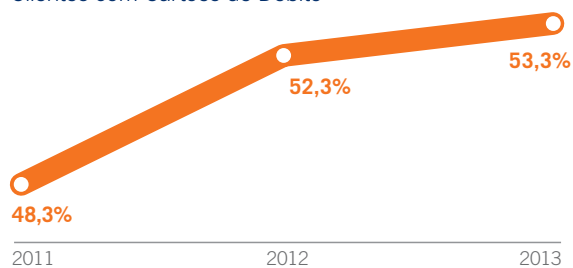
O número de cartões de débito activos registou em 2013 um novo aumento, ultrapassando os 400.000 cartões activos, o que representa um crescimento de 14,6% face a 2012. Desta forma, o Banco mantém a posição de liderança no mercado de cartões de débito, apresentando uma quota de mercado de 26,7%.

Evolução Número Cartões de Débito



Em concordância com o exposto anteriormente, a taxa de penetração dos cartões de débito manteve uma tendência crescente, atingindo os 53,3% em 2013, um crescimento de, aproximadamente, 1% face a 2012.

Cientes com Cartões de Débito

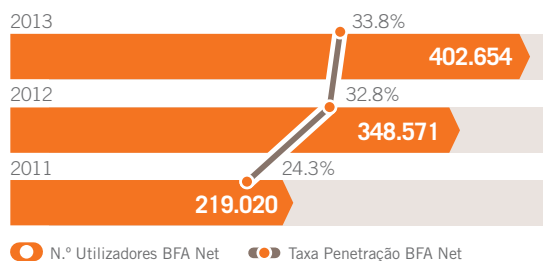


Evolução Positiva no Serviço de Internet Banking: BFA Net

O número de clientes aderentes ao serviço BFA Net registou em 2013 um novo aumento, tendo ultrapassado os 400.000 clientes, o que se traduz num crescimento de 15,5% relativamente ao ano transacto.

No seguimento da evolução observada, a taxa de penetração do serviço de Homebanking do BFA atingiu os 33,8%.

Número de Utilizadores BFA Net e Taxa de Penetração BFA Net



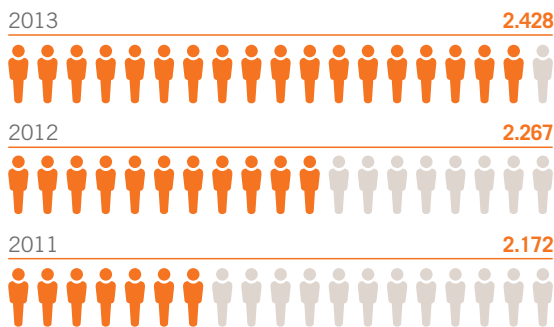
Recursos Humanos

APOSTA CONTÍNUA NO CAPITAL HUMANO

Política de Captação de Talento como Suporte ao Crescimento

O BFA reconhece que a implementação da sua estratégia e ambição de servir melhor e chegar mais perto dos seus clientes exige uma forte aposta no capital humano. Assim, a sua prioridade em matéria de recursos humanos assentou no recrutamento e selecção de colaboradores de forma a suportar o crescimento da actividade do Banco, acompanhada de uma intensificação do esforço de formação.

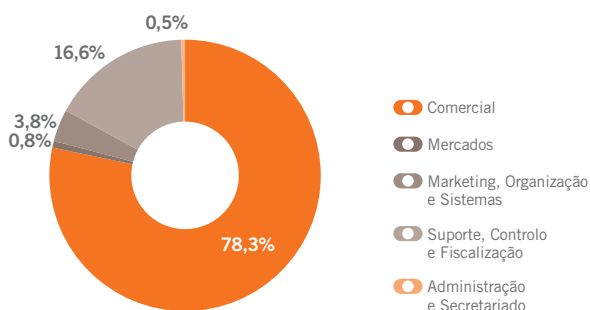
Evolução do Efectivo



No final de 2013, o Banco contava já com 2.428 colaboradores, um aumento de 7,1% face ao final de 2012, dos quais 78,3% estavam afectos às áreas comerciais.

No sentido de recrutar profissionais com elevados níveis de qualificação, a Direcção de Recursos Humanos participou regularmente em Feiras de Emprego em Universidades, sendo estas um importante foco de captação de novos colaboradores.

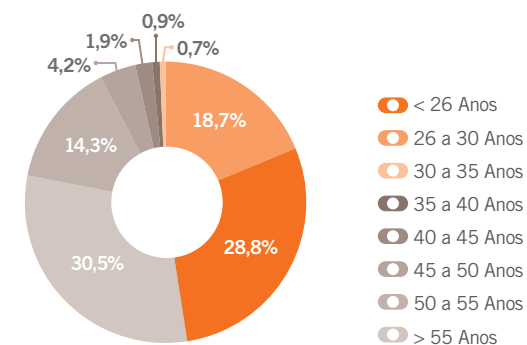
Distribuição do Efectivo por Área de Actividade em 2013



Uma Estrutura Jovem

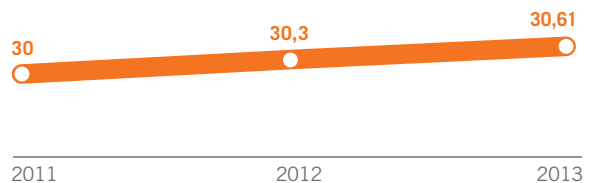
Para além da captação de capital humano, o BFA investe na sua formação e crescimento, procurando elevar o seu potencial de progressão e desenvolvimento de competências dentro da estrutura do Banco. Desta forma, a política seguida pelo BFA mantém a aposta numa equipa jovem, onde cerca de 78% dos colaboradores têm idades inferiores a 35 anos.

Distribuição por Escalão Etário

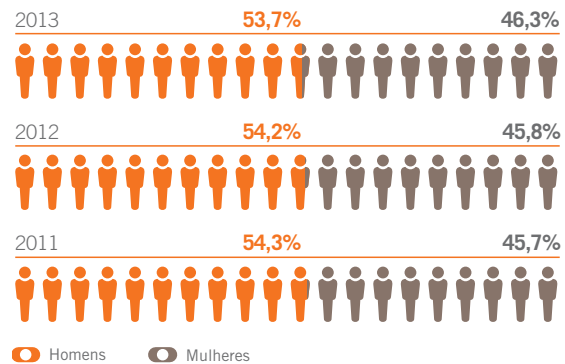


Em 2013, a idade média dos colaboradores era de 30,6 anos.

Idade Média dos Colaboradores



Distribuição do Efectivo por Género



No que respeita à distribuição dos colaboradores por género, o BFA mantém uma estrutura equilibrada, onde 53,7% do efectivo é do sexo masculino, contra 46,3% do sexo feminino.

Capacitação do Capital Humano

Um dos princípios essenciais de gestão de recursos humanos sobre os quais assenta a actividade do Banco prende-se o crescimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, por forma a garantir satisfação e qualidade de serviço aos seus clientes.

Nesse sentido, o BFA investe no desenvolvimento e aperfeiçoamento on-the-job dos seus colaboradores, através de acções de formação que cobrem as mais variadas áreas de negócio e actuação do Banco. A estrutura das formações sofreu alterações relativamente a 2012, privilegiando as acções práticas com acesso à base de testes na sala de formação e na formação local nas Agências. Durante o ano, foram realizados, aproximadamente, 1.135 dias de formação local nos balcões.

Em 2013, o BFA continuou a investir na qualificação e especialização dos seus recursos humanos, privilegiando a formação em cinco eixos:

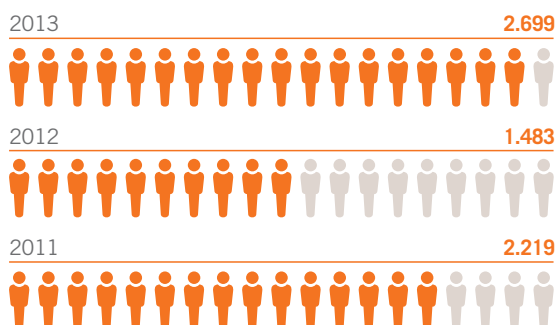
- Operacional – principalmente relacionada com o projecto eMudar@BFA e com a plataforma operacional, pretendendo garantir a preparação dos colaboradores para o uso do novo *front-end*. Em simultâneo foi reforçada a formação relacionada com os processos desenhados no novo *front-end*.
- Produtos e Serviços – formação especializada sobre a oferta de produtos e serviços do banco, com especial enfoque nos produtos de crédito;
- Sistemas Informáticos – maioritariamente aplicações do Office que são a base de apoio às tarefas diárias;
- Comportamental – no âmbito do atendimento ao Cliente e da Formação de Formadores;

- Académica – Aposta na qualificação avançada de recursos com elevado potencial nomeadamente com a inscrição de colaboradores nas seguintes pós-graduações:

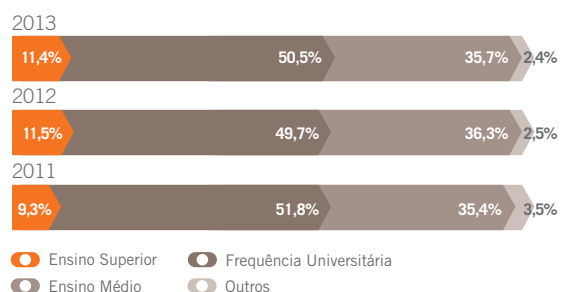
- MBA Atlântico
- Executive Master em Gestão Bancária

No total foram realizadas 205 acções de formação que abrangeram um total de 2.699 participantes.

Evolução do Número de Participantes em Formações



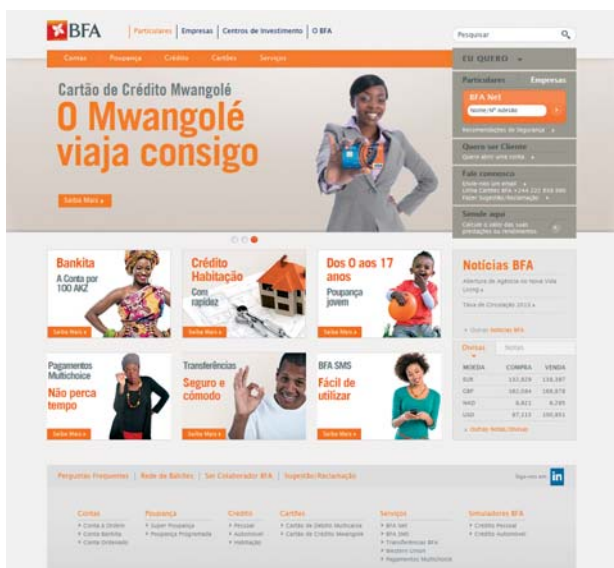
Distribuição do Efectivo por Nível de Qualificação



A proporção de colaboradores com curso superior ou em frequência universitária, representa aproximadamente, 62% do total do efectivo do Banco, resultado da melhoria nos processos internos, nomeadamente, do maior dinamismo e interacção com as universidades nos processos de recrutamento.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

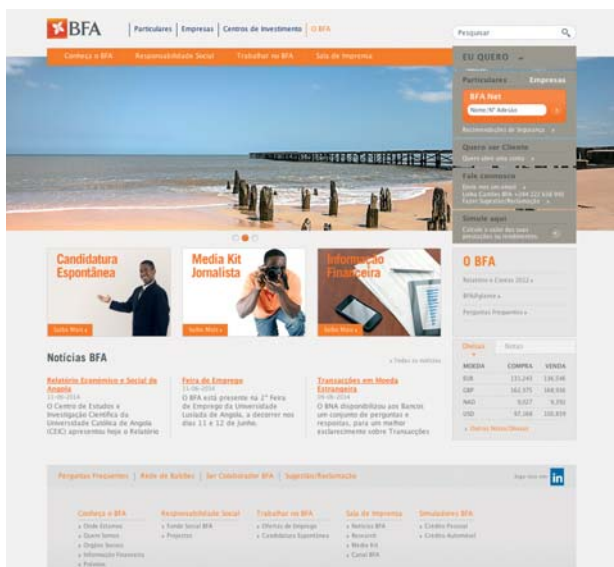
Comunicação



MAIOR SIMPLICIDADE E MAIS INTERACTIVIDADE – LANÇAMENTO DO NOVO SITE INSTITUCIONAL

Em Dezembro de 2013 foi lançado o novo site institucional do BFA. Promover uma maior interacção com as pessoas que visitam o site, num layout mais moderno, simples e funcional foi o principal objectivo deste projecto de profunda reformulação da presença BFA no mundo digital.

A grande inovação está no conteúdo. É um site com textos simplificados, navegação fácil e intuitiva, onde as imagens têm o papel principal. Permite que em qualquer parte do site, o cliente aceda directamente ao serviço de Homebanking – BFA Net ou BFA Net Empresas –, veja os passos necessários para abrir uma conta ou envie uma questão, sugestão ou reclamação. É possível ainda fazer uma simulação para saber qual a prestação de um crédito pessoal ou um empréstimo para comprar o automóvel, ou mesmo quanto terá que poupar todos os meses para que consiga mais tarde, por exemplo, pagar os estudos dos filhos.



O site traz outras inovações como as áreas dedicadas à Assessoria de Imprensa, aos Residentes no estrangeiro e à Responsabilidade Social. A intenção é ter os Clientes e público em geral mais perto do BFA com informação simples e bastante dirigida.

Esta é a primeira grande reformulação do site público www.bfa.ao e constitui o primeiro passo numa nova abordagem aos canais e à comunicação digital.

À semelhança dos anos anteriores, a política de comunicação do BFA, esteve centrada em campanhas de produtos e serviços, em patrocínios, na participação e organização de eventos e, no desenvolvimento de acções de responsabilidade social.

CAMPANHAS

À semelhança dos anos anteriores, as campanhas do BFA tiveram como objectivo reforçar o posicionamento da Marca BFA e a captação de novos clientes.

20 Anos, 1 Milhão de Clientes

Para assinalar os 20 anos de presença no mercado angolano e o marco de 1 Milhão de Clientes, o BFA criou uma campanha de comunicação com o mote 20 anos, 1 Milhão de Clientes. Reforçou assim a sua notoriedade, como o Banco de todos os angolanos e partilhou o sucesso destes 20 anos com os seus clientes, colaboradores e público em geral.



BFA Net Empresas – Pague os seus salários sem ir ao Banco

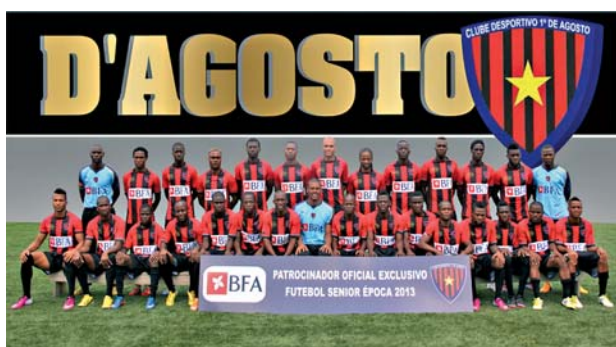
Com o intuito de promover o processamento de salários através do serviço BFA Net Empresas, o BFA lançou a Campanha Pague os seus salários sem ir ao Banco. O foco desta campanha incidiu também na segurança e na simplicidade do processo de pagamento de salários online.



PATROCÍNIOS

Clube Desportivo 1º de Agosto

O BFA e o Clube Desportivo 1º de Agosto formalizaram pelo quarto ano consecutivo um contrato de parceria. O Banco patrocina a equipa de Futebol Sénior e todas as competições em que o 1º de Agosto está envolvido, nomeadamente, o Girabola e a Taça de Angola. Esta acção enquadra-se na estratégia do BFA apoiar projectos desportivos com grande impacto junto da comunidade.



Miss Angola

Concebido no âmbito da promoção e desenvolvimento da mulher angolana, o Miss Angola, é o maior concurso de beleza e também o mais mediático realizado no país. Assistido por milhões de pessoas através da TPA, RTP-África e RTP Internacional, o Miss Angola elege todos os anos a Rainha de beleza que representa Angola no Miss Universo. O BFA foi em 2013, mais uma vez, um dos principais patrocinadores.

Projecto DEUS

No âmbito da política de apoio às artes plásticas, o BFA apoiou a exposição de pintura do artista plástico Hildebrando de Melo, denominada, Projecto Deus. Hildebrando de Melo é um dos pintores da nova geração que mais se destaca no país.

Raid Cacimbo BFA

O BFA patrocina com exclusividade sectorial o Raid Cacimbo desde 2007, sendo patrocinador oficial há cinco anos. O programa do Raid Cacimbo BFA contempla visitas aos Balcões do Banco localizadas nos principais pontos de passagem da expedição. É uma iniciativa que pretende aliar o prazer da condução todo-o-terreno à aventura, ao campismo e ao turismo ecológico, fomentando, simultaneamente, o conhecimento pela História e geografia de Angola e, o convívio entre os participantes.



Festival Panda

O BFA patrocinou o espectáculo Infantil Festival Panda, um dos mais mediáticos eventos de entretenimento infantil que Luanda acolhe todos os anos. Em 2013, o evento ocorreu duas vezes, em Junho, no Dia Internacional da Criança e em Novembro.



BMW Golf Cup International

O BFA foi co-patrocinador do torneio BMW Golf Cup International. É o maior torneio do mundo para jogadores amadores de golfe, envolvendo 47 países e mais de 100 mil golfistas em competição.



Carnaval de Luanda

O BFA patrocinou o Carnaval de Luanda com milhares de angolanos, à semelhança dos anos anteriores. O simbolismo e a tradição do Carnaval continuam a ser dois factores importantes para a presença do BFA nesta festa, enquanto grande manifestação cultural do país. A Tribuna do BFA em Luanda contemplou os presentes com brindes e pipocas.



Festisumbe

O BFA é um dos patrocinadores oficiais do FestiSumbe. É um evento que conquistou o seu espaço no calendário dos eventos culturais realizados no país. Durante dois dias, a cidade do Sumbe recebe artistas nacionais e internacionais.

EVENTOS

Exposição – BFA, 20 anos de Arte

O BFA no âmbito da comemoração dos seus 20 anos, organizou a exposição “BFA, 20 anos de Arte” no Centro Cultural Português, em Luanda. Foi um dos momentos mais simbólicos da comemoração dos 20 anos, onde o Banco apresentou publicamente o seu acervo de obras de pintura de dezasseis artistas plásticos angolanos.



Workshop – Oil & Gas

Em Junho de 2013, para responder aos principais desafios que se colocam com a entrada em vigor do novo regime cambial petrolífero, o BFA organizou o workshop “Os desafios do novo regime cambial para o sector petrolífero”. O evento contou com cerca de 150 participantes, entre os quais gestores das principais empresas petrolíferas.



FILDA

A participação do BFA na FILDA teve principal destaque no seu stand, que stand caracterizou o crescimento do Banco com a representação do número de Balcões, número de Colaboradores e o posicionamento do Banco no mercado.

A comunicação esteve igualmente centrada no tema 20 anos, 1 Milhão de Clientes tendo como objective reforçar o relacionamento com os clientes e aumentar a notoriedade da marca BFA.



Expo Huíla

O BFA, participou na Expo Huíla 2013. O objectivo do Banco nesta Feira, é criar um maior envolvimento com o mercado empresarial da região sul e potenciar a captação de clientes. A Expo Huíla, é uma feira anual, realizada em Agosto no contexto das Festas da Nossa Senhora do Monte e, é considerada a maior bolsa comercial do sul de Angola.



Aniversário BFA

No dia 13 de Julho cerca de 800 colaboradores do BFA juntaram-se na Baía de Luanda, para celebrar os 20 anos do Banco. A comemoração do aniversário é um momento de partilha e confraternização entre os colaboradores. A noite ficou marcada com as participações especiais do grupo comediante angolano Os Tuneza e de Paulo Flores. Um dos momentos altos da festa foi a homenagem aos colaboradores que fizeram 20 anos e a projecção de fotografias relativas aos momentos mais marcantes do Banco.



Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social do BFA está intimamente ligada aos seus valores e ao seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade angolana.

Em 2013, diversos projectos deram corpo ao compromisso do BFA, reflectindo a sua efectiva preocupação social. O BFA apoiou diferentes actividades dentro das suas três grandes áreas de actuação: Educação, Saúde e Solidariedade Social.

EDUCAÇÃO

No âmbito da Educação o BFA tem vindo a apostar em parcerias com instituições de referência, patrocinando e investindo em projectos de formação e de investigação.

Universidade Católica de Angola

MBA Atlântico

A quarta edição do MBA Atlântico teve início em Maio de 2013, em Luanda. O período lectivo é repartido em três trimestres, em regime de full time, os quais são leccionados em cada uma das Universidades Católicas: Luanda, Rio de Janeiro e Porto. O BFA para além de ser um dos patrocinadores oficiais do MBA Atlântico, tem garantido a presença de um colaborador desde a primeira edição.

MBAatlântico
LuandaRioJaneiroPorto

Prémios aos melhores alunos da Faculdade de Economia e Gestão



Em 2013, o BFA participou pela sexta vez consecutiva, na cerimónia de entrega de prémios aos melhores alunos da Universidade Católica de Angola. A entrega dos prémios ocorreu em Junho nas instalações da Universidade e o BFA premiou seis estudantes da Faculdade de Economia e Gestão.

Estudo “Global Entrepreneurship Monitor” (GEM) Angola



O BFA é parceiro da Sociedade Portuguesa de Inovação e da Universidade Católica de Angola, na realização do maior estudo independente de empreendedorismo. O “Global Entrepreneurship Monitor” (GEM) Angola é um estudo independente de empreendedorismo, tendo como âmbito um largo conjunto de países e que, em território angolano, conta com o apoio do BFA desde 2008. A apresentação do estudo foi feita em Luanda com a participação de diversas personalidades ligadas ao sector público e privado.

SAÚDE

Hospital Pediátrico



No âmbito da celebração dos 20 anos, 1 Milhão de Clientes, o BFA fez uma doação de equipamentos ao Centro de Apoio ao Doente Anémico, do Hospital Pediátrico David Bernardino, dotando-o de melhores condições de atendimento às crianças em regime de ambulatório.

Hospital do Chilulo, Diocese de Ondjiva

O BFA apoiou a Jornada de Solidariedade através da oferta de medicamentos para a instituição. O objectivo desta jornada foi de mobilizar todas as instituições para uma acção de angariação de fundos para financiamento da reconstrução, ampliação e apetrechamento do Hospital.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Banco Alimentar Contra a Fome Angola

O BFA associou-se ao Banco Alimentar como patrocinador e como Banco correspondente para a gestão de todas as movimentações financeiras, sindicalização das cotas dos diferentes tipos de associados, assim como, a movimentação de caixa para pagamento de serviços, funcionários e fornecedores.

Casa do Gaiato

No âmbito das acções de Solidariedade Social, o BFA ofereceu em Maio de 2013 um tractor agrícola à Casa do Gaiato, na Província de Benguela. Fundada há 50 anos, a Casa do Gaiato tem cerca de 12 hectares aráveis onde são cultivados produtos como cebola, tomate, milho, batata e feijão, que são canalizados para a venda e alimentação diária dos 115 rapazes que ali vivem.



Caritas Angola

A Caritas Angola tem como prioridade o desenvolvimento económico, social, familiar e comunitário com o objectivo de contribuir para a redução da pobreza.

O BFA apoiou a campanha de angariação de alimentos, promovida pela Caritas Angola, na luta contra a fome e sede que assola o Sul de Angola, especificamente, as Províncias da Huíla, Namibe, Cunene, Benguela e o Cuando Cubango.

Palanca Parade

Palanca Parade, foi em 2013 um projecto de Solidariedade Social que envolveu artistas, marcas e empresas angolanas, cujo objectivo era angariar apoios para crianças desfavorecidas que precisam de pequenas cirurgias para corrigir deficiências físicas.

No âmbito desta iniciativa, o BFA convidou o artista plástico Guilherme Mampuya, para pintar a Palanca BFA, que através do seu traço contou a história do Fundo Social do Banco. Mais do que ilustrações, o desafio foi dar alma e vida ao conjunto de acções que contribuíram para a melhoria de vida de muitos angolanos.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Prémios



Melhor Marca Bancária na África Ocidental – Global Brands Magazine

A Revista Global Brands distinguiu o BFA com o Prémio “Melhor Marca Bancária na África Ocidental”. A distinção teve como factor principal a diversidade de oferta de produtos e serviços. O BFA foi eleito dentro de um grupo muito competitivo e com uma forte presença no mercado bancário africano.



Melhor Relatório de Gestão & Contas – Prémio Sirius 2013

O BFA foi distinguido em Novembro 2013, com o prémio “Melhor Relatório de Gestão & Contas” na 3ª edição dos Prémios Sirius. O Júri teve como base de análise a qualidade da informação de gestão e financeira do BFA, referente ao ano de 2012. Esta é a segunda vez que o BFA é distinguido pelos Prémios Sirius.



Melhor Banco Corporativo – Internacional Finance Magazine

A Revista Internacional Finance distinguiu o BFA com o Prémio de “Melhor Banco Corporativo de Angola” em 2013. A International Finance Magazine é uma revista on-line britânica, com uma audiência de mais de 180 países que anualmente distingue os melhores empreendedores do sector bancário nas suas diferentes áreas de actuação.



Melhor Banco Comercial – Internacional Finance Magazine

O BFA foi distinguido com o prémio de “Melhor Banco Comercial em Angola” pela Revista Internacional Finance. A International Finance Magazine é uma revista on-line britânica, com uma audiência de mais de 180 países que anualmente distingue os melhores empreendedores do sector bancário nas suas diferentes áreas de actuação.



Melhor Banco – EMEA Finance

A Revista EMEA Finance distinguiu pela quarta vez o BFA com o prémio de “Melhor Banco” em Angola, pelo seu desempenho e consistência nos resultados. A publicação reconhece, desde 2009, o crescimento sólido do BFA, conforme os prémios atribuídos em anos anteriores: “Melhor Banco” em Angola (2009, 2011 e 2012) e “Banco Mais Inovador” (2010).



Melhor Grupo Bancário – World Finance

A revista World Finance elegeu o BFA como o “Melhor Grupo Bancário em Angola”. Esta distinção foi atribuída de acordo com os seguintes critérios: consolidação das operações, contribuição para o desenvolvimento económico de Angola e criação de soluções específicas para os Clientes.



Melhor Programa de Envolvimento com a Comunidade – CFI

O BFA foi distinguido com o Prémio de “Melhor Programa de Envolvimento com a Comunidade” pela revista Capital Finance International. Esta distinção teve por base o Fundo Social BFA que foi criado a partir da dotação anual de 5% dos lucros totais do Banco entre 2004 e 2009.



Melhor Banco Comercial – Global Banking and Finance Review

O BFA foi distinguido com o Prémio de “Melhor Banco Comercial em Angola” pelo portal inglês Global Banking and Finance Review. A distinção teve como factor principal a oferta diversificada de produtos e serviços, a extensa Rede de Balcões e o Programa de Responsabilidade Social assente na Educação, Saúde e Solidariedade Social.



Prémio de Excelência STP – Deutsche Bank

O BFA foi distinguido pela décima primeira vez consecutiva pelo Deutsche Bank com o Prémio STP (Straight Through Processing) resultado do elevado sucesso no índice de processamento automático das operações sobre o estrangeiro, realizadas em 2012, com uma taxa de 99,62%.



Marca de Excelência – Superbrands

O BFA foi distinguido pela terceira vez como Marca de Excelência pela Superbrands, uma Organização Internacional independente que se dedica à promoção de marcas em 89 Países desde 1995. A Superbrands Angola premeia as Marcas de Excelência pelo seu desempenho no mercado nacional.

74	Governança e Organização da Gestão dos Riscos
75	Risco de Crédito
80	Riscos de Liquidez e de Mercado
84	Risco Operacional
87	Riscos Legais



**GESTÃO
DE RISCO**

Governança e Organização da Gestão dos Riscos

ORGANIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA O CONTROLO E GESTÃO DOS RISCOS

O acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração e está subordinado às regras estabelecidas no Aviso n.º 2/13 de 22 de Março sobre os procedimentos de Controlo Interno. A responsabilidade pela sua gestão e controlo está atribuída a diferentes direcções do Banco.

Ao nível organizacional, é de salientar em 2013, a revisão das funções da Direcção de Compliance, na sequência da publicação do Aviso n.º 2/13 de Abril. Foi também criada regulamentação interna para os processos de movimentação de contas, encontrando-se em fase de automatização os alertas para combate ao Branqueamento de Capitais, em resposta à Directiva n.º 2/DSC/2013.

A estratégia de actuação do Banco é traduzida no Orçamento Anual e em Planos de Acção aprovados pelo Conselho de Administração sob proposta da Comissão Executiva.

A Direcção de Contabilidade e Planeamento, produz mensalmente um relatório detalhado, contendo as contas mensais, o controlo orçamental e indicadores de gestão, de solvabilidade e de rentabilidade, o qual é analisado no Conselho de Administração e na Comissão Executiva do Conselho de Administração. As principais variações são justificadas e fundamentadas com detalhe.

Esta informação sobre a actividade e os resultados do Banco é complementada com outros relatórios produzidos pelas Direcções de Risco de Crédito (Direcção de Risco de Crédito de Empresas e Direcção de Crédito a Particulares e Negócios, Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito), pela Direcção Financeira e Internacional e pela Direcção de Marketing. Em geral, a fonte de informação destes relatórios é a Área de Informação de Gestão a quem está incumbida a responsabilidade de recolha, sistematização e divulgação de informação.

O Banco dedica um maior esforço de identificação, avaliação, monitorização e controlo às categorias de risco detalhados ao longo das secções seguintes.

Riscos de Crédito

Riscos de Liquidez e de Mercado

Risco Operacional

Riscos Legais

PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

A prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BCFT) está garantida no BFA, nomeadamente através de:

- Publicação de Ordem de Serviço com as políticas internas sobre branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, visando em síntese:
 - Esclarecer conceitos e introduzir procedimentos que permitam exercer um maior e mais rigoroso controlo sobre as actividades económicas desenvolvidas pelo Banco e minimizar o risco de ser instrumentalizado para efeitos de Branqueamento de Capitais e/ou de Financiamento do Terrorismo (BCFT); e
 - Contribuir para o pleno cumprimento das obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis e, assim, proteger a reputação do Banco, através da prevenção e detecção de operações realizadas por seu intermédio e suspeitas de serem enquadráveis nos crimes de BCFT.
- Definição de processos e procedimentos para identificação de clientes, procedendo nomeadamente à filtragem automática da base de dados de clientes novos ou já existentes, contra listas de sanções da OFAC e EU e, manualmente, contra todas as listas de sanções, recusando a abertura de conta a qualquer entidade nelas constante e/ou sempre que se justifique, com especial enfoque na abertura de contas a Entidades sem fins lucrativos, relativamente às quais é obrigatória a diligência reforçada e aceitação da abertura de conta dependente de parecer do "Compliance Officer".

Atribuição à Direcção de Compliance da responsabilidade pelo controlo prévio e à posteriori das operações e, de uma forma geral, a fiscalização do cumprimento dos procedimentos adoptados em matéria de prevenção do BCFT.

Risco de Crédito

CONTROLO DE RISCO E MELHORIA DA QUALIDADE DO CRÉDITO

Uma estratégia definida e estruturada para o reforço dos procedimentos de avaliação de risco.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito, no Manual de Procedimentos de Crédito e em Fichas de Produto.

A apreciação das propostas de crédito pressupõe uma análise rigorosa, enquadrada por parâmetros que se resumem de seguida:

Procedimentos de análise de risco de crédito

- Nenhuma operação de crédito é aprovada sem uma prévia recolha, verificação e análise crítica de informação relevante relativamente ao proponente da operação e à sua situação económica e financeira, à operação objecto de financiamento e às garantias oferecidas.
- As propostas de operações de crédito ou garantias a submeter à apreciação dos órgãos competentes respeitam os seguintes princípios:
 - encontrar-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
 - respeitar a ficha de produto respectiva, quando for o caso;
 - ser acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada;
 - conter as assinaturas dos órgãos proponentes respectivos.
- No caso de empresas ou grupos de empresas com contas dispersas por vários Centros de Empresa ou Agências do BFA, as operações serão analisadas pelo órgão responsável do acompanhamento da empresa ou do grupo.

- Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra nos termos da legislação aplicável em cada momento.

Análise e ponderação de garantias

- Todas as operações de crédito têm associadas garantias adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, devendo a proposta de crédito ser devidamente fundamentada no que toca à suficiência e liquidez das garantias.
- As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito.

Tendo em consideração o Aviso n.º 03/2012 do BNA, o BFA tem definidos os seguintes critérios de classificação nos respectivos níveis de risco:

- Nível A (Risco Nulo) – créditos garantidos por contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central) iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Nível B (Risco Muito Reduzido) – Créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades;
- Os restantes créditos são classificados no nível de Risco C (Risco Reduzido);

Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares classificado nos níveis de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

Filtro de rejeição por incumprimento ou incidentes materiais

- O Banco não concede crédito a clientes que registem incidentes materiais ou que estejam em incumprimento para com o Banco nem a outras empresas que constituam grupo com clientes que estejam nessas situações:
 - o atraso na realização de quaisquer pagamentos de capital ou juros devidos a qualquer instituição financeira por período superior a 45 dias;
 - a utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade;
 - a pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade, desde que se considere que o resultado dessa acção pode ter um efeito materialmente adverso na respectiva situação económica ou financeira.

Deliberações dos órgãos de decisão

- As deliberações de cada órgão de decisão constituem decisões colegiais dos membros que as compõem, ficando registadas em Acta, a qual é assinada por todos os participantes.
- As decisões são tomadas por unanimidade. No caso de não haver unanimidade, a proposta é submetida ao órgão de decisão de nível imediatamente superior.
- Ficam impedidos de participar na discussão e decisão de qualquer operação, os membros de um órgão de decisão que nela tenham um interesse, directo ou indirecto, sendo tais operações obrigatoriamente submetidas ao nível superior.

Validade das decisões

- As decisões sobre matéria de crédito têm validade (para formalização) de 90 dias, a qual é sempre comunicada ao cliente.
- Todas as decisões prevêem um prazo máximo para a utilização do crédito ou para a emissão da garantia, o qual,

em caso de omissão, se considera ser de 30 dias após a assinatura do contrato.

Em 2013 intensificou-se a formação dos colaboradores das redes comerciais tendo sido desenvolvido um programa específico, que abrangeu todas as fases inerentes ao processo de crédito, nomeadamente análise, concessão e recuperação de operações em incumprimento.

A consolidação da Central de Informação e Risco de Crédito do Banco Nacional de Angola e foi um factor de elevada relevância durante este período, permitindo uma avaliação mais abrangente e completa das responsabilidades dos clientes junto do sistema bancário e contribuindo para uma tomada de decisão mais informada por parte do BFA, uma vez que passou a fazer parte integrante dos elementos de análise de uma operação de crédito.

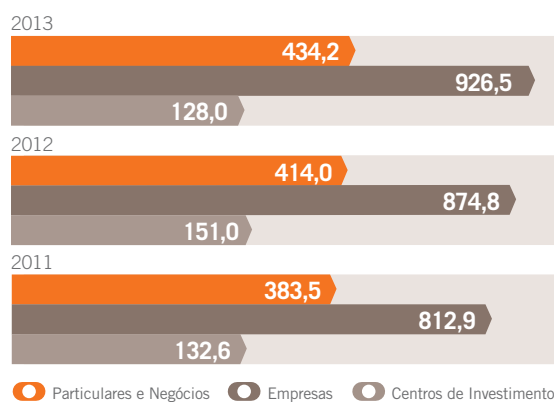
Carteira diversificada e com aumento nas classes de menor risco

A carteira de crédito a empresas apresenta um grau de diversificação sectorial equilibrado face aos principais sectores de actividade económica.

Expansão da Carteira de Crédito e Diversificação Sectorial

À semelhança do observado em 2012, a carteira global de crédito (excluindo crédito por assinatura), registou novo aumento em 2013. Este crescimento foi em grande parte impulsionado pela carteira de crédito do segmento de

Contribuição para Expansão da Carteira de Crédito

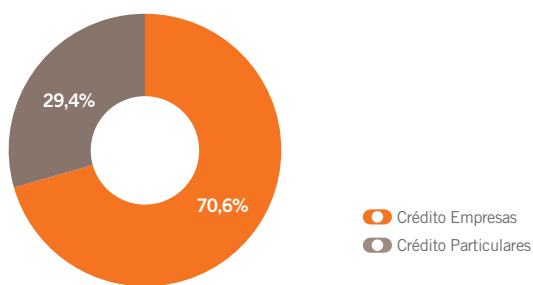


Un: MUSD
Nota: Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

Empresas, quer pelo reforço do financiamento ao sector empresarial, quer pela redução do montante de crédito vencido, permitindo a recuperação da qualidade dos indicadores de risco do BFA.

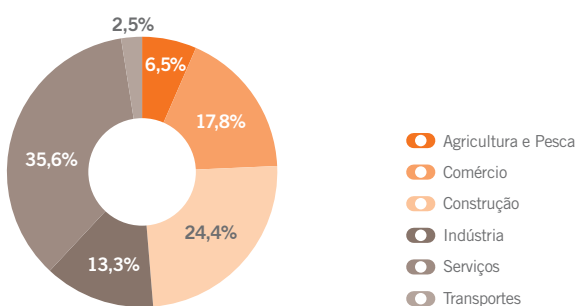
De facto, a concessão de crédito ao tecido empresarial representa mais de 70% da estrutura da carteira de crédito do Banco, contra 29,4% de financiamento concedido a particulares.

Estrutura da Carteira de Crédito por Tipo de Cliente: Empresas e Particulares



Analisando o grau de diversificação sectorial da carteira de crédito a empresas, constata-se um relativo equilíbrio, com os sectores de Serviços, Construção e Comércio a assumirem uma posição de destaque.

Diversificação da Carteira de Crédito a Empresas por Sector Actividade – 2013



Esta distribuição resulta da política de concessão de crédito adoptada pelo BFA, procurando a diversificação da exposição aos riscos inerentes aos diferentes sectores de actividade.

Relativamente à estrutura da carteira de crédito por classe de risco, definidas no Aviso n.º 3/2012 de 28 de Março do BNA, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, são as

classes de menor risco as que maior peso detêm no total de crédito concedido. Cerca de 93% do total de crédito concedido apresenta uma classificação de risco entre as classes A e C, inclusive. Nas classes de risco mais elevado, a exposição da carteira de crédito do BFA manteve-se estabilizada.

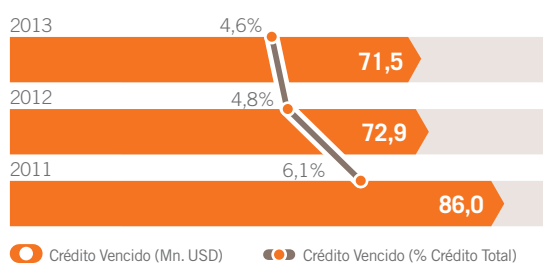
CRÉDITO CONCEDIDO POR CLASSE DE RISCO

Classe	2011	2012	2013
A – Nulo	7,2%	21,0%	19,8%
B – Muito Reduzido	0,1%	0,1%	0,7%
C – Reduzido	84,6%	71,4%	72,4%
D – Moderado	0,4%	1,7%	0,9%
E – Elevado	1,6%	1,7%	1,9%
F – Muito Elevado	5,0%	3,1%	3,4%
G – Perda	1,1%	1,0%	0,8%
Total	100%	100%	100%

Redução no Rácio de Crédito Vencido

A política de análise e gestão de risco seguida pelo BFA permitiu-lhe a contínua melhoria da qualidade da sua carteira de crédito, verificando-se em 2013 uma nova redução no montante de crédito vencido, passando este a representar 4,6% do crédito total concedido (excluindo crédito por assinatura).

Crédito vencido (% do Crédito Total)



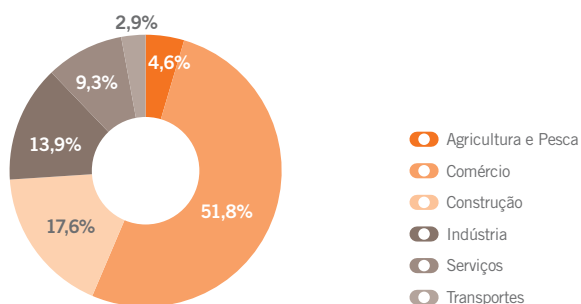
Nota: Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

O total de crédito vencido em carteira reduziu-se em 2% face a 2012, com efeitos positivos na generalidade dos rácios referentes à qualidade da carteira de crédito.

Analisando o total de crédito vencido do segmento empresarial por sector de actividade constata-se que é o sector do Comércio aquele que mais peso detém ainda na estrutura de crédito vencido, seguido pelo sector de Construção. Por outro

lado, registou-se uma redução de 27% no peso do crédito vencido no sector industrial comparativamente a 2012.

Concentração do Crédito Vencido de Empresas por Sector de Actividade – 2013



A ligeira redução no crédito vencido permitiu ao BFA aumentar o seu rácio de cobertura por provisões em 1 ponto percentual, atingindo os 144%, espelho de uma política de gestão de risco particularmente prudente.

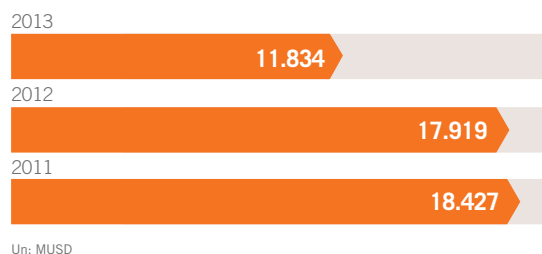
Verificou-se uma ligeira redução no rácio de cobertura da carteira global de crédito, em virtude da expansão do financiamento concedido, a qual foi acompanhada por uma descida de apenas 1,3% no montante global de provisões.

Recuperação de Crédito Vencido

O esforço de recuperação do crédito vencido traduziu-se numa melhoria global dos rácios da qualidade da carteira, tendo-se registado uma redução quer do rácio de crédito vencido bem como dos valores absolutos da carteira vencida.

A evolução positiva da saúde da carteira de crédito reflecte-se também no volume de crédito abatido em 2013, cerca de 11,8 Milhões USD, o valor mais baixo desde 2007, o que revela a preocupação e o rigor com que o BFA vem encarando a concessão do crédito bem como o esforço interno de acompanhamento e recuperação.

Crédito Abatido (Write-Off)



Em 2013, o Banco recuperou cerca de 1,5 Milhões USD de crédito abatido em anos anteriores; dos valores globais registados em crédito abatido desde 2006, o Banco conseguiu recuperar cerca de 20%.

Recuperação de Crédito Vencido pela via contenciosa

No que respeita ao número de acções em tribunal, até ao final de 2013 foram interpostas 434 acções executivas junto das entidades judiciais competentes para recuperação de crédito em incumprimento, das quais 86 diziam respeito a créditos da Banca de Empresas e 348 a Particulares.

PROVISÕES E RÁCIO DE COBERTURA

Milhões USD

	2011	2012	2013
Provisões	105,1	104,3	102,9
Rácio Cobertura Carteira Crédito	7,9%	7,2%	6,9%
Rácio Cobertura Crédito Vencido	122%	143%	144%

Nota: Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

Modelo de Cálculo de Perdas por Imparidade

Em Junho de 2013 o BFA implementou o modelo de cálculo de perdas por imparidade, em resposta aos desafios que derivam da adopção a prazo das melhores praticas internacionais. Este processo de implementação contou com a participação conjunta de diversas áreas do Banco, assegurando a independência e a segregação entre funções:

- Área de Sistemas de Informação, responsável pela extracção de informação dos sistemas e pela manutenção da solução de suporte;
- Direcção de Acompanhamento, Recuperação e Contencioso de Crédito, responsável por monitorizar o processo de cálculo periódico e também pela governação do modelo. Em conjunto com as Direcções de Centros de Investimento, de Crédito a Particulares e Negócios, de Risco de Crédito a Empresas, de Financiamento Estruturados e Investimento e Direcção de Operações Imobiliárias, participa ainda na realização e supervisão de análises individuais de clientes;
- Comissão Executiva, a qual participa na validação final e aprovação dos resultados. O normativo interno inicial foi objecto de aprovação, estando em reavaliação uma versão melhorada.

O apuramento de perdas por imparidade baseia-se na definição de metodologias de cálculo próprias, ajustadas às séries de dados históricos e às características da carteira da respectiva instituição financeira. Para efeitos de apuramento de cálculo de imparidade, o Banco classifica a sua carteira relativamente a indícios de imparidade, considerando que uma operação de crédito se encontra sem indícios sempre que a mesma regista até 30 dias de atraso, a situação de indícios de imparidade verifica-se sempre que uma operação de crédito regista entre 30 a 180 dias de atraso e a situação de default sempre que a operação tenha mais de 180 dias de atraso.

Para efeitos de apuramento de factores de risco e de cálculo de perdas por imparidade, a carteira foi segmentada de acordo com perfis de risco homogéneos, considerando o Crédito Habitação, Crédito ao Consumo, Cartões de Crédito, Crédito Automóvel, Empresas e Sector Público e Instituições Financeiras.

Conforme a materialidade dos créditos, estes podem ser alvo de um de dois tipos de análise: individual ou colectiva.

Em âmbito de análise individual são considerados os seguintes clientes:

- Para o segmento de Particulares, todos aqueles cuja exposição seja superior a 1.000.000 USD ou cuja exposição seja superior a 250.000 USD mas apresentem um incumprimento de montante superior a 10.000 USD;
- Para o segmento de Empresas, todos os clientes com exposição seja superior a 250.000 USD.
- São ainda alvo de análise individual todos os clientes com operações reestruturadas, reclassificadas ou que se encontrem na área de recuperação, independentemente do segmento a que pertençam.

Para efeitos de análise colectiva, foram apurados, por segmento de risco, os seguintes factores de risco através da análise da evolução histórica da carteira nos últimos cinco anos:

- Probabilidade de Indício – probabilidade de uma operação ter indício de imparidade (atraso no pagamento das prestações superior a 30 dias) num período de 12 meses;
- Probabilidade de Default – probabilidade de default condicionada pelos indícios de imparidade;
- Loss Given Default (LGD) – apuramento da perda no momento do Default;
- Loss Given Default (LGD) duracionais – apuramento das perdas para operações que já se encontram em default.

A avaliação das perdas por imparidade é efectuada numa base mensal, de acordo com a situação de indícios de imparidade do cliente.

O valor de perdas por imparidade é apurado pela diferença entre o valor de balanço e o valor actual líquido da operação. Este último é obtido considerando o valor actualizado dos cash flows futuros esperados das operações de crédito.

Os valores apurados com referência a 31 de Dezembro de 2013, revelam um nível de provisionamento confortável face à perda estimada pelo modelo.

Riscos de Liquidez e de Mercado

As regras de gestão financeira e os limites dos riscos de liquidez, de taxa de juro e cambial constam do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional.

A prática da gestão financeira do BFA assenta no debate e reflexão sobre as questões da economia interna do Banco e os seus rumos visando uma gestão transparente para uma correcta avaliação dos riscos.

A gestão financeira do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão:

- Informação diária: resume as principais informações dos mercados doméstico e internacional, os principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado cambial e monetário e o cumprimento das Reservas Obrigatórias;
- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo semanal retrospectivo dos principais mercados nacionais e internacionais;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos: documento produzido pela Área de Informação de Gestão que cobre os principais indicadores e limites de risco;
- Documentação para o Conselho de Administração, que inclui os resumos mensais dos mercados cambial e monetário, bem como a análise da evolução da concorrência, nomeadamente em termos de quotas de mercado, preços e indicadores contabilísticos publicados.

O modelo de organização e de tomada de decisão é o seguinte:

- Ao nível do Conselho de Administração é feita a Análise do Mercado Monetário e do Mercado Cambial, o Dossier de Gestão de Riscos, a evolução das quotas de mercado e análise da concorrência. O Conselho de Administração, por proposta da CECA toma as decisões mais relevantes quanto a operações com risco Estado angolano, limites de contraparte, e taxas de juro de depósitos e crédito;

- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

Na sequência da publicação do Aviso n.º 13/2011, referente ao Código de Conduta dos Mercados, o BFA criou a nível da DFI uma nova área – Área de Controlo – que assegura o reporting diário, bem como o cumprimento dos limites legais a que o BFA está obrigado e dos limites internos previstos no Manual de Limites e Procedimentos da DFI.

A DFI está deste modo, estruturada em 4 áreas, garantindo a segregação de funções, de acordo com o seguinte:

- Área de Mercados e Internacional
- Área de Clientes
- Área de *Back Office*
- Área de Controlo.

RISCO DE LIQUIDEZ

PRUDÊNCIA E ROBUSTEZ DO BALANÇO

Níveis de Liquidez Sustentáveis e capacidade de resposta às necessidades do Banco

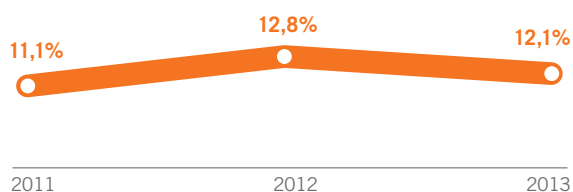
O BFA conduz uma gestão particularmente prudente dos seus níveis de liquidez, gozando, em consequência, de uma condição privilegiada no que concerne ao financiamento da sua actividade.

A par das Reservas Obrigatórias definidas pelo BNA, o Banco estabeleceu um limite adicional de liquidez disponível para a moeda estrangeira que representa uma importante almofada no balanço para fazer face a potenciais riscos decorrentes de alterações de mercado.

No decorrer da sua actividade, o BFA pretende garantir a estabilidade dos recursos de clientes, a par das restantes fontes de financiamento, para que futuras necessidades de funding e de tesouraria sejam antecipadamente resolvidas.

Nomeadamente, no que respeita aos depósitos de clientes, a taxa de crescimento manteve-se positiva, situando-se em 12,1% em 2013, o que representa um acréscimo de 844,2 Milhões USD, fruto da excelente capacidade em atrair depósitos de clientes por parte do BFA.

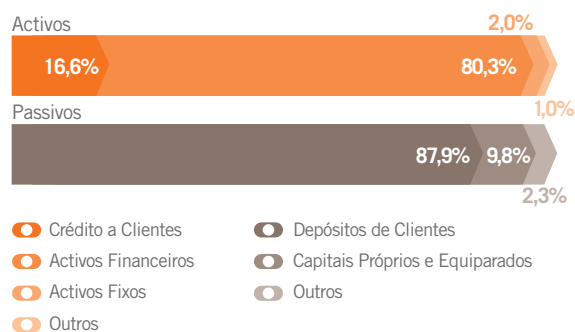
Taxa de Crescimento de Depósitos de Clientes



De facto, o balanço do Banco tem-se mostrado particularmente sólido e robusto, onde os depósitos de clientes representam, aproximadamente, 87,9% do Activo, possibilitando, assim, o financiamento de grande parte da sua actividade.

O BFA não recorre a financiamento externo para a sua actividade, com excepção de tomadas pontuais no MMI.

Estrutura do Balanço a 31 Dezembro 2013



Nota: Activos Financeiros = Disponibilidades + Aplicações em Instituições de Crédito + Aplicações em Títulos.

Do lado do Activo, o balanço do Banco é constituído na sua grande maioria por Activos Financeiros, em particular Aplicações em Títulos, os quais representam cerca de 46,7% do total dos Activos Financeiros.

Considerando os elevados níveis de liquidez, o BFA procura aplicar os seus excedentes não destinados à concessão de crédito, em diferentes classes de activos, com diferentes perfis de maturidade, procurando gerir a sua liquidez de forma rentável, através de uma adequada política de investimento.

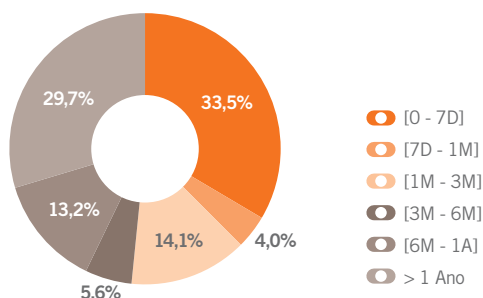
As maturidades do investimento são definidas tendo por base um princípio de diversificação e adequação, por forma a retirar benefícios quer no curto prazo, através da satisfação das necessidades de liquidez, como num horizonte temporal mais alargado, assegurando a eficiência da sua gestão.

Assim, observa-se uma elevada diversificação dos Activos Financeiros do BFA por perfil de maturidade, verificando-se contudo, e à semelhança do ano anterior, uma elevada predominância das aplicações com maturidades inferiores a 1 ano, com especial incidência em maturidades inferiores a 7 dias (33,5% do total dos instrumentos financeiros), permitindo a sua mobilização e utilização num reduzido espaço temporal.

PERFIL DE MATURIDADES DOS ACTIVOS FINANCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

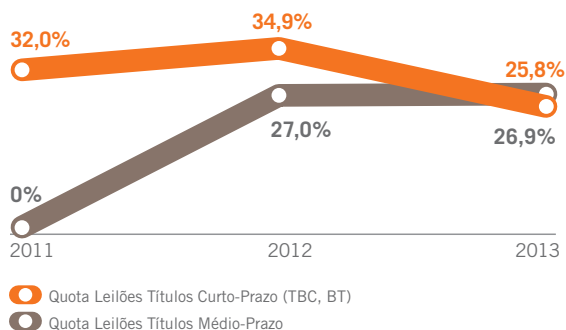
	Total (MUSD)	[0 - 7D]	[7D - 1M]	[1M - 3M]	[3M - 6M]	[6M - 1A]	> 1 Ano	Total (%)
Disponibilidades	1 480,9	20,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,7%
Aplicações em IC's	1 930,4	12,1%	1,4%	9,4%	2,7%	1,5%	0,0%	27,0%
Compra títulos com acordo de Revenda	396,1	0,7%	1,6%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%
Títulos de Curto Prazo	717,1	0,0%	1,0%	1,2%	1,0%	6,9%	0,0%	10,0%
Títulos de Longo Prazo	2 618,4	0,0%	0,0%	0,3%	1,9%	4,8%	29,7%	36,7%
Total	7 142,9	33,5%	4,0%	14,1%	5,6%	13,2%	29,7%	100,0%

Perfil de Maturidades dos Activos Financeiros a 31 de Dezembro de 2013



A quota de mercado do BFA em leilões de títulos de curto-prazo do BNA atingiu em 2013 os 25,8% e a quota nos leilões de OT's de médio prazo, os 26,9%.

Quota de Mercado Leilões de Títulos de Curto-Prazo (TBC e BT)



O elevado nível de liquidez do BFA, conjugado com a solidez do seu balanço, permitiram-lhe enfrentar os desafios futuros, consolidando a sua posição e segurança no suporte financeiro às necessidades dos seus clientes.

RESERVAS OBRIGATÓRIAS EM ANGOLA

Entrou em vigor a 1 de Julho de 2013 o Instrutivo n.º 03/2013, relativo às Reservas Obrigatórias. Este vem alterar o definido no Instrutivo n.º 02/2011 de 28 de Abril, procurando tornar o instrumento de reservas obrigatórias mais eficaz, enquanto instrumento de gestão de política monetária.

Assim, e de acordo com o referido instrutivo, o coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre as respectivas bases de incidência sofreu as seguintes alterações:

- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das rubricas que compõem as diferentes bases de incidência em moeda nacional, à excepção das contas do Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais, passa de 20% para 15%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das rubricas que compõem as diferentes bases de incidência em moeda estrangeira, à excepção das contas do Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais, mantem-se nos 15%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das contas do Governo Central, em moeda nacional, é de 100% e dos Governos Locais e Administrações Municipais, também em moeda nacional é de 50%;
- Coeficiente de reservas obrigatórias a aplicar sobre os saldos diários das contas do Governo Central, em moeda estrangeira, é de 100% e dos Governos Locais e Administrações Municipais, também em moeda estrangeira é igualmente de 100%.

RISCO CAMBIAL

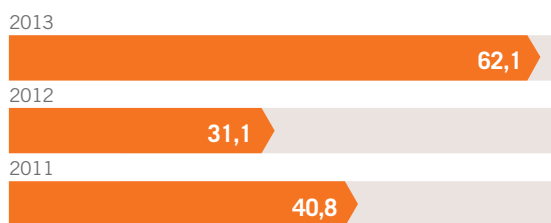
Reforço Significativo da Actividade Cambial

O BFA realiza uma gestão particularmente rigorosa da sua exposição cambial, que surge em resultado de posições estruturais detidas nas várias moedas ou de necessidades transaccionais dos seus clientes, procurando de forma activa controlar o seu risco, mantendo para cada moeda as suas posições activas e passivas niveladas.

Como critério base, a exposição ao risco cambial do BFA deve ser tendencialmente nula, admitindo-se que possa ter oscilações temporárias em posições curtas ou longas.

Com a entrada em vigor da terceira fase do novo regime cambial para as Petrolíferas, o BFA aprovou um limite para posições longas na sua Posição Cambial, como forma de garantir a sua capacidade de aquisição de divisas, mas mantendo níveis prudentes de exposição cambial.

Evolução Posição Cambial



Un: MUSD

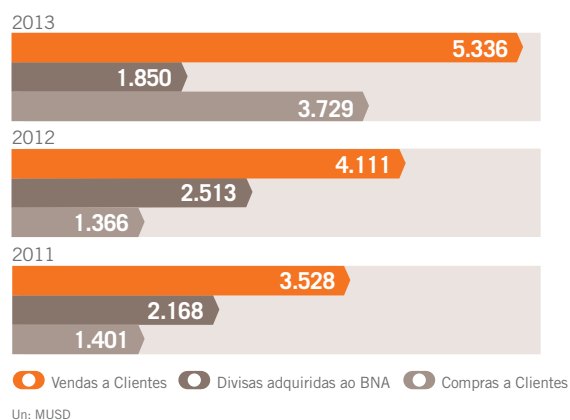
A 31 de Dezembro de 2013, a posição cambial do BFA encontrava-se avaliada em 62,1 Milhões USD.

No âmbito da sua actividade, o BFA opera maioritariamente com Dólares Norte-Americanos, mantendo as posições noutras moedas em níveis residuais, tornando o processo de gestão da sua posição cambial simplificado. De forma a garantir a satisfação atempada e tempestiva das necessidades de divisas dos seus clientes, o BFA recorre à compra de divisas no mercado primário através do mecanismo dos leilões de divisas do BNA e a compras a Clientes.

No que respeita ao volume de transacções de divisas é de salientar o reforço significativo da capacidade de compra de divisas a Clientes, como resultado da estratégia de segmentação

e criação de uma oferta de valor específica para o segmento Oil & Gas. Esta estratégia permitiu ao banco assumir uma posição de destaque nas transacções de divisas, tendo aumentado os volumes adquiridos a Clientes para cerca de 3.728,6 Milhões USD (um incremento de 172,9% face a 2012).

Transacções de Divisas



Como consequência do anteriormente referido, o volume de vendas a clientes aumentou 29,8% face a 2012 totalizando 5.336,1 Milhões USD

Risco Operacional

CONTROLO INTERNO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS

A Importância do Controlo Interno na Cultura de Gestão do Risco Operacional no BFA

Os riscos operacionais resultam da execução dos processos internos de negócio, de pessoas, de sistemas ou de eventos externos e são inerentes a qualquer actividade.

Uma gestão inadequada dos riscos operacionais pode causar danos irreparáveis à reputação de uma instituição. Desta forma, o BFA reconhece a importância de uma estrutura de gestão de riscos operacionais adequada, investindo na sua capacitação para identificar e mitigar eventuais falhas resultantes de procedimentos inadequados, erros operacionais ou nos sistemas de informação, fraudes internas ou externas, ou comportamentos inadequados dos colaboradores no desempenho das suas funções.

A crescente competitividade no mercado financeiro, aliada à inovação tecnológica, à globalização e à crescente complexidade das operações, entre outras, tornam as instituições financeiras cada vez mais expostas a este tipo de riscos. Desta forma, no seguimento dos esforços desenvolvidos em 2012, o BFA deu continuidade em 2013 ao reforço das práticas de controlo inerentes à mitigação do risco procurando, em simultâneo, desenvolver a sua aptidão para identificação dos mesmos.

O BFA disponibiliza a todos os seus colaboradores, através da sua intranet, os procedimentos operacionais de actuação e a atribuição de responsabilidades, no que respeita à gestão dos riscos operacionais, em forma de normativos internos. Estes encontram-se numerados, datados e organizados em função do seu carácter na hierarquia de normas, e agregados por temas relevantes. A sua produção e difusão é da responsabilidade da Direcção de Organização e Formação (DOF), a qual atende às necessidades internas da organização e à integração de novas regras legais ou regulamentares.

Através da sua intranet, o BFA disponibiliza também regulamentação externa, composta por todos os normativos do BNA e dos principais diplomas legais que afectam ou condicionam a actividade bancária. Adicionalmente, os membros dos órgãos de gestão e os colaboradores do Banco

estão ainda sujeitos ao Código de Conduta do BFA, aprovado no Conselho de Administração.

A avaliação do cumprimento dos normativos internos e do Código de Conduta é da responsabilidade da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI).

A auditoria interna procura garantir e salvaguardar a integridade e a segurança dos activos do Banco e dos seus clientes. Nesse sentido, são desenvolvidas análises periódicas às actividades das Unidades de Negócio e Serviços Centrais. Tais análises são complementadas por intervenções de auditoria temática a cargo do auditor externo ou do auditor contratado para o efeito.

A DAI organiza os seus trabalhos de auditoria através de intervenções presenciais e/ou à distância, com diferentes graus de incidência e complexidade:

- Auditorias Completas às unidades de negócio ou serviços centrais;
- Auditorias Reduzidas: intervenção sistemática para verificação dos saldos de cofre e caixa e dos respectivos procedimentos, bem como dos aspectos de segurança associados à salvaguarda dos valores;
- Auditorias à Distância: análise de procedimentos de determinadas transacções ou processos, sem a presença física das equipas da DAIS;
- Auditorias de Alertas: análise efectuada sobre um conjunto de ficheiros com informação tipificada pela DAI, respeitante a transacções efectuadas.

Em 2013, a Área de Auditoria efectuou 317 intervenções, o que representa um acréscimo de 63,4% face a 2012. Destas destaca-se a intervenção presencial da equipa da DAI em 140 Unidades de Negócio, o que corresponde a um contacto directo com 87% da área comercial do Banco.

No que concerne à inspeção, a acção da DAI assenta na condução de investigações em resultado de reclamações apresentadas pelos clientes do BFA e que possam ter implicação patrimonial ou resultado de deliberações produzidas

pelos órgãos de decisão do Banco, analisando indícios de irregularidades e identificando os seus responsáveis.

Tanto os Relatórios da Auditoria como as Informações provenientes da Inspeção são alvo de análise em reunião da CECA, a qual decide, relativamente aos factos relatados, acerca da imputação de responsabilidades, forma de regularização e eventuais consequências disciplinares ou criminais.

A DAI reporta, numa base trimestral, um Mapa de Risco Operacional onde se incluem todas as intervenções da Inspeção, classificando os casos pela sua natureza e eventuais perdas patrimoniais assumidas. Durante o ano de 2013, a Área de Inspeção efectuou 142 intervenções, sendo que 60% das ocorrências estavam ligadas a situações de Risco Operacional.

Para além disso, a DAI elabora ainda, numa base anual, um relatório completo onde se incluem todas as suas actividades, o qual é analisado no Conselho de Administração e na Comissão Executiva, sendo parte integrante do Relatório de Controlo Interno.

Digitalização Documental

A implementação do novo *front-end* de apoio à actividade comercial do Banco, no âmbito do projecto eMudar@BFA, foi continuada em 2013, assistindo-se ao alargamento da referida solução a todos os balcões.

Esta plataforma permitiu ao BFA uma revisão e desmaterialização dos seus processos, passando estes a ser suportados por documentação digital, sempre que legalmente possível, possibilitando uma redução no risco operacional.

Até ao final do ano de 2013 já haviam sido digitalizados cerca de 529.026 documentos e concluídos 219.776 processos através desta plataforma, o que se traduz num importante marco de eficiência do Banco e num maior controlo do risco operacional.

Reforço da Segurança e Mitigação do Risco

Em 2013 foi concluída a instalação do novo Centro de Processamento de Dados (CPD) na EMIS, o qual possui redundância total para todos os sistemas do BFA, incluindo sistema central e aplicações de suporte.

O novo CPD representa uma iniciativa clara do Banco no que respeita à segurança e mitigação dos riscos relacionadas com os seus sistemas de informação. Estes sistemas são mantidos num ambiente de Alta Disponibilidade através do *clustering* das aplicações e serviços e pela replicação entre sistemas quando não é possível o *clustering*. Este sistema de Alta Disponibilidade é sujeito a testes periódicos e a respectivas validações.

Ainda no âmbito da redução do risco de falha dos seus sistemas e infra-estruturas tecnológicas, e a consequente emergência de riscos para a continuidade do seu negócio, o BFA reforçou as suas políticas de segurança através das seguintes iniciativas:

- Foi dado início ao processo de migração para um novo Centro de Processamento de Dados, no Cartão Informático da EMIS;
- Foi dada continuidade ao investimento na estabilidade da rede de comunicações do BFA, com maiores níveis de redundância para as áreas comerciais assim como no reforço dos equipamentos;
- Foram instaladas novas ferramentas de anti-virus e criadas rotinas de monitorização periódica;
- Foram instaladas ferramentas de distribuição centralizada de evoluções de software, permitindo uma maior simplicidade, eficácia e controlo de risco operacional na gestão de versões.

Os procedimentos ao nível do controlo geral informático são revistos anualmente por uma empresa externa contratada para o efeito, permitindo, assim, identificar eventuais vulnerabilidades ou áreas que exijam reforço de intervenção.

No seguimento do incremento do volume de transacções por via da entrada em vigor das principais exigências da nova lei cambial, o BFA investiu na actualização dos seus sistemas de pagamentos e no desenvolvimento de soluções transaccionais adequadas às necessidades dos seus clientes.

Assim, em 2013 foram implementadas novas funcionalidades no sistema automatizado *straight-through-processing* para processamento de transacções em série multi-destino e multi-moeda, permitindo ao Banco reforçar o controlo do risco deste sistema.

Tratamento de Reclamações – Eficiência e Qualidade na Prestação de Serviços

A Área de Tratamento de Reclamações, criada em 2012 em resposta ao normativo estabelecido pelo Aviso n.º 02/2011 do BNA, espelha o compromisso assumido pelo BFA na melhoria das suas práticas e na qualidade do serviço prestado aos seus clientes. As reclamações de clientes constituem um indicador importante na detecção do incumprimento e de incidências no que respeita ao risco operacional. Assim, estas são recepcionadas, tratadas e acompanhadas, de acordo com o definido em normativo interno.

De facto, o tratamento das reclamações de clientes de forma eficiente e diligente possibilita uma gestão mais adequada do risco operacional em que o Banco incorre no exercício da sua actividade.

Em 2013 foram recebidas 546 reclamações, das quais 523 foram encerradas, o que se traduz num grau de eficiência de 95,8%.

O tempo médio de resposta de reclamações tratadas globalmente, foi em 2013, de 20,4 dias, sendo que 66% respondidas em menos de 2 semanas e 59% respondidas em menos de 1 semana.

Riscos Legais

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLO INTERNO PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DOS NORMATIVOS EM VIGOR

Instrumento fulcral na gestão do risco reputacional

A emergência de riscos legais é inerente a qualquer estrutura bancária e ao seu negócio, uma vez que este assenta numa base normativa e legal, orientada por regras definidas pelas diversas entidades de tutela e de supervisão, e por acordo assinados com parceiros de negócio e clientes.

A detecção, gestão e mitigação eficaz dos riscos, provenientes do não cumprimento de tais normas, regulamentos e acordos, constituem instrumentos determinantes na gestão do risco reputacional, pois estas representam um dos principais pilares de orientação das actividades do Banco.

Existe uma equipa especificamente dedicada ao tratamento de reclamações dirigidas ao banco que reúne e articula internamente toda a informação necessária para responder adequadamente ao Cliente. Os processos são monitorizados quer em termos de qualidade, quer em termos de tempo de resposta. É também esta equipa, que serve como principal interlocutor e garante ao Cliente e ao BNA no caso das reclamações registadas no portal do consumidor e acompanhadas pelo Departamento de supervisão Comportamental do BNA.

Reforço do controlo interno na detecção e gestão do risco

A Direcção de Compliance, criada em Julho do ano transacto, tem vindo a desenvolver um conjunto de processos no âmbito das suas atribuições e a participar de forma activa na criação de procedimentos para mitigação do risco de fraude e do Branqueamento de Capitais. Neste sentido, foram actualizadas políticas e condutas relativas a matérias de combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, que culminaram com a elaboração das Políticas e Procedimentos do Banco sobre estas duas matérias, as quais entraram em vigor em Agosto de 2013.

Em particular, são funções da Direcção de Compliance, nomeadamente:

- A monitorização do cumprimento das políticas definidas para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A gestão e monitorização da implementação de um sistema de controlo interno relativo à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A comunicação de operações susceptíveis de configurar a prática do crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo às autoridades competentes;
- Servir de ponto de contacto entre o BFA e as autoridades de tutela em todas as matérias relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A centralização, análise e gestão das diversas comunicações recebidas pelo BFA em matéria de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A Direcção Jurídica do BFA detém ainda importantes funções neste âmbito, sendo responsável pela análise e divulgação dos normativos externos que apresentam impacto na actividade do Banco.

Ao nível do controlo interno, o BFA tem vindo a actualizar as suas políticas de relacionamento com determinados clientes, nomeadamente clientes de alto risco, os quais carecem de um acompanhamento mais rigoroso.

Adicionalmente, foram implementados métodos de Diligência Reforçada para Instituições sem fins lucrativos e normativos relativos a movimentação de contas em numerário, dando deste modo cobertura às boas práticas de Combate ao Branqueamento de Capitais, impondo vários níveis de intervenção para prevenir a fraude.

Ao nível da infra-estrutura tecnológica, o Banco usa a aplicação SDN Check da Novabase (ferramenta de filtering) para confrontar periodicamente a sua base de clientes contra as listas de sanções internacionais, reforçando esta análise

com a ferramenta Online Compliance da Bankers Acuity na análise manual dos alertas recebidos. Para além disso, o Banco licenciou a instalação da aplicação *Sanction Screening* da Swift, uma ferramenta de filtering que rastreia operações executadas via swift contra listas de sanções internacionais.

No que respeita ao capital humano, o BFA continuou a investir na qualificação e preparação dos seus recursos humanos, através de uma formação específica sobre combate e prevenção ao Branqueamento de Capitais. No decorrer do ano 2013, o Banco desenvolveu um plano de formação geral a todos os funcionários, tendo a primeira fase do processo de formação ocorrido entre 18 de Novembro e 13 de Dezembro de 2013. A segunda fase teve lugar entre 20 de Janeiro a 14 de Fevereiro de 2014, estando a terceira e última fase agendada para Abril de 2014.

Os conteúdos da formação foram divididos em três níveis (avançado, intermédio e básico), com diferentes durações. Até ao final de 2013 foram formados 465 colaboradores, com prioridade dada à Administração e Áreas Comerciais.

FORMAÇÃO ABRANGENTE SOBRE PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Com o objectivo de dotar os seus colaboradores com conhecimentos em matéria de prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, de acordo com o estabelecido no Aviso n.º 22/12 e Lei n.º 34/11, o BFA iniciou um programa de formação extensivo nesta frente abrangendo todos os colaboradores da Rede Comercial, hierarquias dos Serviços Centrais e os membros da Administração do Banco. Em 2013 já foram abrangidos por este programa 465 colaboradores das Redes Comerciais e dos Serviços Centrais e a Administração. Esta acção estará concluída no primeiro quadrimestre de 2014.

A acção é composta por uma componente teórica que enquadra o tema e a legislação existente nesta matéria e uma frente prática relacionada com os principais procedimentos, processos e operações efectuadas pelo Banco e as regras e cuidados a observar.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

92	Análise Financeira
101	Proposta de Aplicação de Resultados



**ANÁLISE
FINANCEIRA**

Análise Financeira

Crescimento do activo e melhoria da rentabilidade

O BFA voltou a apresentar um desempenho financeiro positivo, com um crescimento global do Activo de 12,1%, bastante próximo dos 12,3% registados em 2012, atingindo os 8.892 Milhões USD.

No que respeita ao Passivo, os Recursos de Clientes cresceram significativamente em 2013, com os Depósitos de Clientes a registarem um aumento de 12,1% relativamente ao ano transacto, passando de 6.972,2 Milhões USD em 2012 para 7.816,4 Milhões USD no final de 2013.

Este aumento foi particularmente significativo nos recursos em Moeda Nacional, cujo peso na estrutura dos recursos subiu 8,1 pontos percentuais, aproximando-o cada vez mais do peso dos mesmos em Moeda Estrangeira.

O Produto Bancário registou uma subida significativa (12,6% face a 2012), potenciada por subidas na margem, na qual se destaca o efeito de redução dos custos com depósitos e por subidas nos lucros de operações financeiras.

Ao nível da carteira de crédito, verificou-se uma quebra acentuada nos montantes de crédito por assinatura (-24,3% face a 2012), o que gerou um decréscimo de 2,8% no

montante de crédito total. O Crédito sobre Clientes, por seu turno, cresceu 3,4% face a 2012.

Em virtude da maior subida dos recursos face aos créditos concedidos, observou-se em 2013 uma redução no Rácio de Transformação, passando a situar-se nos 18,9%, uma quebra de 1,6 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

Em 2013 passaram a ser tributados os rendimentos de Títulos de Dívida Pública emitidos após 31 de Dezembro de 2012. No entanto, não obstante o efeito fiscal sentido (12,6 Milhões USD em custos com o imposto), o Resultado Líquido cresceu em 2013, atingindo os 247,3 Milhões USD, uma subida de 12,5% face a 2012.

Um Balanço Sólido com Elevados Níveis de Liquidez

O Activo Líquido do BFA cresceu cerca de 12,1% em 2013, contabilizando 8.892 Milhões USD no final do ano. Contrariando a tendência verificada em anos anteriores, este crescimento foi particularmente potenciado pela subida no volume de Aplicações em Títulos, os quais atingiram os 3.335,5 Milhões USD (mais 25,8% face a 2012). O montante de Aplicações em Instituição de Crédito (IC's) cresceu de forma mais moderada, registando uma subida de 8,7% face a 2012.

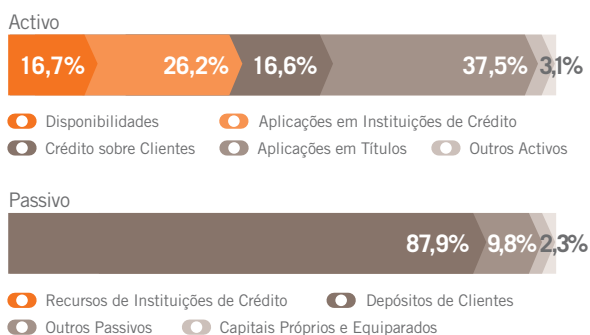
BALANÇO DO BFA DE 2011 A 2013

Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Activo Líquido							
Disponibilidades	121 846,5	1 278,8	142 881,8	1 491,1	144 564,3	1 480,9	-0,7%
Aplicações totais	530 127,0	5 563,8	595 988,5	6 219,5	696 731,1	7 137,2	14,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	132 603,3	1 391,7	205 062,6	2 139,9	227 110,3	2 326,5	8,7%
Crédito sobre Clientes	125 869,9	1 321,0	136 776,8	1 427,3	144 013,1	1 475,3	3,4%
Aplicações em Títulos	271 653,8	2 851,1	254 149,2	2 652,2	325 607,8	3 335,5	25,8%
Imobilizado Líquido	16 008,1	168,0	16 956,5	177,0	17 786,0	182,2	3,0%
Outros Activos	4 939,6	51,8	4 075,2	42,5	8 950,8	91,7	115,6%
Total do Activo	672 902,1	7 062,4	759 902,1	7 930,0	868 032,2	8 892,0	12,1%
Passivo							
Recursos de Instituições de Crédito	4,4	0,0	4,4	0,0	2 014,7	0,0	
Depósitos de Clientes	589 013,7	6 181,8	668 113,3	6 972,2	761 010,4	7 816,4	12,1%
Outros Passivos	8 355,7	87,7	11 780,1	122,9	17 294,3	177,2	44,1%
Provisões para Riscos e Encargos	6 711,7	70,4	5 628,3	58,7	3 072,2	31,5	-46,4%
Capitais Próprios e Equiparados	68 835,5	722,4	74 376,0	776,2	84 640,5	867,0	11,7%
Total do Passivo e Capital	672 921,1	7 062,4	759 902,1	7 930,0	868 032,2	8 892,0	12,1%

Do lado do Passivo, o crescimento foi maioritariamente explicado pela evolução nos Depósitos de Clientes. Esta evolução retrata a capacidade de captação de recursos por parte do BFA, a qual deriva do crescente empenho do Banco na fidelização dos clientes e na oferta de produtos e serviços adequados às expectativas dos seus clientes, fomentando uma maior proximidade com o Banco e melhorias contínuas na qualidade do atendimento.

Estrutura do Balanço do BFA em Dezembro 2013



Os Capitais Próprios e Equiparados apresentam uma variação positiva de 11,7% face a 2012, totalizando 867 Milhões USD no final de 2013.

A análise à estrutura do Balanço do BFA, em Dezembro de 2013, ilustra o elevado nível de liquidez, o qual permite financiar quase na íntegra a estrutura do Activo, através da combinação dos Depósitos de Clientes e dos Capitais Próprios.

Aumento do peso das Obrigações do Tesouro em MN

O volume total de títulos em carteira aumentou em 2013 cerca de 683,3 Milhões USD, um crescimento de, aproximadamente, 25,8% face a 2012.

Para tal contribuiu o acréscimo considerável no volume de Obrigações de Tesouro em Moeda Nacional (mais 757,1 Milhões USD em relação a 2012) e de Bilhetes do Tesouro (mais 301,9 Milhões USD em relação a 2012), representando estes, no seu conjunto, cerca de 54,3% do total da carteira de títulos de investimento do Banco.

CARTEIRA DE TÍTULOS

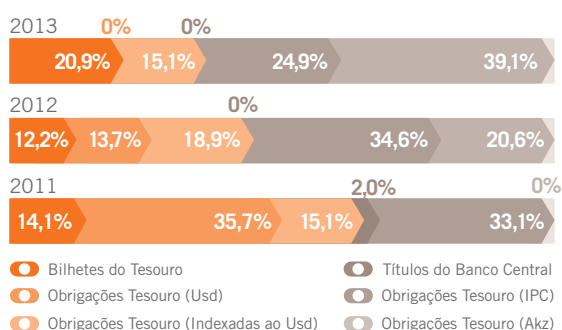
Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Carteira de Negociação	1 410,5	14,8	19 430,5	202,8	18 727,4	191,8	-10,9
Bilhetes do Tesouro	1 376,9	14,5	11 427,3	119,3	18 651,8	191,1	71,8
Títulos do Banco Central	0,0	0,0	7 952,8	83,0	0,0	0,0	-83,0
Outros	33,6	0,4	50,5	0,5	75,5	0,8	0,2
Carteira de Detidos até ao Vencimento	270 243,3	2 836,2	234 718,7	2 449,4	306 880,4	3 143,7	694,2
Bilhetes do Tesouro	36 967,4	388,0	19 600,1	204,5	49 435,2	506,4	301,9
Títulos do Banco Central	96 722,7	1 015,1	26 572,0	277,3	0,0	0,0	-277,3
Obrigações Tesouro (USD)	41 114,9	431,5	48 136,2	502,3	49 103,3	503,0	0,7
Obrigações Tesouro (IPC)	5 409,7	56,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações Tesouro (Indexadas ao USD)	90 028,5	944,9	88 005,5	918,4	81 053,1	830,3	-88,1
Obrigações Tesouro (Akz)	0,0	0,0	52 404,9	546,9	127 288,9	1 303,9	757,1
Total	271 653,8	2 851,1	254 149,2	2 652,2	325 607,8	3 335,5	683,3

A carteira de Títulos do Banco Central extinguiu-se em 2013, uma vez que o produto em causa deixou de ser colocado no mercado.

Desta forma e aproveitando a oportunidade, o BFA voltou a aumentar o montante aplicado em títulos de maturidade mais longa, à semelhança do que havia já sido observado em 2012, em detrimento do montante aplicado em títulos de curto prazo.

Estrutura da Carteira de Títulos em Dezembro 2013

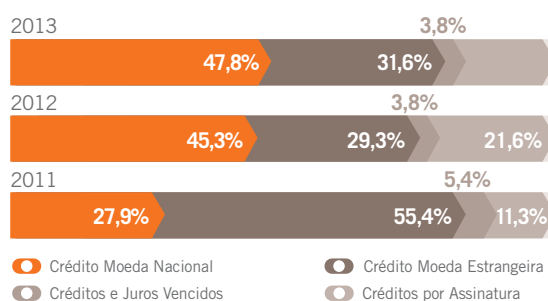


Peso da Moeda Nacional no Crédito Concedido a Clientes

O volume de crédito concedido a clientes registou em 2013 um crescimento moderado de apenas 48,8 Milhões USD, aproximadamente mais 3,4% face ao Crédito a Clientes concedido em 2012.

No que respeita ao volume de Crédito por Assinatura, contrariamente ao observado em 2012, assistiu-se a uma contração de cerca de 24,3%, atingindo os 317 Milhões USD, em virtude de uma redução de cerca de 36,2% no volume de Garantias Prestadas, relativamente a 2012.

Estrutura da Carteira de Crédito



Embora o seu peso na estrutura global de crédito do Banco se mantenha inalterado, assistiu-se em 2013 a uma nova redução no Crédito Vencido, o qual se situava nos 71,5 Milhões USD no final do ano. Esta redução permitiu um decréscimo de 0,2 pontos percentuais no rácio de Crédito Vencido há mais de 30 dias em percentagem do Crédito Total, situando-se nos 4,6% em Dezembro de 2013.

O rácio de cobertura do Crédito e Juros Vencidos pelo total de provisões (genéricas e específicas) registou um aumento de 0,8 pontos percentuais.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A CLIENTES

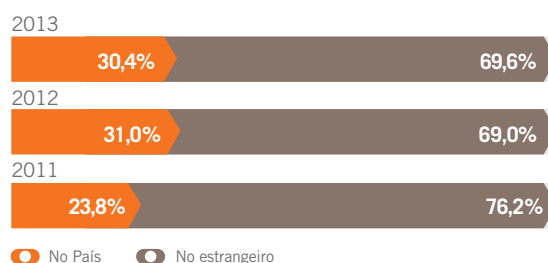
Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Crédito Total	152 675,0	1 602,3	186 137,1	1 942,4	184 302,2	1 888,0	-2,8%
1.1 Crédito sobre Clientes	127 193,0	1 334,9	139 007,7	1 450,6	146 372,0	1 499,4	3,4%
Crédito Moeda Nacional	42 626,9	447,4	84 386,7	880,6	88 123,4	902,7	2,5%
Crédito Moeda Estrangeira	84 566,1	887,5	54 621,0	570,0	58 248,6	596,7	4,7%
1.2 Créditos e Juros Vencidos	8 191,0	86,0	6 981,1	72,9	6 982,3	71,5	-1,8%
1.3 Créditos por Assinatura	17 291,0	181,5	40 148,3	419,0	30 947,9	317,0	-24,3%
2. Provisões Totais de Crédito	10 013,5	105,1	9 992,1	104,3	10 044,3	102,9	-1,3%
2.1 Provisões Específicas	9 514,1	99,9	9 212,0	96,1	9 341,3	95,7	-0,5%
Para Crédito e Juros Vencidos	3 986,6	41,8	3 168,1	33,1	3 104,9	31,8	-3,8%
2.2 Para Riscos Gerais de Crédito	499,4	5,2	780,1	8,1	703,0	7,2	-11,5%
3. Crédito Líquido de Provisões	125 869,9	1 321,0	136 776,8	1 427,3	144 013,1	1 475,3	3,4%
Do qual: Crédito e Juros Vencidos	4 204,4	34,5	3 812,9	39,8	3 877,4	39,7	-0,2%
4. Qualidade do Crédito							
Crédito Vencido (% Crédito Total)	6,1%		4,8%		4,6%		-0,2 p.p.
Cobertura por Provisões Totais	122,2%		143,1%		143,9%		0,8 p.p.

Evolução das Aplicações em Instituições de Crédito

Analisando a distribuição das Aplicações em IC's por origem das respectivas instituições, à semelhança dos anos anteriores, denota-se que o volume de Aplicações em IC's estrangeiras foi o que registou um maior aumento em 2013, representando cerca de 70% do total da carteira de Aplicações do Banco.

Composição Aplicações em Instituições de Crédito



APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Aplicações em IC's	132 603,3	1 391,7	205 062,6	2 139,9	227 110,3	2 326,5	8,7%
No País	31 542,7	331,0	63 636,2	664,1	69 137,4	708,2	6,6%
No estrangeiro	101 060,7	1 060,6	141 426,3	1 475,9	157 972,9	1 618,3	9,6%
Total	132 603,3	1 391,7	205 062,6	2 139,9	227 110,3	2 326,5	8,7%

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE CLIENTES

Valores em Milhões

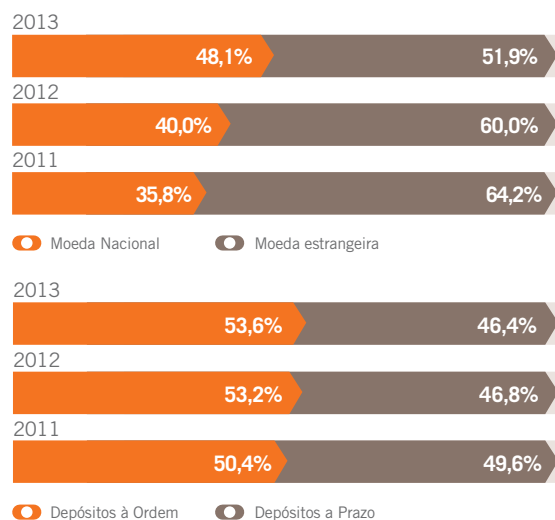
	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Depósitos à Ordem	296 609,0	3 113,0	355 290,8	3 707,7	409 012,1	4 189,9	13,0%
Moeda Nacional	133 060,4	1 396,5	158 773,6	1 656,9	234 552,6	2 402,7	45,0%
Moeda Estrangeira	163 548,6	1 716,5	196 517,1	2 050,8	174 459,5	1 787,1	-12,9%
Depósitos a Prazo	292 404,4	3 068,8	312 814,8	3 264,5	354 013,1	3 626,5	11,1%
Moeda Nacional	77 896,5	817,5	108 183,9	1 129,0	132 497,7	1 357,3	20,2%
Moeda Estrangeira	214 507,9	2 251,3	204 630,9	2 135,5	221 515,4	2 269,2	6,3%
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Total	589 013,7	6 181,8	668 105,8	6 972,2	763 025,2	7 816,4	12,1%

Recursos de Clientes

Os recursos de clientes registaram uma evolução positiva de cerca de 12,1% face a 2012, atingindo os 7.816,4 Milhões USD em 2013.

Analisando a estrutura dos Depósitos à Ordem por moeda, verificou-se em 2013 um aumento de 45% no montante em Moeda Nacional, contrastando com uma redução de 12,9% nos montantes em Moeda Estrangeira. Tal inversão na tendência de distribuição destes depósitos por moeda é fruto da gradual “desdolarização” da economia angolana, fortemente impactada pelo Novo Regime Cambial.

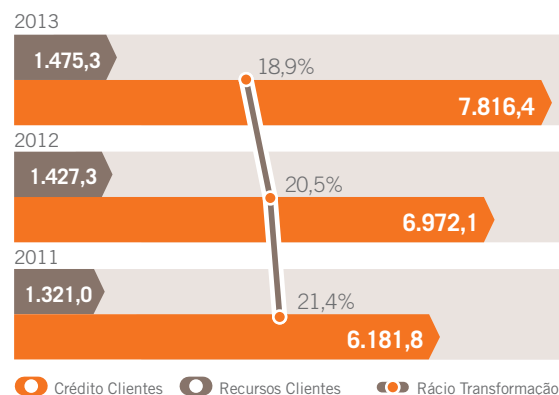
Composição dos Depósitos de Clientes por Produto e por Moeda



De igual modo, nos Depósitos a Prazo, os quais registaram em 2013 um acréscimo de cerca de 362 Milhões USD, o volume de carteira em Moeda Nacional cresceu cerca de 20,2% relativamente a 2012, contra um crescimento de apenas 6,3% dos mesmos em Moeda Estrangeira.

Assim, e no global dos recursos constituídos sob a forma de depósitos, assistiu-se a uma subida considerável da importância relativa da Moeda Nacional, a qual é responsável pela composição de 48,1% dos Depósitos de Clientes, 8,1 pontos percentuais acima do seu peso em 2012.

Rácio de Transformação



A subida mais acentuada dos recursos face ao crédito traduziu-se numa redução do Rácio de Transformação para os 18,9%.

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Margem Financeira [MF]=[P-C]	25 261,4	269,1	21 704,9	227,5	24 497,1	253,8	11,6%
2. Margem Complementar [MC]	14 666,1	156,1	15 847,3	166,0	18 258,6	189,2	14,0%
3. Produto Bancário [PB]=[MF+MC]	39 927,5	425,2	37 552,2	393,5	42 755,6	443,0	12,6%
4. Encargos Administrativos [EA]	12 690,6	135,2	13 481,1	141,3	14 675,6	152,1	7,7%
5. Cash Flow Exploração [PB-EA]	27 236,9	290,0	24 071,1	252,2	28 080,1	290,9	15,3%
6. Resultados Extraordinários [RX]=[G-P]	-25,4	-0,1	255,6	2,7	44,7	0,5	-82,7%
7. Resultado de Exploração [RE]=[PB-EA+RX]	27 211,5	289,9	24 326,7	254,9	28 124,7	291,3	14,3%
8. Provisões e Amortizações [PA]	3 465,1	36,9	3 351,0	35,1	3 033,3	31,4	-10,5%
9. Resultados antes de Impostos [RA]=[RE-PA]	23 746,4	253,0	20 975,6	219,8	25 091,4	259,9	18,3%
10. Impostos s/Lucros [IL]	0,0	0,0	0,0	0,0	1 192,8	12,6	
11. Resultado do Exercício [RE]=[RA-IL]	23 746,4	253,0	20 975,6	219,8	23 898,6	247,3	12,5%
12. Cash Flow do Exercício [CF]=[RE+PA]	27 211,5	289,9	24 326,7	254,9	26 932,0	278,7	9,4%

Demonstração de Resultados e Aumento da Rentabilidade

O Lucro Líquido do BFA no final de 2013 cifrava-se nos 247,3 Milhões USD, aproximadamente, um crescimento de 12,5% face ao Resultado Líquido obtido em 2012.

Pela análise às contas de exploração podemos constatar que tanto a margem financeira como a margem complementar cresceram em 2013, permitindo um aumento de 12,6% no Produto Bancário, o qual atingiu os 443 Milhões USD.

Desta forma, e embora se tenha observado uma subida nos Encargos Administrativos, pelo aumento dos custos de estrutura, registou-se igualmente uma quebra de 10,5% nos montantes de Provisões e Amortização permitindo um Resultado Antes de Imposto de 259,9 Milhões USD, um crescimento de 18,3% face a 2012.

Assim, não obstante o efeito fiscal verificado (12,6 Milhões USD em custos com imposto), 2013 registou uma evolução positiva da rentabilidade dos capitais do Banco, apresentando um ROE de 31,6%, 1,3 pontos percentuais superior ao verificado no ano anterior.

DECOMPOSIÇÃO DA RENTABILIDADE

Valores em % do activo total médio

ROA e ROE	2012	2013
Taxa da margem financeira	3,1%	3,1%
Lucros em Op. Financeiras	1,3%	1,2%
Comissões e outros proveitos	0,9%	0,8%
Produto Bancário	5,3%	5,3%
Encargos Administrativos	1,9%	1,8%
Resultado de exploração	3,4%	3,5%
Provisões e amortizações	0,5%	0,4%
Resultados extraordinários	0,0%	0,0%
Resultado antes de impostos	3,0%	3,1%
impostos sobre lucros	0,0%	-0,2%
Res. Liq. (ROA)	3,0%	3,0%
Multiplicador (ATM/FPM)	10,2	10,6
Res. Liq. atribuível aos accionistas (ROE)	30,3%	31,6%

Expansão da Margem Financeira – Efeito Volume e Efeito Preço

A Margem Financeira do BFA cresceu em 2013, registando um aumento de 26,4 Milhões USD, totalizando os 253,8 Milhões USD em Dezembro do mesmo ano.

EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Var. 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Proveitos	40 588,1	432,6	32 628,1	341,9	35 011,6	362,8	20,9
Custos	15 326,9	163,5	10 923,1	114,5	10 514,5	109,0	-5,5
Margem Financeira	25 261,3	269,1	21 704,9	227,5	24 497,1	253,8	26,4

Este crescimento é sobretudo devido ao aumento nos Proveitos, nomeadamente no que respeita a Aplicações em IC's nacionais e a Obrigações do Tesouro, permitindo um resultado positivo proveniente das actividades de investimento e de crédito.

Por outro lado, verificou-se nova descida na remuneração dos Depósitos de Clientes, os quais registaram um decréscimo de cerca de 5,5 Milhões USD, uma quebra de 4,8% relativamente ao verificado em 2012, pelo efeito líquido mais moderado entre o ajustamento das taxas de juro de mercado e o crescimento dos montantes captados.

Decompondo a evolução da Margem Financeira do BFA por volume de negócio e de spread (efeito preço), registou-se um efeito positivo, por via de volume, proveniente do aumento da carteira de títulos do Banco, nomeadamente Obrigações do Tesouro (em moeda nacional). Para além disso, ao invés do que se havia assistido em 2012, a Margem Financeira beneficiou, em termos líquidos, do acréscimo da remuneração de activos (cerca de 18,9 Milhões contra uma redução de 105,4 Milhões USD em 2012), acompanhado por uma redução de 19,6 Milhões da remuneração dos recursos de clientes.

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Valores em Milhões

	Efeito Volume	Efeito Taxa	Δ
Activos Remunerados	2,0	18,9	20,9
Passivos Remunerados	14,1	-19,6	-5,5
Δ Margem Financeira	-12,1	38,5	26,4

Aumento Expressivo da Margem Complementar

Em 2013, a Margem Complementar do BFA registou um crescimento de cerca de 14%, superior ao crescimento observado em 2012, cifrando-se nos 189,2 Milhões USD. Tal derivou do crescimento significativo dos lucros de operações financeiras, por via do negócio cambial. De facto, o volume de vendas de divisas em 2013 cresceu 14,3%.

Desta forma, na sua composição, o destaque permanece nos Lucros em Operações Financeiras, representando estes cerca de 63,2% do total da Margem Complementar, tendo passado de 97,2 Milhões USD em 2012 para 119,5 Milhões USD em 2013, um crescimento de 23% face ao período anterior.

EVOLUÇÃO DA MARGEM COMPLEMENTAR

Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Lucros em Operações Financeiras	8 314,1	88,5	9 276,9	97,2	11 537,1	119,5	23,0%
Comissões Líquidas	2 357,2	25,1	3 135,4	32,9	3 962,3	41,1	25,0%
Outros Proveitos Líquidos	3 994,8	42,5	3 434,9	36,0	2 759,2	28,6	-20,4%
Margem Complementar	14 666,1	156,1	15 847,3	166,0	18 258,6	189,2	14,0%

Ao nível das Comissões Líquidas, registou-se igualmente um acréscimo, na ordem dos 8,2 Milhões USD, o que se traduz num crescimento de, aproximadamente, 25% face a 2012.

À semelhança do verificado no ano anterior, o crescimento das comissões líquidas justificou-se pelo aumento das comissões auferidas sobre operações de estrangeiro, em virtude do maior volume de transacções resultantes das alterações regulamentares no sector petrolífero.

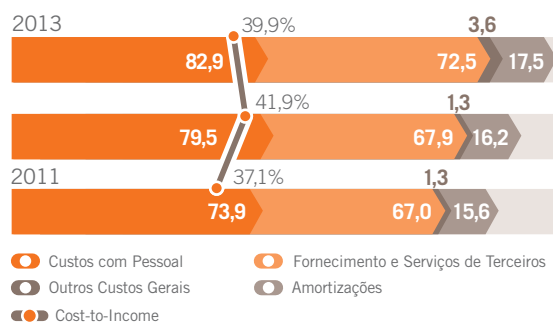
Para além disso, contribuíram também para o crescimento das comissões líquidas os aumentos nas comissões de prestação de serviços prestados pela Unidade de Business Development (UBD) e a expansão verificada nos negócios de cartões, ATM's e TPA's.

Fortalecimento da Estrutura e Redução do Rácio Cost-to-Income

O total de custos de estrutura do BFA cresceu 7% em 2013, passando de 165 Milhões USD em 2012 para 176,6 Milhões USD em 2013.

Este aumento foi, na sua grande maioria, explicado pelos aumentos nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, em particular nas rúbricas de Segurança, Consultoria e Formação, e nos Custos com Pessoal, resultado do crescimento da estrutura do Banco, o qual se repercute no esforço de recrutamento e capacitação/qualificação despendido por este.

Evolução dos Custos de Estrutura



Nota: Custos de Estrutura em Milhões USD, apresentada na escala direita, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na Escala esquerda.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

Valores em Milhões

	2011		2012		2013		Δ% 12-13
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Custos com Pessoal (I)	6 937,3	73,9	7 583,8	79,5	7 996,3	82,9	4,3%
Fornecimento e Serviços de Terceiros (II)	6 292,7	67,0	6 479,5	67,9	6 991,2	72,5	6,7%
Outros Custos Gerais (III)	120,9	1,3	127,8	1,3	351,4	3,6	171,2%
Custos de Funcionamento (IV = I+II+III)	13 350,9	142,2	14 191,1	148,7	15 338,8	159,0	6,9%
Amortizações (V)	1 464,4	15,6	1 550,5	16,2	1 692,3	17,5	7,9%
Custos de Estrutura (V = IV+V)	14 815,3	157,8	15 741,6	165,0	17 031,1	176,6	7,0%
Recuperação de Custos (VII)	660,3	7,0	710,0	7,4	663,2	6,9	-7,5%
Encargos Administrativos (VI-V-VII)	12 690,6	135,2	13 481,1	141,3	14 675,6	152,1	7,7%
Resultados Extraordinários	-25,4	-0,1	255,6	2,7	44,7	0,5	-82,7%
Cost-to-income		37,1%		41,9%		39,9%	-2,1 p.p

CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS

Milhões USD

	2011		2012		2013	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3 522,0	37,0	3 522,0	36,8	3 522,0	36,1
Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas	41 567,2	432,5	49 878,4	519,7	57 219,9	583,7
Resultados Transitados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultados do Exercício	23 746,4	253,0	20 975,6	219,8	23 898,6	247,3
Total	68 835,5	722,4	74 376,0	776,2	84 640,5	867,0

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões USD

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
Activos Ponderados	2 447,0	2 369,1	2 185,7	2 273,6	2 544,8	2 835,4
Fundos Próprios de Base	544,4	539,5	640,3	706,2	756,8	843,3
Fundos Próprios Complementares	38,9	17,5	34,1	6,6	6,5	6,4
Total Fundos Próprios	583,3	557,0	674,4	712,8	763,3	849,8
Rácio Solvabilidade *	23,8%	23,5%	30,9%	31,4%	30,0%	30,0%
Rácio Solvabilidade Regulamentar	-	-	-	25,5%	24,2%	25,8%

* não se considerou o Coeficiente de Risco Cambial

Marco de Estabilidade e Segurança Financeiras

O total de Capitais Próprios em Dezembro de 2013 atingiu os 867 Milhões USD, o que representa 90,9 Milhões USD adicionais, um crescimento de cerca de 11,7% face ao ano anterior.

À semelhança do observado em anos anteriores, os Fundos Próprios Totais voltaram a crescer, apresentando uma variação positiva de 11,3%, atingindo os 849,8 Milhões USD em 2013. Este crescimento é explicado na sua totalidade pela evolução dos Fundos Próprios de Base.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar, calculado de acordo com o descrito pelo Instrutivo n.º 03/2011 do BNA, atingiu os 25,8%, confortavelmente acima do mínimo de 10% exigido.

Proposta de aplicação dos resultados



O resultado obtido no exercício de 2013, no valor de 23.898.617.240,60 Kwanzas, terá a seguinte aplicação:

- Para reservas livres: um valor correspondente a 50% do resultado obtido, ou seja, 11.949.308.620,30 Kwanzas;
- Para dividendos: um valor correspondente a 50% do resultado obtido, ou seja, 11.949.308.620,30 Kwanzas.

O Conselho de Administração

104	Demonstrações Financeiras
108	Notas às Demonstrações Financeiras
152	Relatório de Auditoria
154	Relatório e parecer do Conselho Fiscal



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2013	2012
ACTIVO			
Disponibilidades	3	144 564 297	142 881 801
Aplicações de liquidez:			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4	188 445 058	152 427 785
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	4	38 665 232	52 634 766
		227 110 290	205 062 551
Títulos e Valores Mobiliários:			
Mantidos para negociação	5	18 727 351	19 430 504
Mantidos até o vencimento	5	306 880 434	234 718 687
		325 607 785	254 149 191
Operações cambiais	6	6 900 802	2 040 544
Instrumentos Financeiros Derivados	7	126 700	-
Créditos			
Créditos	8	153 354 337	145 988 793
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(9 341 265)	(9 211 995)
		144 013 072	136 776 798
Outros valores	9	1 923 287	2 034 703
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	10	351 548	331 813
Imobilizações corpóreas	10	17 128 299	16 355 674
Imobilizações incorpóreas	10	306 115	269 026
		17 785 962	16 956 513
Total do Activo		868 032 195	759 902 101
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS			
Depósitos			
Depósitos à ordem	11	409 012 065	355 298 564
Depósitos a prazo	11	354 013 092	312 814 767
		763 025 157	668 113 331
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	12	-	4 352
Instrumentos financeiros derivados	7	165 754	-
Obrigações no sistema de pagamentos	13	4 783 027	3 502 652
Operações cambiais	6	6 734 985	2 043 891
Outras obrigações	14	5 610 567	6 233 583
Provisões para responsabilidades prováveis	15	3 072 226	5 628 260
Total do Passivo		783 391 716	685 526 069
Capital social	16	3 521 996	3 521 996
Reserva de actualização monetária do capital social	16	450 717	450 717
Reservas e fundos	16	55 515 321	48 173 844
Resultados potenciais	16	1 253 828	1 253 828
Resultado líquido do exercício		23 898 617	20 975 647
Total dos Fundos Próprios		84 640 479	74 376 032
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		868 032 195	759 902 101

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2013	2012
Proveitos de Aplicações de Liquidez	21	4 795 506	3 527 867
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	21	15 064 201	15 463 716
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		875 277	-
Proveitos de Créditos	21	14 276 603	13 636 483
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		35 011 588	32 628 066
Custos de Depósitos	21	(10 507 285)	(10 919 900)
Custos de Captações para Liquidez	21	(7 246)	(3 228)
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		(10 514 531)	(10 923 128)
Margem Financeira		24 497 057	21 704 938
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	6	30 128	17 816
Resultados de Operações Cambiais	22	11 537 059	9 276 895
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	23	3 962 331	3 135 447
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	15	(1 067 387)	(1 841 360)
Resultado de Intermediação Financeira		38 959 188	32 293 736
Pessoal	24	(7 996 259)	(7 583 829)
Fornecimentos de Terceiros	25	(6 991 188)	(6 479 485)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	26	(350 009)	(127 167)
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		(1 361)	(642)
Depreciações e Amortizações	10	(1 692 307)	(1 550 485)
Recuperação de Custos	27	663 245	709 984
Custos Administrativos e de Comercialização		(16 367 879)	(15 031 624)
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	15	(273 649)	40 824
Outros Proveitos e Custos Operacionais	28	2 729 050	3 417 094
Outros Proveitos e Custos Operacionais		(13 912 478)	(11 573 706)
Resultado Operacional		25 046 710	20 720 030
Resultado não Operacional	29	44 689	255 617
Resultado Antes dos Impostos e Outros Encargos		25 091 399	20 975 647
Encargos Sobre o Resultado Corrente	18	(1 192 782)	-
Resultado Corrente Líquido		23 898 617	20 975 647
Resultado Líquido do Exercício		23 898 617	20 975 647

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	Capital Social	Reserva de actualização monetária do capital social	Reservas e fundos	Resultados potenciais	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		3 521 996	450 717	39 862 611	1 253 828	23 746 380	68 835 532
Aplicação do resultado do exercício de 2010							
Constituição de reservas e fundos	16	-	-	8 311 233	-	(8 311 233)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(15 435 147)	(15 435 147)
Resultado líquido do exercício	16	-	-	-	-	20 975 647	20 975 647
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		3 521 996	450 717	48 173 844	1 253 828	20 975 647	74 376 032
Aplicação do resultado do exercício de 2011							
Constituição de reservas e fundos	16	-	-	7 341 477	-	(7 341 477)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(13 634 171)	(13 634 171)
Resultado líquido do exercício	16	-	-	-	-	23 898 617	23 898 617
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		3 521 996	450 717	55 515 321	1 253 828	23 898 617	84 640 479

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

	2013	2012
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	4 977 522	4 011 167
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	13 675 153	16 990 401
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	914 331	-
Recebimentos de Proveitos de Créditos	14 260 216	13 177 252
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	33 827 222	34 178 820
Pagamentos de Custos de Depósitos	(10 110 076)	(11 334 736)
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	(7 246)	(3 228)
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(10 117 322)	(11 337 964)
Fluxo de Caixa da Margem Financeira	23 709 900	22 840 856
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	5 072	962
Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	8 025 036	9 377 707
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	3 962 331	3 135 447
Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação Financeira	35 702 339	35 354 972
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(14 119 353)	(12 162 020)
Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	(1 192 782)	-
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	1 280 376	544 012
Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	3 913	(777 335)
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	2 729 050	3 417 094
Recebimentos e Pagamentos de Outros Proveitos e Custos Operacionais	(11 298 796)	(8 978 249)
Fluxo de Caixa das Operações	24 403 543	26 376 723
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	(22 229 755)	(72 942 535)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	(70 069 546)	15 977 903
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	(4 860 258)	383 495
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(6 530 259)	(12 372 817)
Fluxo de Caixa dos Investimentos de Intermediação Financeira	(103 689 818)	(68 953 954)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(2 512 163)	(2 498 931)
Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	44 689	255 617
Fluxo de Caixa das Imobilizações	(2 467 474)	(2 243 314)
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(106 157 292)	(71 197 268)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	94 514 617	79 514 463
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	(4 352)	(84)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	4 691 094	(381 468)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação Financeira	99 201 359	79 132 911
Pagamentos de Dividendos	(15 765 114)	(13 277 023)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Fundos Próprios	(15 765 114)	(13 277 023)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	83 436 245	65 855 888
Saldo em Disponibilidades no Início do Exercício	142 881 801	121 846 458
Saldo em Disponibilidades no Final do Exercício	144 564 297	142 881 801
Variações em Disponibilidades	1 682 496	21 035 343

O anexo faz parte integrante destes balanços.



**NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BFA”), foi constituído por Escritura Pública de 26 de Agosto de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em banco de direito local.

Conforme indicado na Nota 16, o BFA é detido maioritariamente pelo Banco BPI, S.A. (Grupo BPI). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BPI encontram-se detalhados na Nota 19.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola,

aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2013, de uma rede nacional de 147 agências, 4 postos de atendimento, 8 centros de investimento e 16 centros de empresas. (144 agências, 8 centros de investimento e 15 centros de empresas em 31 de Dezembro de 2012).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 anexas encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2013	2012
1 USD	97,619	95,826
1 EUR	134,386	126,375

2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

c) Pensões de reforma

A Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários líquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 38/08, de 9 de Junho, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, o Banco concedeu aos seus empregados contratados localmente ou às suas famílias o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Desta forma, por deliberação do Conselho de Administração do Banco e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi criado o “Plano Complementar de Pensões”, o qual se consubstanciava num plano de contribuições definidas. Este plano foi constituído inicialmente com parte do saldo da “Provisão para Responsabilidades Prováveis com Fundos de Pensões de Reforma”, consistindo as contribuições do BFA numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições era acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos (Nota 15).

Até 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades do Banco com o “Plano Complementar de Pensões” encontravam-se registadas no âmbito da rubrica do passivo “Provisões para Sobrevivência Patrocinados Plano Complementar de Pensões”.

Em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura destas responsabilidades, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA (Nota 15). Os montantes correspondentes aos direitos adquiridos no Plano Complementar de Pensões foram transferidos para o actual plano de pensões e serão convertidos em contribuições do participante.

d) Créditos

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho,

do Banco Nacional de Angola (publicado em Diário da República como Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março), sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho, do Banco Nacional de Angola (publicado em Diário da República como Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março), sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

Nos termos do Aviso n.º 3/2012, as operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

Para os créditos concedidos a clientes por prazo superior a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período acima indicado.

As operações de crédito sem incumprimento, que não foram registadas como crédito vencido, são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Nível A: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades. São também classificados inicialmente neste nível determinados créditos considerados pelo Banco como tendo risco nulo, atendendo às características dos respectivos mutuários e à natureza das operações;

- Nível B: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades; e
- Nível C: restantes créditos incluindo operações com outro tipo de garantias reais e operações apenas com garantia pessoal.

Anualmente, o Banco abate ao activo os créditos classificados há mais de seis meses no Nível G, pela utilização da respectiva provisão (transferência do crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo a crédito, na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (Nota 8) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias” (Nota 15).

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para um nível de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação, pagamento dos juros vencidos e de mora, ou em função da qualidade e valor de novas garantias apresentadas para a operação renegociada. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação são registados quando do seu efectivo recebimento.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias, bem como não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o cliente regularize a situação.

e) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper-inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i) A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii) A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii) As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;

iv) As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e

v) A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Desde o exercício de 2004, o Banco não procedeu à actualização do capital, reservas e resultados transitados, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas, que correspondem principalmente a trespases, despesas de constituição e software informático, são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola, sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito numa conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Desde o exercício de 2008 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulte das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6 e 7

g) Bens não de uso próprio

Na rubrica “Bens não de uso próprio” são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da provisão correspondente.

h) Imobilizações financeiras

Participações em Coligadas e Equiparadas

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou equiparada).

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações

são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em Outras Sociedades

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

i) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, estes são classificados numa das seguintes categorias: mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda.

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da

compra, é acrescida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros corridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título é reflectido na rubrica “Resultados de operações cambiais” e o resultado da actualização cambial do desconto e do juro corrido é reflectido na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

Títulos mantidos para negociação

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta carteira é maioritariamente constituída por dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor.

As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica “Resultados potenciais – Ajustes ao Valor Justo em Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco não classificou títulos nesta categoria.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Operações de venda de títulos com acordo de recompra

Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo na rubrica “Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra”. Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação “Custos a pagar”.

Operações de compra de títulos com acordo de revenda

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez – Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

j) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito à taxa de imposto aplicável de 35%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros pagos relativamente a títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à ABANC (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Relativamente aos rendimentos decorrentes de operações no Mercado Monetário Interbancário (v.g., tomadas e cedências de liquidez com outras instituições financeiras), constitui entendimento recente das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola, conforme documento acima referenciado, que não há sujeição dos mesmos a IAC.

O IAC tem a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada, nos termos da alínea a) do número 81.º do Código do Imposto Industrial.

Imposto sobre o património

De acordo com a redacção introduzida pela Lei n.º 18/11, de 21 de Abril, foi revogada a isenção anteriormente prevista no Regulamento do IPU, passando a incidir IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco (superior a 5.000.000 AKZ).

Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

k) Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

l) Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus clientes.

Todos os instrumentos derivados são registados ao valor de mercado e as variações de valor reconhecidas em resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (valor nominal).

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura (*hedge*) ou de especulação e arbitragem, conforme a sua finalidade.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
CAIXA		
Notas e moedas nacionais	16 783 341	12 704 601
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Dólares dos Estados Unidos	5 464 856	7 001 598
Em outras divisas	461 691	772 918
	22 709 888	20 479 117
DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL		
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):		
Em moeda nacional	61 009 724	51 261 597
Em Dólares dos Estados Unidos	58 386 900	59 202 164
	119 396 624	110 463 761
DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ESTRANGEIRO		
Depósitos à ordem	2 083 360	11 626 972
Cheques a cobrar – no país	374 424	311 951
	144 564 297	142 881 801

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto no Instrutivo n.º 3/2013 de 1 de Julho, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que

constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2013, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	
	2013	2012	2013	2012
OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO				
Aplicações em Instituições de crédito no estrangeiro:				
Banco BPI, S.A.				
Em Dólares dos Estados Unidos	1 281 500 000	1 263 000 000	125 098 748	121 028 237
Em Euros	124 500 000	128 500 000	16 731 057	16 239 188
Em Libras Esterlinas	25 000 000	14 000 000	4 098 080	2 158 842
Em Coroas Norueguesas	3 000 000	-	47 909	-
Em Ienes	5 000 000	8 000 000	4 640	8 900
Em Coroas Suecas	-	3 000 000	-	44 136
Outras Instituições de crédito no estrangeiro				
Em Dólares dos Estados Unidos	119 407 247	19 379 761	11 656 416	1 856 989
			157 636 849	141 336 292
Aplicações em Instituições de crédito no país:				
Banco Nacional de Angola:				
Em Kwanzas			5 400 000	3 000 000
Outras Instituições de crédito no país:				
Em Kwanzas			24 981 058	8 000 000
			188 017 907	152 336 292
Proveitos a receber				
			427 151	91 493
			188 445 058	152 427 785
OPERAÇÕES DE COMPRA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE REVENDA				
Banco Nacional de Angola				
Em Kwanzas			38 616 794	52 068 655
Proveitos a receber				
			48 438	566 111
			38 665 232	52 634 766
			227 110 290	205 062 551

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro apresentam um prazo residual de vencimento inferior a 3 meses.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2013	2012
Em Dólares dos Estados Unidos	0,81%	0,75%
Em Euros	0,81%	0,62%
Em Kwanzas	5,43%	4,92%
Em Libras Esterlinas	0,47%	0,41%
Em Ienes	0,08%	0,03%
Em Coroas Norueguesas	1,35%	n.a.
Em Coroas Suecas	n.a.	1,30%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2013	2012
Até três meses	38 665 232	7 121 726
De três meses a um ano	-	45 513 040
	38 665 232	52 634 766

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda venciam juros à taxa média anual de 2,79% e 4,60%, respectivamente.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	desconto corrido	Juros corridos	Prémio/Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
TÍTULOS DE DÍVIDA										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	50 876 129	48 983 728	451 448	-	49 435 176	-	4,31%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	80 203 763	79 088 255	976 866	958 186	81 023 308	-	7,30%
Não indexadas	A	Angola	AKZ	125 110 500	124 725 500	19 515	2 543 864	127 288 879	-	7,32%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	49 067 214	48 335 072	208 740	589 260	49 133 071	-	3,78%
				305 257 606	301 132 555	1 656 569	4 091 310	306 880 434	-	

	2012									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	desconto corrido	Juros corridos	Prémio/Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
TÍTULOS DE DÍVIDA										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	20 236 456	19 366 307	233 751	-	19 600 058	-	4,47%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	27 000 000	26 395 700	176 340	-	26 572 040	-	4,58%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	87 181 764	85 962 330	850 672	1 192 498	88 005 500	-	6,70%
Não indexadas	A	Angola	AKZ	51 067 900	51 067 900	-	1 336 960	52 404 860	-	7,40%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	48 165 981	47 447 286	93 808	595 135	48 136 229	-	4,07%
				233 652 101	230 239 523	1 354 571	3 124 593	234 718 687	-	

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2013			2012		
	Valor de balanço			Valor de balanço		
	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total
Bilhetes do Tesouro	49 435 176	-	49 435 176	19 600 058	-	19 600 058
Títulos do Banco Central	-	-	-	26 572 040	-	26 572 040
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	80 404 138	619 170	81 023 308	54 138 707	33 866 793	88 005 500
Não indexadas	127 288 879	-	127 288 879	52 404 860	-	52 404 860
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	49 133 071	49 133 071	-	48 136 229	48 136 229
	257 128 193	49 752 241	306 880 434	152 715 665	82 003 022	234 718 687

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os títulos mantidos até o vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2013	2012
Activo corrente:		
Até três meses	14 502 703	9 953 897
De três a seis meses	15 461 959	54 535 607
De seis meses a um ano	50 765 222	18 159 995
	80 729 884	82 649 499
Activo não corrente:		
De um a três anos	112 990 502	58 127 361
De três a cinco anos	89 840 004	59 964 106
Superior a cinco anos	23 320 043	33 977 721
	226 150 550	152 069 188
	306 880 434	234 718 687

TÍTULOS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição dos títulos mantidos para negociação é apresentada como segue:

	2013	2012
Títulos de dívida:		
Bilhetes do Tesouro	18 651 834	11 427 255
Títulos do Banco Central	-	7 952 788
	18 651 834	19 380 043
Títulos de capital:		
Acções – Visa Inc. – Class C (Série I)	75 517	50 461
	18 727 351	19 430 504

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco detém Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano (nível de risco A – Nulo), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus clientes. Os Bilhetes do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (até 1 ano).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos títulos de dívida mantidos para negociação inclui juros

corridos no montante de 363.847 mAKZ e 243.513 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de títulos de capital mantidos para negociação refere-se a 3.474 acções Class C (Série I) da Visa Inc. Estes títulos são valorizados de acordo com a respectiva cotação em mercado activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as variações de valor destes títulos encontram-se registadas na rubrica de “Resultados de negociações e ajustes ao valor justo” da demonstração de resultados.

6. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013			2012		
	Activo / Proveitos	Passivo / Custos	Líquido	Activo / Proveitos	Passivo / Custos	Líquido
Operações cambiais:						
Compra e venda de moedas estrangeiras	919 910	(919 847)	63	2 040 544	(2 043 891)	(3 347)
Operações cambiais a prazo	5 980 892	(5 815 138)	165 754	-	-	-
	6 900 802	(6 734 985)	165 817	2 040 544	(2 043 891)	(3 347)

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros a receber de instrumentos financeiros derivados	126 700	-
Reavaliação negativa de instrumentos financeiros derivados	(165 754)	-
	(39 054)	-

Em 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros derivados correspondem a cinco forwards cambiais contratados com sociedades não financeiras e têm os respectivos prazos de maturidade entre os meses de Janeiro e Maio de 2014.

8. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito interno:		
Descobertos em depósitos à ordem:		
Em moeda nacional	2 692 220	1 586 095
Em moeda estrangeira	489 487	581 208
Outros créditos:		
Em moeda nacional	44 857 880	41 003 117
Em moeda estrangeira	30 389 769	33 891 429
Empréstimos:		
Em moeda nacional	39 950 738	41 073 678
Em moeda estrangeira	26 915 737	19 844 706
	145 295 831	137 980 233
Crédito ao exterior	43 882	11 560
Total de crédito vincendo	145 339 713	137 991 793
Crédito e juros vencidos:		
Capital e juros	6 982 290	6 981 052
Total de crédito concedido	152 322 003	144 972 845
Proveitos a receber de crédito concedido	1 032 334	1 015 948
	153 354 337	145 988 793
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 15)	(9 341 265)	(9 211 995)
	144 013 072	136 776 798

Em 31 de Dezembro de 2013, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 11,86% para o crédito concedido em moeda nacional e de 7,08% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (11,82% em moeda nacional e 7,57% em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até um ano	8 994 368	15 596 873
De um a três anos	26 032 329	13 097 921
De três a cinco anos	42 525 326	55 565 864
Mais de cinco anos	67 787 690	53 731 135
	145 339 713	137 991 793

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do crédito, excluindo proveitos a receber, por moeda apresentava a seguinte estrutura:

	2013	2012
Kwanzas	91 083 338	86 432 556
Dólares dos Estados Unidos	60 277 341	57 670 243
Euros	961 307	870 046
Outras moedas	17	-
	152 322 003	144 972 845

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador e modalidade operacional:

	2013			2012		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas						
Empréstimos	21 870 905	1 260 644	23 131 549	20 471 804	1 224 187	21 695 991
Financiamentos	72 190 745	4 844 393	77 035 138	65 781 991	4 915 269	70 697 260
	94 061 650	6 105 037	100 166 687	86 253 795	6 139 456	92 393 251
Particulares						
Empréstimos	28 639 254	761 300	29 400 554	29 307 384	708 439	30 015 823
Financiamentos	22 638 809	115 953	22 754 762	22 430 614	133 157	22 563 771
	51 278 063	877 253	52 155 316	51 737 998	841 596	52 579 594
Total	145 339 713	6 982 290	152 322 003	137 991 793	6 981 052	144 972 845

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Ano	Taxa Fixa	Taxa variável – Indexantes			Subtotal	Total
		Libor 3M	Libor 6M			
2013	128 652 960	1 195 833	22 473 210	23 669 043	152 322 003	
2012	134 940 947	1 173 868	8 858 030	10 031 898	144 972 845	

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da carteira de crédito (excluindo crédito vencido), garantias e créditos documentários por sectores de actividade económica é a seguinte:

Descrição	2013			2012				
	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (Nota 17)	Total	%	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (Nota 17)	Total	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	7 806 628	38 354	7 844 982	4,43%	630 948	517 686	1 148 634	0,65%
Indústrias extractivas	1 105 361	-	1 105 361	0,62%	1 320 231	1 131 238	2 451 469	1,38%
Indústrias transformadoras	2 906 360	4 725 965	7 632 325	4,31%	8 415 052	3 293 082	11 708 134	6,61%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7 453 292	283 584	7 736 876	4,37%	14 978 218	354 612	15 332 830	8,66%
Construção	19 821 883	13 526 673	33 348 556	18,84%	16 919 779	23 397 887	40 317 666	22,77%
Comércio por grosso e retalho	15 593 773	5 805 258	21 399 032	12,09%	16 565 194	3 887 823	20 453 017	11,55%
Alojamento e restauração	3 365 389	-	3 365 389	1,90%	3 495 109	239 565	3 734 674	2,11%
Transportes, armazenagem e comunicações	5 775 995	530 541	6 306 536	3,56%	3 683 789	1 214 934	4 898 723	2,77%
Bancos e Seguros	402 272	3 190 330	3 592 602	2,03%	399 437	3 601 741	4 001 178	2,26%
Actividades imobiliárias, aluguer e serviços prestados por empresas	4 980 066	139 561	5 119 627	2,98%	5 957 696	711 581	6 669 277	3,88%
Administração públ., defesa e seg social obrigatória	19 419 532	565 740	19 985 272	11,63%	8 349 917	174 789	8 524 706	4,96%
Educação	1 026 873	241 243	1 268 116	0,74%	1 449 029	154 807	1 603 836	0,93%
Saúde e acção social	1 083 678	28 478	1 112 156	0,65%	1 150 869	6 452	1 157 321	0,67%
Actividades recreativas, culturais e desportivas	2 515 578	-	2 515 578	1,46%	2 337 364	-	2 337 364	1,36%
Outras empresas de serviços	804 970	60 026	864 996	0,49%	601 164	343 125	944 289	0,53%
Particulares	51 278 063	102 255	51 380 318	29,02%	51 737 997	7 468	51 745 465	29,23%
Total	145 339 713	29 238 008	174 577 721	98,62%	137 991 793	39 036 790	177 028 583	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2013, o maior devedor do Banco representa 8,97% do total da carteira de crédito, e o conjunto dos dez maiores representa 29,49% do total da carteira de crédito (excluindo garantias e créditos documentários). Em 31 de Dezembro de 2012, o maior devedor do Banco representa 10,19% do total da carteira de crédito, e o conjunto dos dez maiores representa 29,55% do total da carteira de crédito (excluindo garantias e créditos documentários).

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos (excluindo proveitos a receber) por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	29 377 827	2 249	29 380 076	0%	-
Classe B	1 235 864	744	1 236 608	1%	12 366
Classe C	108 567 841	241 391	108 809 232	3%	3 264 277
Classe D	747 428	940 978	1 688 406	10%	168 841
Classe E	1 412 363	2 080 254	3 492 617	23%	791 585
Classe F	3 240 081	2 970 825	6 210 906	57%	3 536 780
Classe G	758 309	745 849	1 504 158	100%	1 504 158
	145 339 713	6 982 290	152 322 003		9 278 008
Provisão para proveitos a receber					63 257
					9 341 265
Provisão para Prestação de Garantias (Notas 15 e 17)					703 006
					10 044 271

	2012				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	24 622 198	666	24 622 864	0%	-
Classe B	127 610	154	127 764	1%	1 278
Classe C	106 140 800	132 887	106 273 687	3%	3 188 211
Classe D	1 323 107	1 744 574	3 067 681	10%	306 768
Classe E	1 915 745	1 274 575	3 190 320	20%	638 064
Classe F	3 184 005	2 632 402	5 816 407	54%	3 142 335
Classe G	678 328	1 195 794	1 874 122	100%	1 874 122
	137 991 793	6 981 052	144 972 845		9 150 778
Provisão para proveitos a receber					61 217
					9 211 995
Provisão para Prestação de Garantias (Notas 15 e 17)					780 115
					9 992 110

O movimento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e para prestação de garantias nos exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 15.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2012 e 2013 é apresentado como segue:

Nível de risco	Dez. 2013									Total	Distribuição da carteira em 31.12.2012	
	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidações / amortizações			
Dez. 12	A	95,38%	0,22%	1,59%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,82%	16,98%	24 622 865
	B	39,15%	0,00%	8,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	52,63%	0,09%	127 763
	C	1,98%	0,69%	77,00%	0,68%	0,40%	0,26%	0,20%	0,00%	18,78%	73,31%	106 273 688
	D	0,26%	0,00%	3,09%	32,75%	32,39%	2,94%	3,25%	0,00%	25,33%	2,12%	3 067 681
	E	0,00%	0,00%	5,67%	1,25%	41,11%	32,73%	7,39%	0,00%	11,85%	2,20%	3 190 319
	F	0,00%	0,00%	3,10%	0,00%	8,51%	80,52%	2,78%	0,00%	5,09%	4,01%	5 816 407
	G	0,00%	0,00%	8,24%	0,13%	0,22%	0,17%	40,69%	0,00%	50,56%	1,29%	1 874 122
Total	17,69%	0,54%	57,14%	1,22%	2,23%	4,21%	1,02%	0,00%	15,95%	100,00%		
Distribuição da carteira de 31.12.2012 em 31.12.2013	25 642 107	789 169	82 842 799	1 774 588	3 231 720	6 100 125	1 472 191	-	23 120 146		144 972 845	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2012, no montante de 144.972.845 mAKZ, 78% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 2,79% dos créditos diminuíram de nível de risco e 3,26% migraram para níveis de risco mais graves e 0,79% foram abatidos ao activo (transferências para prejuízo).

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis			Total
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais graves	Menos graves	Abatidos ao activo	
78,00%	15,95%	3,26%	2,79%	0,00%	100,00%

Os créditos classificados nos níveis D e E, que representavam 4,32% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2012, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, de 38,58% e 40,12%, respectivamente.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2011 e 2012 é apresentado como segue:

Nível de risco	Dez. 2012									Total	Distribuição da carteira em 31.12.2012	
	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidações / amortizações			
Dez. 11	A	80,15%	0,00%	2,85%	1,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,33%	7,77%	10 469 397
	B	17,23%	0,00%	39,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	43,64%	0,10%	136 392
	C	0,31%	0,00%	64,22%	1,71%	1,89%	0,42%	0,14%	0,02%	31,29%	82,98%	111 885 022
	D	0,00%	0,00%	10,32%	19,48%	10,83%	15,84%	28,93%	2,04%	12,56%	0,46%	615 730
	E	0,00%	0,00%	11,82%	18,91%	40,83%	1,73%	21,12%	1,02%	4,58%	1,83%	2 465 602
	F	0,00%	0,00%	3,07%	0,00%	0,00%	37,20%	2,15%	16,18%	41,40%	5,67%	7 649 860
	G	0,00%	0,00%	5,01%	1,67%	0,47%	1,63%	52,36%	28,03%	10,83%	1,19%	1 605 302
Total	6,50%	0,00%	54,05%	2,00%	2,37%	2,58%	1,38%	1,29%	29,82%	100,00%		
Distribuição da carteira de 31.12.2011 em 31.12.2012	8 767 569	70	72 874 939	2 698 818	3 200 380	3 477 212	1 854 996	1 745 167	40 208 154		134 827 305	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 134.827.305 mAKZ, 63,09% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 1,17% dos créditos diminuíram de nível de risco, 4,63% migraram para níveis de risco mais graves e 1,29% foram abatidos ao activo (transferências para prejuízo).

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis			Total
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais gravosos	Menos gravosos	Abatidos ao activo	
63,09%	29,82%	4,63%	1,17%	1,29%	100,00%

Os créditos classificados nos níveis D, E, F e G, que representavam 9,15% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2011, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, incluindo abates ao activo, de 57,64%, 23,87%, 18,33% e 28,03%, respectivamente. Os abates de créditos ao activo ocorreram essencialmente nos níveis F e G (16,18% e 28,03%, respectivamente, dos saldos iniciais destas classes em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a distribuição dos créditos por antiguidade de atraso apresenta o seguinte detalhe:

Classe de risco	2013				2012			
	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias ¹	Atraso superior a 60 dias ¹	Total	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias ¹	Atraso superior a 60 dias ¹	Total
A	29 127 979	252 085	12	29 380 076	24 555 280	67 585	-	24 622 865
B	1 227 564	9 044	-	1 236 608	111 288	16 475	-	127 763
C	102 121 233	4 478 178	2 209 821	108 809 232	98 626 763	5 684 411	1 962 514	106 273 688
D	449 973	14 738	1 223 697	1 688 408	834 020	19 442	2 214 219	3 067 681
E	619 845	319 011	2 553 760	3 492 616	1 018 477	3 130	2 168 712	3 190 319
F	1 800 131	3	4 410 771	6 210 905	1 131 618	1 470 623	3 214 166	5 816 407
G	22 810	620	1 480 728	1 504 158	10 889	22 396	1 840 837	1 874 122
	135 369 535	5 073 679	11 878 789	152 322 003	126 288 335	7 284 062	11 400 448	144 972 845

(1) Inclui prestações vencidas e por vencer,

Foram consideradas como operações de crédito renegociado as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento.

No contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas. Até ao momento, foram identificados os seguintes clientes com operações renegociadas, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (montantes referentes a clientes com operações reestruturadas a partir do exercício de 2009, inclusive):

	2013					2012				
	Crédito			Provisões	Saldo líquido	Crédito			Provisões	Saldo líquido
	Vincendo	Vencido	Total			Vincendo	Vencido	Total		
Empresas	11 721 578	2 811 596	14 533 174	(2 764 154)	11 769 020	15 042 989	1 705 654	16 748 643	(2 731 047)	14 017 596
Particulares	306 565	15 779	322 344	(25 059)	297 285	369 752	16 547	386 299	(24 555)	361 744
	12 028 143	2 827 375	14 855 518	(2 789 213)	12 066 305	15 412 741	1 722 201	17 134 942	(2 755 602)	14 379 340

Nos exercícios de 2013 e 2012 o Banco procedeu ao abate ao activo (“write-off”) de créditos classificados no nível de risco G no montante de 1.155.056 mAKZ e 1.729.940 mAKZ, respectivamente.

No exercício de 2012, foram liquidados créditos no montante de 248.668 mAKZ (valor líquido de provisões) através de dação em pagamento de bens, os quais foram registados na rubrica “Outros valores – Bens não de uso próprio” (Nota 9).

Nos exercícios de 2013 e 2012, foram utilizadas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante de 1.155.056 mAKZ e 1.978.608 mAKZ, respectivamente, no âmbito de dações em pagamento e “write-off” de créditos (Nota 15).

Nestes exercícios, verificaram-se recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo no montante de 292.654 mAKZ e 855.798 mAKZ, respectivamente (Nota 28).

9. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
OUTROS VALORES DE NATUREZA FISCAL		
Activos fiscais diferidos por diferenças temporárias (Nota 18)	409 966	68 239
Outros	11 006	1 292
	420 972	69 531
OUTROS VALORES DE NATUREZA CÍVEL		
Devedores por prestação de serviços	6 046	13 768
Devedores diversos:		
Sector público administrativo	152 421	446 199
Sector privado – empresas	50 786	39 072
Sector privado – particulares	43 609	11 652
Sector privado – trabalhadores	9 775	8 706
Aquisição em curso	-	7 447
Outros devedores	374 979	438 929
	637 616	965 773
OUTROS VALORES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO		
Adiantamento e antecipação de salários (Nota 15)	44 797	-
Despesas antecipadas:	223 868	236 817
Rendas e alugueres	21 430	1 630
Seguros	130 561	24 457
Outras	375 859	262 904
Material de expediente	88 384	54 377
Outros adiantamentos		
Falhas de caixa	5 763	7 773
Operações activas a regularizar	88 046	417 355
Outras	8 529	8 322
	102 338	433 450
Bens não de uso próprio (Nota 8)		
Imóveis	232 508	228 237
Equipamento	20 814	20 431
	253 321	248 668
	1 923 287	2 034 703

10. IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

2013					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n,a	50%	375
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES:					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	59 150	6,50%	
Participação no capital					59 380
Prestações acessórias					229 317
Suprimentos					10 933
Juros suprimentos e prestações acessórias					21 920
					321 550
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	29 286
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (Nota 15)					-
Subtotal participações em outras sociedades					351 173
Total imobilizações financeiras					351 548

2012					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n,a	50%	375
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES:					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	3 360	2,80%	
Participação no capital					70 156
Prestações acessórias					228 567
Suprimentos					10 733
Juros suprimentos e prestações acessórias					2 491
					311 947
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	28 748
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (Nota 15)					(9 594)
Subtotal participações em outras sociedades					331 438
Total imobilizações financeiras					331 813

A participação na SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional encontra-se valorizada pelo respectivo ao custo de aquisição, pelo facto de ainda não ter iniciado a sua actividade, não existindo por isso informação financeira sobre a mesma.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o BFA detém uma participação de 6,50% no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), tendo igualmente prestado suprimentos a esta entidade durante os exercícios de 2004 e 2003, os quais não vencem juros nem têm prazo

de reembolso definido. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias e suprimentos) encontra-se valorizada pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas por imparidade. Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco tinha constituída uma provisão para a participação na EMIS no valor de 9.594 mAKZ.

Em 2013 o valor da participação foi corrigido por utilização da provisão anteriormente constituída (Nota 15).

Durante o exercício de 2007, o Banco realizou prestações acessórias de 250.500 USD, conforme decisão da Assembleia Geral da EMIS de 16 de Novembro de 2007, as quais a partir de 1 de Janeiro de 2008 vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um spread de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da EMIS realizada em 16 de Janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital no valor de 3.526.500 USD a realizar pelos accionistas, em proporção da participação detida, até 16 de Dezembro de 2010. Durante o exercício de 2010, o Banco efectuou o pagamento no valor total de 108.000 USD.

No exercício de 2010, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 16 de Julho de 2010 foi deliberado o reforço de prestações acessórias no montante de 2.000.000 USD, cabendo ao BFA o montante de 117.647 USD. De acordo com a mesma decisão, estas prestações acessórias não são remuneradas.

Em Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o aumento de capital no contravalor em Kwanzas de 4.800.000 USD e o reforço de prestações acessórias remuneradas até ao contravalor em Kwanzas de

7.800.000 USD. Foi igualmente decidido em Assembleia Geral que o Capital Social passasse a ser denominado em Kwanzas, e que terminasse a paridade entre os accionistas, passando as participações a ter em conta o grau de utilização dos serviços da EMIS por cada accionista.

O aumento de capital foi realizado pelos accionistas no decorrer do exercício de 2012, tendo o BFA contribuído com 53.099 mAKZ. As prestações acessórias remuneradas foram realizadas pelos accionistas também durante o exercício de 2012, tendo a prestação do BFA ascendido a 193.189 mAKZ. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral da EMIS, estas prestações são remuneradas à taxa de referência do BNA.

No exercício de 2013, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o reforço de prestações acessórias não remuneradas no montante de 1.400.000 USD, cabendo ao BFA o montante de 73.684 USD.

As participações na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Instituto do Mercado de Capitais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, reflectindo a inexistência de valores de mercado e o facto de ainda não terem iniciado a sua actividade.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, estas sociedades não distribuíram dividendos.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante os exercícios de 2013 e 2012:

	2013									
	Saldos em 31.12.2012			Aumentos	Transferências	Abates, Alienações e outros	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2013		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
Imóveis de uso	17 196 223	(4 702 546)	12 493 677	453 781	930 379	(199 243)	(449 265)	18 381 140	(5 151 811)	13 229 329
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	7 714 299	(4 749 122)	2 965 177	1 171 691	20 762	(38 000)	(1 055 618)	8 868 752	(5 747 953)	3 120 798
Imobilizações em curso	896 820	-	896 820	954 494	(951 141)	(122 001)	-	778 171	-	778 171
	25 807 342	(9 451 668)	16 355 674	2 579 966	-	(359 244)	(1 504 883)	28 028 063	(10 899 765)	17 128 299
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS										
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	588 937	(319 929)	269 008	224 513	-	-	(187 406)	813 450	(507 334)	306 115
Gastos de organização e expansão	101 571	(101 553)	18	-	-	-	(18)	101 571	(101 571)	-
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-	-	-	93 923	(93 923)	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-	-	-	29	(29)	-
	784 460	(515 434)	269 026	224 513	-	-	(187 424)	1 008 972	(702 857)	306 115
	26 591 802	(9 967 102)	16 624 700	2 804 479	-	(359 244)	(1 692 307)	29 037 036	(11 602 622)	17 434 414

	2012									
	Saldos em 31.12.2011			Aumentos	Transferências	Abates, Alienações e outros	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2011		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
Imóveis de uso	15 800 126	(4 292 259)	11 507 867	303 888	1 092 209	(57)	(410 230)	17 196 223	(4 702 546)	12 493 677
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	6 797 685	(3 873 731)	2 923 954	689 775	381 322	(3 957)	(1 025 917)	7 714 299	(4 749 122)	2 965 177
Imobilizações em curso	1 279 243	-	1 279 243	1 091 108	(1 473 531)	-	-	896 820	-	896 820
	23 877 054	(8 165 990)	15 711 064	2 084 771	-	(4 014)	(1 436 147)	25 807 342	(9 451 668)	16 355 674
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS										
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	418 899	(208 113)	210 786	170 038	-	(29)	(111 787)	588 937	(319 929)	269 008
Gastos de organização e expansão	101 571	(99 031)	2 540	-	-	29	(2 551)	101 571	(101 553)	18
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-	-	-	93 923	(93 923)	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-	-	-	29	(29)	-
	614 422	(401 096)	213 326	170 038	-	-	(114 338)	784 460	(515 434)	269 026
	24 491 476	(8 567 086)	15 924 390	2 254 809	-	(4 014)	(1 550 485)	26 591 802	(9 967 102)	16 624 700

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, à aquisição do espaço e a pagamentos a fornecedores pelas obras que estavam a ser realizadas em novas agências, e cuja inauguração se prevê para os anos seguintes.

11. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Recursos de Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	2 014 738	7 788
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional	230 991 678	156 951 498
Em moeda estrangeira	164 671 492	184 133 884
	395 663 170	341 085 382
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	3 560 293	1 821 775
Em moeda estrangeira	7 771 817	12 382 621
	11 332 110	14 204 396
Juros de depósitos à ordem	2 047	998
Total de depósitos à ordem	409 012 065	355 298 564
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional	131 570 439	107 345 719
Em moeda estrangeira	219 896 159	203 392 028
	351 466 598	310 737 747
Depósitos a prazo de não residentes	91 339	23 420
Juros de depósitos a prazo	2 455 155	2 053 600
Total de depósitos a prazo	354 013 093	312 814 767
Total de depósitos	763 025 158	668 113 331

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – depósitos à ordem” corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem do Banco domiciliadas em instituições de crédito, os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de apresentação do balanço patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2013	2012
Até três meses	155 961 609	167 184 635
De 3 a 6 meses	106 711 753	75 250 875
De 6 meses a 1 ano	85 323 474	69 786 668
Mais de um ano	6 016 256	592 589
	354 013 092	312 814 767

Em 31 de Dezembro de 2013, os depósitos a prazo em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 4,47% e 2,67%, respectivamente (4,53% e 2,75%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas de depósitos à ordem denominados em moeda estrangeira, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem e a prazo apresentavam a seguinte estrutura por tipologia de cliente:

	2013	2012
Depósitos à ordem		
Sector público administrativo	6 969 942	5 114 783
Sector público empresarial	4 133 727	4 391 886
Empresas	257 485 437	219 771 542
Particulares	140 422 959	126 020 353
	409 012 065	355 298 564
Depósitos a prazo		
Sector público administrativo	81 026	25 153
Sector público empresarial	602 878	2 075 636
Empresas	148 477 045	127 813 871
Particulares	204 852 143	182 900 107
	354 013 092	312 814 767

12. CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Operações no Mercado Monetário Interbancário:		
Recursos de instituições de crédito no país – Empréstimos (AKZ)	-	4,352
Juros	-	-
	-	4,352

Em 31 de Dezembro de 2012, as captações para liquidez apresentam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2013	2012
Até três meses	-	4,352

Em 31 de Dezembro 2012 as captações para liquidez não vencem juros.

13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Recursos de outras entidades:		
Cheques visados	3 758 559	2 374 004
Recursos vinculados a cartas de crédito	1 009 164	1 082 446
Compensação de cheques e outros papéis	991	17 521
Outros	14 314	28 681
	4 783 028	3 502 652

A rubrica “Recursos vinculados a cartas de crédito” refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação, para efeitos de abertura dos respectivos créditos documentários.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Obrigações de natureza social ou estatutária		
Encargos com dividendos	27 180	2 158 123
Obrigações de natureza fiscal:		
Encargos fiscais a pagar – próprios		
Imposto sobre o rendimento a liquidar	1 247 836	68 239
Sobre rendimentos de trabalho dependente	110 083	33 685
Sobre rendimentos de capitais	48 958	7 163
Tributação relativa a remunerações	30 866	27 877
	1 437 743	136 964
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros		
Sobre o rendimento	149 950	168 202
Outros	97 719	94 115
	247 669	262 317
	1 685 412	399 281
Obrigações de natureza administrativa e de comercialização		
Pessoal – salários e outras remunerações		
Férias e subsídio de férias	1 090 709	917 002
Prémio de desempenho	192 231	267 607
Outros custos com o pessoal	69 562	80 862
	1 352 502	1 265 471
Outros custos administrativos e de comercialização a pagar		
Operações passivas a regularizar	124 384	292 120
Mensualizações	1 024 825	1 041 612
Movimentos efectuados em ATM's – a regularizar	698 196	618 345
Ordens de pagamento recebidas – a regularizar	44 144	78 481
Movimentos “Serviço Western Union”	224 695	303 039
Aquiring Visa	342 522	-
Outros	86 707	77 111
	2 545 473	2 410 708
	3 897 975	3 676 179
	5 610 567	6 233 583

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Encargos com dividendos” inclui parte dos dividendos distribuídos pelo Banco ao seu accionista Banco BPI, S.A., na sequência das Deliberações Unânicas das Assembleias Gerais de 22 de Abril de 2013 e 30 de Abril de 2012, respectivamente. (Nota 16). As liquidações destes montantes ocorreram durante os primeiros trimestres de 2014 e 2013, respectivamente.

15. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013						Saldos em 31.12.2012	2012						Saldos em 31.12.2012
	Aumentos		Diminuições		Utilizações	Diferenças de câmbio e outros		Aumentos		Diminuições		Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	
	Dotações	Reposições e anulações	Reposições e anulações	Custos com pessoal (Nota 24)				Dotações	Reposições e anulações	Reposições e anulações	Custos com pessoal (Nota 24)			
Riscos bancários gerais														
De Natureza Social ou Estatutária	-	-	-	-	(60 391)	32 846	1 798 055	-	-	-	-	-	-	1 770 510
De Natureza Administrativa e de Comercialização	273 649	-	-	-	(122 415)	9 721	284 138	-	-	-	-	-	-	445 093
Prestação de garantias (Nota 8)	-	-	-	-	-	35 581	780 115	-	-	-	-	-	(112 690)	703 006
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação por reforma	-	-	-	-	-	2 781	126 282	-	-	-	2 781	-	-	153 616
Plano Complementar de Pensões	-	-	-	-	(3 065 063)	115 526	2 639 670	-	-	-	115 526	-	-	-
	273 649	273 649	273 649	273 649	(3 247 869)	196 455	5 628 260	273 649	273 649	(3 247 869)	196 455	(112 690)	(112 690)	3 072 225
Imobilizações financeiras (Nota 10)														
	-	-	-	-	(9 594)	-	9 594	-	-	-	-	-	-	-
	273 649	273 649	273 649	273 649	(3 257 463)	196 455	5 637 854	273 649	273 649	(3 257 463)	196 455	(112 690)	(112 690)	3 072 225
Crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)														
	1 529 137	(461 750)	-	-	(1 155 056)	104 249	9 211 995	1 529 137	(461 750)	-	104 249	112 690	(112 690)	9 341 265
	1 802 786	(461 750)	1 802 786	1 802 786	(4 412 519)	300 704	14 849 849	1 802 786	(461 750)	1 802 786	300 704	-	-	12 413 490
Riscos bancários gerais														
De Natureza Social ou Estatutária	-	-	-	-	(41 396)	13 472	1 825 979	-	-	-	-	-	-	1 798 055
De Natureza Administrativa e de Comercialização	381 716	(422 540)	-	-	(1 671 492)	(26 739)	2 023 193	381 716	(422 540)	-	(26 739)	-	-	284 138
Prestação de garantias (Nota 8)	-	-	-	-	-	7 702	499 362	-	-	-	7 702	273 051	-	780 115
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação por reforma	-	-	-	-	-	(7 132)	117 827	-	-	-	(7 132)	-	-	126 282
Plano Complementar de Pensões	-	-	-	-	(21 169)	(11 528)	2 245 355	2 245 355	2 245 355	(21 169)	(11 528)	-	-	2 639 670
	381 716	(422 540)	381 716	381 716	(1 734 057)	273 051	6 711 716	381 716	(422 540)	-	(24 225)	273 051	273 051	5 628 260
Imobilizações financeiras (Nota 10)														
	-	-	-	-	-	-	9 594	-	-	-	-	-	-	9 594
	381 716	(422 540)	381 716	381 716	(1 734 057)	(24 225)	6 721 310	381 716	(422 540)	-	(24 225)	273 051	273 051	5 637 854
Crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)														
	3 448 176	(1 606 816)	-	-	(1 978 608)	108 181	9 514 113	3 448 176	(1 606 816)	-	108 181	(273 051)	(273 051)	9 211 995
	3 829 892	(2 029 356)	3 829 892	3 829 892	(3 712 665)	83 956	16 235 423	3 829 892	(2 029 356)	3 829 892	83 956	-	-	14 849 849

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Provisões de natureza social ou estatutária” refere-se ao Fundo Social, que tem por objectivo apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social. Este Fundo foi constituído mensalmente através da dotação de 5% do resultado líquido

do exercício anterior apurado em Dólares dos Estados Unidos, tendo sido decidido que teria um período de cinco anos. Esta provisão foi constituída entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive. O movimento ocorrido no Fundo Social ao longo de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Saldo no início do período	1 831 698	1 836 404
Contribuições	-	-
Utilizações	(61 188)	(38 349)
	1 770 510	1 798 055

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Provisões de natureza administrativa e de comercialização” refere-se essencialmente a provisões para fazer face a fraudes, processos judiciais em curso e outras responsabilidades, correspondendo à melhor estimativa dos custos que o Banco irá suportar no futuro com estas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Compensação por reforma” destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco em matéria de “Compensação por reforma”, na sequência do disposto no Artigo n.º 262 da Lei Geral do Trabalho. Nos termos da legislação em vigor, as responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Plano Complementar de Pensões” (Plano) referia-se às responsabilidades do Banco em matéria de Pensões de Reforma nos termos do plano de contribuições definidas implementado (Nota 2.2 c)).

Conforme referido na Nota 2.2.c), em 2013, com referência ao último dia do ano, o Banco constituiu o “Fundo de Pensões BFA” para cobertura destas responsabilidades, tendo utilizado as provisões anteriormente constituídas, a título de contribuição inicial para o Fundo de Pensões BFA. De acordo com o contrato de constituição do Fundo, o BFA contribuirá anualmente com 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquidas de eventuais impostos. O montante total de contribuição inicial do Banco para o Fundo de Pensões BFA ascendeu a 3.098.194 mAKZ, incluindo 44.797 mAKZ de adiantamentos a título de contribuições futuras que foi utilizado no primeiro trimestre de 2014 (Nota 9).

A responsabilidade pela gestão do Fundo de Pensões BFA encontra-se a cargo da Fenix – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. O Banco assume as funções de depositário do Fundo.

A constituição do Fundo de Pensões BFA encontra-se pendente de autorização de Sua Excelência o Senhor Ministro das Finanças e de pronunciamiento de Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, solicitados pelo BFA e pela Sociedade Gestora.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento do Plano pode ser resumido como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2 245 355
Contribuição mensal	427 012
Saídas	(126 654)
Pagamentos	(21 169)
Rentabilidade das aplicações	109 891
Outros	(2 788)
Reavaliação cambial	8 023
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	2 639 670
Contribuição mensal	477 419
Saídas	(167 552)
Pagamentos	(11 665)
Rentabilidade das aplicações	105 929
Reavaliação cambial	9 597
Constituição do Fundo de Pensões BFA	(3 053 397)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	-

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rentabilidade das aplicações resulta essencialmente de depósitos a prazo em dólares dos Estados Unidos e em Kwanzas. Em 31 de Dezembro de 2012, os juros corridos destas aplicações ascendiam 18.179 mAKZ.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a reavaliação cambial resulta da conversão para Kwanzas das aplicações que são realizadas em Dólares dos Estados Unidos.

16. FUNDOS PRÓPRIOS

CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de 1.305.561 mAKZ (contravalor de 30.188.657 Euros à taxa de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2002), representado por 1.305.561 acções nominativas de mil Kwanzas cada, tendo sido subscrito e realizado por incorporação da totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações da anterior Sucursal.

No final dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, o Banco aumentou o seu capital em 537.672 mAKZ, 1.224.333 mAKZ

e 454.430 mAKZ, respectivamente, através da incorporação da reserva especial para manutenção dos fundos próprios, por forma a manter o contravalor em Kwanzas da dotação inicial de capital em moeda estrangeira.

A partir do exercício de 2005 o Banco não procedeu à actualização do seu capital, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social do Banco ascende a 3.521.996 mAKZ.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2013		2012	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Banco BPI, S.A.	653 822	50 08%	653 822	50,08%
Unitel, S.A.	651 475	49 90%	651 475	49,90%
Outras entidades do Grupo BPI	264	0 02%	264	0,02%
	1 305 561	100 00%	1 305 561	100,00%

RESERVAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Reserva de actualização monetária do capital social (Nota 2,2 e))	450 717	450 717
Reservas e fundos		
Reserva legal	5 161 890	5 161 890
Outras reservas	50 353 431	43 011 954
	55 515 321	48 173 844
	55 966 038	48 624 561

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2012 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (15.435.147 mAKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de “Outras reservas”.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 22 de Abril de 2013 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (13.634.171 mAKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de “Outras reservas”.

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

RESULTADOS POTENCIAIS

Os resultados potenciais correspondem aos resultados pendentes, mas de realização provável, líquidos dos encargos fiscais correspondentes, decorrentes de transacções e de outros eventos e circunstâncias que não transitam

imediatamente pelo resultado do exercício quando reconhecidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os resultados potenciais correspondem à reserva de reavaliação de imobilizado.

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, nos termos da legislação em vigor, o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo através da aplicação de coeficientes, que reflectiam a evolução mensal do câmbio oficial do Euro, aos saldos brutos do activo imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas, expressos em Kwanzas nos registos contabilísticos do Banco no final do mês anterior. A partir do exercício de 2008, o Banco deixou de reavaliar o seu imobilizado (Nota 2.2.f)).

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

LUCRO E DIVIDENDO POR ACÇÃO

Nos exercícios de 2013 e 2012 o lucro por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2013	2012
Lucro por acção	18,31	16,07
Dividendo por acção distribuído no exercício	10,44	11,82

17. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Responsabilidades perante terceiros:		
Garantias prestadas	18 769 789	28 927 615
Compromissos perante terceiros		
Créditos documentários abertos	12 178 116	11 220 731
Remessas documentárias	671 744	587 186
	31 619 649	40 735 532
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Serviços prestados pela instituição		
Guarda de valores	28 486 303	1 083 218
Compensação de cheques sobre estrangeiro	447 223	368 399
	28 933 526	1 451 617

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Créditos documentários abertos” inclui créditos documentários abertos garantidos por cativo de depósitos no Banco no montante de 894.914 mAKZ e 1.111.556 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tem constituídas provisões para fazer face ao risco de crédito assumido na concessão de garantias e créditos documentários no montante de 703.006 mAKZ e 780.115 mAKZ, respectivamente (Notas 8 e 15).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Guarda de valores” refere-se, essencialmente, a títulos de clientes sob custódia do Banco.

18. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2013	2012
Imposto corrente sobre os lucros		
Do exercício	1 247 836	68 239
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(65 895)	(68 239)
Insuficiência de estimativa do exercício anterior	10 840	-
Total do imposto registado em resultados	1 192 781	-
Resultados antes de impostos	25 091 399	20 975 647
Carga fiscal	4,75%	0,00%

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2013 e 2012, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		25 091 399		20 975 647
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	35,00%	8 781 990	35,00%	7 341 476
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-25,83%	(6 481 503)	-24,58%	(5 156 200)
Provisões para responsabilidades prováveis	-2,41%	(604 228)	-2,41%	(506 274)
Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)	-0,45%	(113 171)	-0,03%	(5 945)
Deferimento do requerimento sobre os exercícios de 2005 a 2008	-1,60%	(401 147)	0,00%	-
Utilização de prejuízo fiscal reportável do exercício de 2009	0,00%	-	-0,92%	(193 404)
Utilização de liquidações provisórias de imposto do exercício de 2009	0,00%	-	-7,05%	(1 479 653)
Acerto de estimativa do exercício anterior	0,04%	10 841	0,00%	-
Imposto sobre o lucro em resultados	4,75%	1 192 782	0,00%	-

IMPOSTO INDUSTRIAL

Conforme referido na nota 2.2. j), o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%. Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro encontram-se excluídos de tributação ao abrigo da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo código.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apurou inicialmente Imposto Industrial no valor de 2.409.264 mAKZ, considerando como isentos de Imposto Industrial apenas parte dos rendimentos dos títulos de dívida pública. Tendo em conta o entendimento que todos os rendimentos dos referidos títulos gozam de isenção de Imposto Industrial, o Banco apurou posteriormente prejuízo fiscal, reportado na Declaração de Rendimentos Modelo 1 referente ao exercício de 2009, no montante total de 13.985.712 mAKZ. Neste sentido, relativamente ao valor de Imposto Industrial apurado no exercício de 2009, o Banco efectuou pagamentos a título de liquidação provisória no montante de 1.479.653 mAKZ (nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010), não tendo liquidado o montante remanescente de 929.611 mAKZ, o qual foi registado como proveito no exercício de 2010.

Neste âmbito, em Dezembro de 2010, o Banco solicitou ao Ministério das Finanças que o Imposto Industrial de 2009 liquidado em excesso no primeiro trimestre de 2010 (1.479.653 mAKZ) fosse reembolsado ou considerado como crédito de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco.

Em Dezembro de 2010, o Banco solicitou ainda ao Ministério das Finanças que os impostos liquidados em excesso em anos anteriores, por não terem sido considerados isentos todos os rendimentos de títulos de dívida pública, e para os quais foram apresentadas Declarações de Rendimentos Modelo 1 de Substituição, fossem igualmente reembolsados ou considerados como créditos de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco. O imposto liquidado em excesso, relativo aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, ascendeu a 813.093 mAKZ.

No decorrer do exercício de 2012, as autoridades fiscais procederam à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2007 e 2008. Em resultado destas inspecções, a Administração Fiscal notificou o Banco das correcções ao lucro tributável que entendeu adequadas, essencialmente relacionadas com custos com provisões constituídas para responsabilidades prováveis (compensação por reforma, Plano Complementar de Pensões, Fundo Social, fraudes e outros riscos diversos).

Na sequência destas notificações, o Banco apresentou reclamações nas quais contestou algumas das correcções efectuadas pela Administração Fiscal. Por outro lado, o Banco concordou com as correcções relativas às provisões não aceites, referindo que, apesar de deverem ser acrescidas para efeitos de apuramento do lucro tributável em cada exercício, estes acréscimos têm uma natureza temporária, podendo o Banco recuperar o imposto no exercício em que vier a ocorrer a utilização das provisões. Nas contestações

efectuadas, o BFA referiu ainda não existir imposto em falta, atendendo às solicitações feitas junto da Administração Fiscal em Dezembro de 2010 relativamente a benefícios fiscais de títulos de dívida pública não considerados nesses exercícios, cujo montante é superior ao das correcções associadas às provisões não aceites.

Na sequência das correcções efectuadas pela inspecção fiscal aos exercícios de 2007 e 2008 referida anteriormente, o Banco decidiu, no âmbito da entrega da Declaração de rendimentos Modelo 1 de 2012, entregar igualmente Declarações de substituição referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011. Na preparação destas Declarações, o Banco seguiu um entendimento semelhante ao adoptado pela Administração Fiscal no que se refere às provisões para pensões de reforma (incluindo o Fundo complementar de pensões), provisões para riscos diversos, provisões para o Fundo Social e provisões para participações financeiras. Neste sentido, estas provisões foram acrescidas no exercício da sua constituição / reforço e deduzidas quando da sua reposição ou utilização para fazer face a encargos fiscalmente dedutíveis.

Adicionalmente, na determinação da estimativa de imposto industrial em 2012 e 2013, o Banco seguiu a interpretação que a Administração Fiscal utilizou nas inspecções aos exercícios de 2007 e 2008, tendo corrigido a matéria colectável pelas provisões constituídas no ano para responsabilidades prováveis não aceites como custo fiscal e considerado estas provisões como dedutíveis fiscalmente no ano da sua utilização.

Após considerado o conjunto das deduções e acréscimos sobre provisões não aceites e rendimentos de dívida pública isentos, o reporte de prejuízo fiscal do exercício de 2009

é totalmente utilizado pelo Banco em 2010, 2011 e 2012. Adicionalmente, o valor do imposto industrial de 2009 liquidado em excesso no primeiro trimestre de 2010 é integralmente utilizado pelo Banco em 2012. Desta forma, não implicaram o pagamento adicional de Imposto Industrial.

Em de Janeiro de 2014, o Ministério das Finanças – Direcção Nacional de Impostos notificou o BFA do deferimento integral do requerimento apresentado em Dezembro de 2010 relacionado com o imposto liquidado em excesso relativo aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, autorizando o Banco a proceder à dedução de 813.093 mAKZ a título de crédito fiscal ao valor apurado como imposto industrial no exercício de 2013. Desta forma, o Banco reflectiu este deferimento na estimativa de imposto industrial do exercício de 2013 no montante total de 401.147 mAKZ, após considerar igualmente as correcções ao lucro tributável de 2007 e 2008 que decorreram da revisão efectuada pelas autoridades fiscais.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tem registados activos fiscais diferidos nos montantes de 409.966 mAKZ e 68.239 mAKZ, respectivamente (Nota 9), resultantes de diferenças temporárias na tributação de provisões para responsabilidades prováveis. O Conselho de Administração entende estarem reunidas as condições para o seu registo, nomeadamente no que se refere à evolução do lucro tributável futuro do Banco que permita a sua dedução. Estes activos fiscais diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo.

O movimento nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2012	Reforços	Realizações / anulações	Saldos em 31.12.2013
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:				
Provisões para Riscos bancários e Compensação por reforma	68 239	384 565	(42 838)	409 966

	Saldos em 31.12.2011	Reforços	Realizações / anulações	Saldos em 31.12.2012
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:				
Provisões para Riscos bancários e Compensação por reforma	-	68 239	-	68 239

IMPOSTO SOBRE A APLICAÇÃO DE CAPITALIS

Conforme referido na Nota 2.2.j), o Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) tem a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, operando esta compensação por via da dedução à colecta apurada, nos termos da alínea a) do número 81.º do Código do Imposto Industrial.

Na sequência dos diversos esclarecimentos solicitados pela Associação Angolana de Bancos à Direcção Nacional dos Impostos (DNI) relativamente à aplicação deste imposto, foi determinado que a sua data de entrada em vigor para o sector bancário seria 1 de Outubro de 2012. Adicionalmente, ficou também definida, a incidência do IAC nos rendimentos dos títulos de dívida pública, designadamente, Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro. Desta forma, os rendimentos dos títulos de dívida pública que tenham sido emitidos a partir de 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a uma taxa de 10% (5% quando emitidos por prazo igual ou superior a 3 anos) em sede de IAC.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11 de 30 de Dezembro.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao respectivo lucro tributável. Existe ainda a possibilidade das autoridades fiscais procederem à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2009 a 2013.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras.

19. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 24, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que o BFA exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira (Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Pensões) e as entidades que exercem uma influência significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas e Membros do Conselho de Administração do BFA.

Em 31 de Dezembro de 2013, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel			
Disponibilidades:					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 242 930	-	-	-	1 242 930
Depósitos:					
Descobertos em depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Aplicações de liquidez:					
Outros créditos sobre instituições de crédito	156 078 306	-	-	-	156 078 306
Crédito concedido	-	-	83 167	4 070 833	4 154 000
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Outros valores:					
Contas de regularização do activo	-	-	-	-	-
Depósitos de clientes:					
Depósitos à ordem	-	(128 000)	(23 151)	(92 819)	(243 969)
Depósitos a prazo	-	(39 866 323)	(288 363)	(30 395)	(40 185 082)
Outros recursos	-	-	-	-	-
Juros e proveitos equiparados	1 271 488	n.d.	n.d.	n.d.	1 271 488
Juros e custos equiparados	(169 692)	n.d.	n.d.	n.d.	(169 692)
Comissões – custos	(230 559)	n.d.	n.d.	n.d.	(230 559)
Créditos documentários	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-
n.d.: informação não disponível					

Em 31 de Dezembro de 2012, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas eram os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel			
Disponibilidades:					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	9 737 692	-	-	-	9 737 692
Depósitos:					
Descobertos em depósitos à ordem	(32 514)	-	-	-	-
Aplicações de liquidez:					
Outros créditos sobre instituições de crédito	139 569 314	-	-	-	139 569 314
Crédito concedido	-	-	85 308	2 673 886	2 759 194
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Outros valores:					
Contas de regularização do activo	-	-	-	-	-
Depósitos de clientes:					
Depósitos à ordem	-	(2 509 159)	(29 787)	(1 431 204)	(3 970 150)
Depósitos a prazo	-	(23 809 446)	(243 623)	(50 542)	(24 103 611)
Outros recursos	-	-	-	-	-
Juros e proveitos equiparados	808 631	n.d.	n.d.	n.d.	808 631
Juros e custos equiparados	(97 188)	n.d.	n.d.	n.d.	(97 188)
Comissões – custos	(232 709)	n.d.	n.d.	n.d.	(232 709)
Créditos documentários	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-
n.d.: informação não disponível					

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não inclui os custos e proveitos com o Grupo Unitel, com os Membros do Conselho de Administração do BFA e com as Sociedades onde estes têm influência significativa.

20. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

	31.12.13			31.12.12		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira ⁽¹⁾	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira ⁽¹⁾	Total
Disponibilidades	78 167 499	66 396 798	144 564 297	64 428 794	78 453 007	142 881 801
Aplicações de liquidez						
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	30 472 151	157 972 907	188 445 058	11 001 481	141 426 304	152 427 785
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	38 665 232	-	38 665 232	52 634 766	-	52 634 766
	69 137 383	157 972 907	227 110 290	63 636 247	141 426 304	205 062 551
Títulos e Valores Mobiliários						
Mantidos para negociação	18 651 833	75 517	18 727 351	19 380 043	50 461	19 430 504
Mantidos até o vencimento	176 720 745	130 159 689	306 880 434	98 576 958	136 141 729	234 718 687
	195 372 578	130 235 206	325 607 785	117 957 001	136 192 190	254 149 191
Instrumentos financeiros derivados	126 700	-	126 700	-	-	-
Operações cambiais	5 980 893	919 909	6 900 802	-	2 040 544	2 040 544
Créditos						
Créditos	91 761 146	61 593 192	153 354 337	86 962 002	59 026 791	145 988 793
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4 355 539)	(4 985 726)	(9 341 265)	(3 804 639)	(5 407 356)	(9 211 995)
	87 405 607	56 607 466	144 013 072	83 157 363	53 619 435	136 776 798
Outros valores	1 095 538	827 749	1 923 287	(252 476)	2 287 179	2 034 703
Imobilizações						
Imobilizações financeiras	69 246	282 303	351 549	44 218	287 595	331 813
Imobilizações corpóreas	17 128 298	-	17 128 298	16 355 674	-	16 355 674
Imobilizações incorpóreas	306 115	-	306 115	269 026	-	269 026
	17 503 659	282 303	17 785 962	16 668 918	287 595	16 956 513
Total do Activo	454 789 857	413 242 338	868 032 195	345 595 847	414 306 254	759 902 101
Depósitos						
Depósitos à ordem	234 582 648	174 429 417	409 012 065	158 703 664	196 594 900	355 298 564
Depósitos a prazo	132 497 663	221 515 429	354 013 092	108 183 901	204 630 866	312 814 767
	367 080 312	395 944 846	763 025 157	266 887 565	401 225 766	668 113 331
Captações para liquidez						
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	-	-	4 352	-	4 352
	-	-	-	4 352	-	4 352
Instrumentos financeiros derivados	165 754	-	165 754	-	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	3 759 550	1 023 478	4 783 028	2 391 394	1 111 258	3 502 652
Operações cambiais	0	6 734 985	6 734 985	624 468	1 419 423	2 043 891
Outras obrigações	4 887 431	723 136	5 610 567	4 255 395	1 978 188	6 233 583
Provisões para responsabilidades prováveis	165 041	2 907 184	3 072 225	1 443 260	4 185 000	5 628 260
Total do Passivo	376 058 089	407 333 628	783 391 716	275 606 434	409 919 635	685 526 069
Activo Líquido	78 731 768	5 908 710	84 640 479	69 989 413	4 386 619	74 376 032
Fundos próprios	84 640 479	-	84 640 479	74 376 032	-	74 376 032

(1) Inclui títulos em moeda nacional indexada a moeda estrangeira.

21. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2013	2012
PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS:		
De aplicações de liquidez:		
Proveitos de operações no Mercado Monetário Interfinanceiro:		
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	1 341 677	815 379
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	1 953 497	263 299
Outros	3 516	3 004
Proveitos de operações de compra de títulos com acordo de revenda		
Títulos com acordo de revenda	1 496 817	2 446 185
	4 795 506	3 527 867
De títulos e valores mobiliários:		
De títulos mantidos para negociação:		
Bilhetes do Tesouro	725 500	175 852
Títulos do Banco Central	47 212	322 453
De títulos mantidos até o vencimento:		
Bilhetes do Tesouro	1 111 697	1 536 018
Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira e em moeda estrangeira	7 756 714	8 044 412
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	4 995 119	1 355 521
Obrigações do Tesouro indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	-	444 621
Títulos do Banco Central	427 960	3 584 839
	15 064 201	15 463 716
De instrumentos financeiros derivados		
Em especulação e arbitragem:	875 277	-
De créditos concedidos:		
Empresas e Administração Pública:		
Empréstimos	5 275 534	4 376 677
Crédito em conta corrente	2 775 768	3 218 567
Descobertos em depósitos à ordem	84 083	141 839
Outros créditos	122 111	253 908
Particulares:		
Crédito à habitação	908 969	882 328
Crédito ao consumo	3 184 454	3 159 129
Outras finalidades	690 568	656 718
Juros vencidos	1 235 117	947 317
	14 276 603	13 636 483
Total de proveitos	35 011 588	32 628 066
CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		
De depósitos:		
De depósitos à ordem	223 342	152 596
De depósitos a prazo	10 283 944	10 767 304
	10 507 285	10 919 900
De captações para liquidez:		
De operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	7 246	3 228
	7 246	3 228
Total de custos	10 514 531	10 923 128
Margem Financeira	24 497 057	21 704 938

22. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Variação cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	372 762	518 530
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	11 164 297	8 758 365
	11 537 059	9 276 895

23. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Proveitos de prestação de serviços		
Comissões sobre ordens de pagamento emitidas	1 730 043	1 493 713
Comissões sobre garantias e avales prestados	396 270	376 797
Comissão por créditos documentários de importação abertos	313 034	319 197
Outras comissões	2 458 206	1 756 066
	4 897 554	3 945 773
Custos de comissões e custódias		
Comissões	(935 223)	(810 326)
	3 962 331	3 135 447

O aumento verificado no exercício de 2013 na rubrica “Outras comissões” refere-se essencialmente a proveitos com comissões associadas a movimentos efectuados com cartões de crédito e a operações realizadas em multicaixa.

24. PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		
Remuneração mensal	115 231	111 296
Remunerações adicionais	70 487	186 960
Encargos sociais obrigatórios	17 823	18 688
Encargos sociais facultativos	103	58
	203 644	317 002
Empregados		
Remuneração mensal	3 268 257	3 035 048
Remunerações adicionais	3 605 286	3 195 851
Encargos sociais obrigatórios	252 061	290 548
Encargos sociais facultativos	306 447	295 505
	7 432 051	6 816 952
Encargos com planos de pensões (Nota 15)	334 420	442 599
Outros	26 144	7 276
	7 996 259	7 583 829

As rubricas de “Remunerações adicionais” incluem 711.234 mAKZ e 648.741 mAKZ relativos às remunerações variáveis dos colaboradores e órgãos de gestão, em resultado do seu desempenho nos exercícios de 2013 e 2012, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontravam-se por liquidar 192.231 mAKZ e 267.607 mAKZ, referentes às remunerações variáveis de 2013 e 2012, respectivamente (Nota 14).

25. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	2 425 244	1 936 196
Publicações, publicidade e propaganda	733 172	825 554
Transportes, deslocações e alojamentos	720 519	677 692
Alugueres	719 954	709 279
Segurança, conservação e reparação	692 090	656 652
Comunicações	650 717	620 713
Água e energias	387 357	359 746
Materiais diversos	320 706	333 652
Seguros	161 788	195 047
Outros Fornecimentos de Terceiros	179 641	164 954
	6 991 188	6 479 485

26. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Impostos aduaneiros	42 534	30 288
Imposto sobre a aplicação de capitais (Nota 2.2.j))	238 460	9 155
Outros impostos e taxas	68 914	87 724
	350 009	127 167

27. RECUPERAÇÃO DE CUSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica refere-se ao reembolso de despesas de comunicação e expedição suportadas originalmente pelo Banco, nomeadamente na realização de operações de ordens de pagamento.

28. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Outros proveitos:		
Despesas cobradas	2 308 971	2 452 888
Recuperação de crédito incobrável – capital e juro (Nota 7)	292 654	855 798
Rendimentos de prestação de serviços	93 214	67 884
Outros proveitos	165 545	132 364
	2 860 384	3 508 934
Outros custos:		
Quotizações e donativos	(19 510)	(13 587)
Outros custos	(111 824)	(78 253)
	(131 334)	(91 840)
	2 729 050	3 417 094

29. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Ganhos e perdas nas imobilizações		
Imobilizações financeiras	(17 881)	-
Resultado na alienação de imobilizações		
Imobilizações corpóreas	(26 809)	16 460
Outros ganhos e perdas não operacionais		
Ajustes de exercícios anteriores		
Acertos de estimativa de gastos gerais administrativos	-	(26 653)
Itens pendentes nas reconciliações bancárias de depósitos à ordem com correspondentes	-	49 115
Juros anulados	-	-
Outros	-	216 695
	-	239 157
	(44 689)	255 617

30. GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITO

De acordo com o Regulamento Geral de Crédito do BFA, a concessão de crédito no Banco assenta nos seguintes princípios basilares:

Formulação de propostas

As operações de crédito ou garantias sujeitas à decisão do BFA:

- Encontram-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
- Respeitam a ficha do produto respectivo;
- Estão acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada; e
- Contêm as assinaturas dos órgãos proponentes.

Análise de risco de crédito

Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento. Actualmente, tendo em consideração o disposto no Aviso n.º 8/2007 do Banco Nacional de Angola:

- Para um só cliente, são consideradas todas as suas responsabilidades perante o Banco, em vigor ou potenciais,

já contratadas ou comprometidas, por financiamentos e garantias (exposição total do Banco ao cliente);

- Para um grupo de clientes, é considerada a soma das responsabilidades perante o Banco de cada cliente que constitui o grupo (exposição total do Banco ao grupo); e
- A existência de garantias com risco Estado ou de liquidez imediata não tem impacto no cálculo do valor da Exposição Global.

Classificação de Risco

De acordo com o definido pelo BNA, quando da concessão, as operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco. Estão actualmente definidos pelo Banco os seguintes critérios de classificação em níveis de risco:

- Créditos são classificados no nível de Risco A sempre que garantidos por títulos do Banco Central e/ou aplicações financeiras cativas na instituição e iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Créditos são classificados no nível de Risco B sempre que garantidos por colateral igual ou superior a 75% da responsabilidade; e
- Os restantes créditos são classificados no nível de Risco C;

- Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares classificado nos níveis de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

Associação de Garantias

Na concessão de crédito a particulares ou pequenas empresas com prazo superior a 36 meses, na ausência de aplicações financeiras, regra geral o BFA obriga à apresentação de garantia real de bem imóvel.

As operações de crédito têm associadas garantias consideradas adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, as quais são devidamente fundamentadas em termos de suficiência e liquidez.

As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito. Excepções a esta regra (com decisões condicionadas a uma avaliação posterior) implicam que o desembolso só ocorrerá depois do Banco obter a avaliação da garantia.

Exclusões por Incidentes

O Banco não concede crédito a clientes que registem incidentes materiais nos últimos 12 meses que sejam do conhecimento do BFA, nem a outras empresas que façam parte de um grupo com clientes que estejam nessa situação. São considerados incidentes materiais:

- Atraso na realização de pagamentos de capital ou juros devidos a uma instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade; e
- Pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade que tenham potenciais efeitos adversos na respectiva situação económica ou financeira.

Excepções a estas regras só podem ser aprovadas ao nível da Comissão Executiva do Conselho de Administração ou ao nível do Conselho de Administração do BFA.

Reestruturações

Por princípio, o BFA só formaliza operações de reestruturação de créditos em curso caso se observe um dos seguintes critérios:

- São apresentadas novas garantias (mais líquidas e/ ou mais valiosas) para a nova operação;
- É efectuada a prévia liquidação de Juros Remuneratórios e de Mora (no caso de operação em incumprimento); e
- Ocorre liquidação parcial significativa do capital em dívida (regular e/ou irregular).

Excepcionalmente e caso não se verifique nenhum dos pressupostos descritos, o BFA admite formalizar a reestruturação formal de dívidas de particulares, inferiores a 35.000 Dólares dos Estados Unidos, caso nos últimos 6 meses tenham ocorrido depósitos de valor mínimo igual ao montante da prestação prevista para a operação reestruturada.

As operações de reestruturação são marcadas, para efeitos de agravamento de risco, e acompanhadas de forma periódica quanto ao cumprimento do plano estabelecido.

Acompanhamento de crédito irregular

O crédito considerado irregular é acompanhado por uma equipa especializada, que tem por missão colaborar nas acções de recuperação de crédito, podendo assumir as negociações e propostas de reestruturação, sendo responsável pelo acompanhamento de processos sob a sua gestão.

As negociações para reestruturação obedecem aos princípios anteriormente referidos.

Esta equipa é responsável pela gestão e relação com o cliente, com o objectivo de recuperação do crédito, recorrendo à execução por via judicial caso necessário.

Provisões

O BFA tem em consideração os seguintes critérios para o cálculo de provisões para crédito:

- Antiguidade da operação;
- Antiguidade do incumprimento;
- Garantias associadas; e
- Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola.

As provisões para crédito e a classificação dos clientes nas classes de risco são objecto de revisão mensal. Na classificação dos clientes nas classes de risco, o Banco tem em consideração a existência de operações com risco equiparado a Estado e aquelas em que estão a ser ultimadas negociações ou em vias de contratação com vista à regularização do crédito vencido. Neste âmbito, adicionalmente é efectuada uma análise aos 100 grupos com maior incumprimento na Banca de Empresas e na Direcção de Particulares e Negócios, com atribuição de uma provisão económica sobre o risco de cada exposição.

É também feita regularmente uma análise das provisões sob a perspectiva económica a toda a carteira de crédito da Banca de Empresas.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos do BFA respeita o princípio da elevada qualidade creditícia dos seus emitentes, sendo integralmente

constituída por títulos emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

O Banco gere os riscos de liquidez e de taxa de juro do seu Balanço de acordo com os princípios e limites estabelecidos no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI), o que se traduz numa selecção criteriosa dos títulos em carteira, nomeadamente quanto à maturidade, moeda e tipo de juro a receber (taxa fixa ou indexada).

O risco de taxa de juro é calculado considerando o somatório do impacto de uma variação paralela nas curvas de taxas de juro na valorização dos Activos e Passivos do Banco.

Adicionalmente, o BFA também controla o risco de taxa de juro e spread da carteira de títulos com prazo superior a um ano.

A aprovação do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional é da competência do Conselho de Administração do Banco. É da responsabilidade da DFI submeter anualmente à apreciação e deliberação do Conselho de Administração a revisão, se necessária, do Manual.

A carteira de títulos do Banco é repartida entre títulos denominados em moeda nacional e em moeda estrangeira, tendo em atenção a estrutura global do seu Balanço, evitando incorrer por esta via, em risco cambial.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

RELATÓRIO DE AUDITORIA



INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Fomento Angola, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de 868.032.195 milhares de kwanzas angolanos, incluindo um resultado líquido de 23.898.617 milhares de kwanzas angolanos, as Demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Angola. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeamos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das Demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela gerência, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova da auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para nossa opinião de auditoria.

Tel.: 222 338 957 Fax: 222 338 957 www.pkf.com

PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES S. A. Rua da Missão, nº 147, 6º D Luanda Angola

PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES S. A. é membro da PKF Internacional Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Fomento Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado da suas operações, as mutações dos seus fundos próprios e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola (Nota 2).

Luanda, 28 de Abril de 2014

A handwritten signature in black ink that reads "PKF Angola". The signature is written in a cursive, flowing style.

PKF ANGOLA – Auditores e Consultores, S. A.

Relatório e parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do

Banco de Fomento Angola, S.A.

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 22º nº 1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo de Dezembro de 2012.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normais legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela Sociedade PKF Angola – Auditores e Consultores, S.A.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, as Demonstrações de Resultados, das mutações dos seus fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.

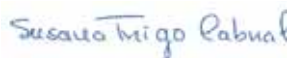
6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral:
- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 23 de Abril de 2013

O Conselho Fiscal



Amílcar Cabral
Presidente



Susana Trigo Cabral
Vogal



Henrique Camões Serra
Vogal

158 Contactos BFA



ANEXOS

Contactos do BFA

EDIFÍCIO SEDE



Rua Amílcar Cabral, 58
Maianga – Luanda

Telefone:
(+244) 222 638 900

Website:
www.bfa.ao

Homebanking:
www.bfanet.ao
www.bfanetempresas.ao

CENTROS DE INVESTIMENTO

SEDE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Maianga – Luanda
Telefone:
(+244) 222 638 900
Fax: (+244) 222 638 972

BAIXA

Rua Sequeira Lukoki
Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 336 285
/ 337 030
Fax: (+244) 222 332 242

MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo
98/103
Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 394 456 / 251
/ 393 051
Fax: (+244) 222 393 145

SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto n.º 233,
R/C
Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 392 094
/ 393 051
Fax: (+244) 222 393 195

SOLAR DE ALVALADE

Rua Emílio Mbidi,
Bairro Alvalade
Maianga – Luanda
Telefone:
(+244) 222 638 900
Fax: (+244) 222 696 442

TALATONA

Rua Centro
de Convenções S8
Bairro Talatona, Casa dos
Frescos
Belas – Luanda
Telefone:
(+244) 222 696 426
Fax: (+244) 222 696 442

LOBITO CAPONTE

Av. Salvador Correia,
Zona Industrial da Caponte,
Benguela
Telefone:
(+244) 272 226 242

Fax: (+244) 272 226 756

BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange
Benguela
Telefone(s):
(+244) 272 230 190 / 193
Fax: (+244) 272 230 196

CENTROS DE EMPRESAS

SEDE

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Maianga – Luanda
Telefone:
(+244) 222 638 900
Fax: (+244) 222 638 948

LUBANGO

Rua Pinheiro Chagas, n.º 117
Lubango – Huíla
Telefone(s):
(+244) 261 224 287
/ 225 689
Fax: (+244) 261 224 973

LOBITO CAPONTE

Av. Salvador Correia,
Zona Industrial da Caponte,
1.º Andar
Zona Industrial da Canata –
Benguela
Telefone(s):
(+244) 272 226 240 / 41
Fax: (+244) 272 226 238

SANTA BÁRBARA

Av.ª Marginal 2,
Ingombotas – Luanda
Telefone:
(+244) 222 696 419
Fax: (+244) 222 696 420

MORRO BENTO

Rua 21 de Janeiro, Morro
Bento
Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 333 451
/ 336 786
Fax: (+244) 222 696 493

VIANA POLO INDUSTRIAL

Estrada de Catete – Polo
Industrial KM 23,
Luanda
Telefone:
(+244) 222 696 487
Fax: (+244) 222 696 488

VIANA ESTALAGEM

Estalagem do Leão
Estrada Principal de Viana
Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 291 093 / 723
Fax: (+244) 222 291 083

MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo,
n.º 93 / 103
Ingombotas – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 393 433
/ 394 022
Fax: (+244) 222 393 839

TALATONA

Rua do SIAC, Bairro Talatona
Talatona – Luanda
Telefone:
(+244) 222 445 836
Fax: (+244) 222 447 041

CACUACO

Estrada Directa de
Cacuaco, Largo da Igreja,
Edifício da Agência do
Cacuaco
Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 511 369/ 447
Fax: (+244) 222 511 413

**CENTRO DAS GRANDES
EMPRESAS**

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Maianga – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 638 900

**CABINDA – DEOLINDA
RODRIGUES**

Rua Comendador Henriques
Serrano, Bairro Deolinda
Rodrigues
Cabinda
Telefone(s):
(+244) 231 220 381 / 309
Fax: (+244) 231 220 382

BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange
Benguela
Telefone(s):
(+244) 272 236 604 / 605
Fax: (+244) 272 236 606

OIL & GAS OPERATORS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Maianga – Luanda
Telefone:
(+244) 222 638 986
Fax: (+244) 222 638 970

OIL & GAS VENDORS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Maianga – Luanda
Telefone:
(+244) 222 638 900
Fax: (+244) 222 638 970

RAINHA GINGA

Rua Rainha Ginga, n.º 34,
1º andar
Luanda
Telefone:
Fax: (+244) 222 392 734

LUBANGO

Avenida 4 de Fevereiro
Laureanos – Huíla
Telefone: (+244) 261 225
689 / 224 287

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

